

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUCIENE MARIA ROZIN CREMASCO MARQUES DE LIMA

**GEOGRAFIA DO VOTO E AS IDENTIDADES NÃO-NORMATIZADAS NA
CÂMARA FEDERAL: ESPACIALIDADES, RELAÇÕES DE GÊNERO E
RACIALIDADES**

PONTA GROSSA

2024

LUCIENE MARIA ROZIN CREMASCO MARQUES DE LIMA

**GEOGRAFIA DO VOTO E AS IDENTIDADES NÃO-NORMATIZADAS NA CÂMARA
FEDERAL: ESPACIALIDADES, RELAÇÕES DE GÊNERO E RACIALIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza. Linha de Pesquisa: Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alides Baptista Chimin Jr.

PONTA GROSSA

2024

L732 Lima, Luciene Maria Rozin Cremasco Marques de
Geografia do voto e as identidades não-normatizadas na Câmara Federal:
especialidades, relações de gênero e racialidades / Luciene Maria Rozin
Cremasco Marques de Lima. Ponta Grossa, 2024.
123 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração:
Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Alides Baptista Chimin Júnior.

1. Deputadas federais. 2. Especialidades. 3. Geografia do voto. I. Chimin
Júnior, Alides Baptista. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do
Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910

TERMO DE APROVAÇÃO

Luciene Maria Rozin Cremasco Marques de Lima

“GEOGRAFIA DO VOTO E AS IDENTIDADES NÃO-NORMATIZADAS NA CÂMARA FEDERAL: ESPACIALIDADES, RELAÇÕES DE GÊNERO E RACIALIDADES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza, Linha de Pesquisa: Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Ponta Grossa, 22 de agosto de 2024.



Alides Baptista Chimin Jr.

Doutor em Geografia

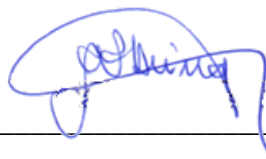
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Marcio José Ornat

Doutor em Geografia

Universidade Estadual de Ponta Grossa



Cláudia Deina

Doutora em Geografia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba

Dedico a Irineo Cremasco (*in memoriam*),
meu velho pai, homem bom, homem nobre,
que me ensinou sobre resistência,
sem perder o humor,
num tempo em que era praticamente
impossível resistir.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maurizia, que sempre me disse: “estude, minha filha, estude!”.

Ao meu marido e parceiro de vida, Gilson, que nunca soltou de minha mão!

A minha família, meus amigos e amigas de longas jornadas que foram de mais alegrias do que de dores.

Ao Prof. Dr. Alides Babtista Chimim Jr, orientador deste Mestrado, por ter me proporcionado um outro olhar sobre as Geografias e portanto, às Ciências Sociais.

Às/aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelos conhecimentos partilhados.

RESUMO

Marques de Lima, L. M. R. C. **Geografia do voto e as identidades não-normatizadas na câmara federal**: espacialidades, relações de gênero e racialidades. Orientador: Alides Baptista Chimin Jr. 2024. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2024.

Diante do cenário onde o discurso anticonservador impulsionou a eleição de mulheres para a Câmara Federal, em 2022, se apresentam perguntas das quais se ocupa esta pesquisa. A questão central é: De que forma a Geografia do Voto implica na ascensão do anticonservadorismo político brasileiro feminino, na Câmara Federal nas eleições de 2022? As questões específicas são: A Geografia do Voto influencia no acesso das mulheres à Câmara Federal? Como se configura o perfil das mulheres eleitas para a Câmara Federal em 2022? O discurso anticonservador tensionou o sucesso eleitoral das mulheres eleitas para a Câmara Federal? Destas questões sobressaíram desdobramentos, tais como: quem são essas mulheres, suas espacialidades e suas trajetórias até chegar a este espaço caracterizado por uma homogeneidade do homem branco e heterossexual. Portanto, a pesquisa perpassou a Geografia do Voto e as Geografias Feministas, tendo como recorte candidatas e eleitas Deputadas Federais de identidades não normatizadas, e buscou conceituar interseccionalidade, espaço e Geografia do Voto. Para contextualizar, resgatou-se a trajetória do voto feminino durante as três ondas do feminismo no Brasil e no mundo, e se identificou o anticonservadorismo nascido em meio a uma onda conservadora potente que foi atravessada pelas participantes da pesquisa, pretas, indígenas e transexuais. Optou-se por realizar entrevistas com as Deputadas Federais eleitas, utilizando um roteiro com questões abertas, na modalidade *on-line*. O total almejado de participantes foi de 15, o recrutamento/convite foi enviado a todas, duas puderam conceder entrevista, assim, em virtude da indisponibilidade das demais, recorreu-se às entrevistas concedidas a órgãos de imprensa, capturadas do YouTube, resultando em seis participantes. As mesmas perguntas respondidas *on-line* diretamente à pesquisadora, foram aplicadas às entrevistas gravadas e transcritas. Para categorizar os resultados, e propiciar análise e discussão dos discursos, foi aplicada a metodologia *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*, atribuída aos resultados das pesquisas de Albert Humphrey, da Universidade de Standford. Os resultados apontam para o êxito da campanha conforme a tipificação do voto, como o voto crítico, voto de opinião, voto de esquerda, voto de movimentos sociais, voto negro, voto LGBTQIA+. Observa-se que a maioria das eleitas: faz parte do campo progressista, tem formação no Ensino Superior Completo, e teve experiência de vitória em campanhas eleitorais anteriores. Concluiu-se que o discurso anticonservador dentre as mulheres eleitas para a Câmara Federal, no pleito de 2022, foi fundamental para o seu sucesso eleitoral, destacando-se que entre os homens eleitos, este discurso não obteve o avanço que se consolidou no universo do feminino.

Palavras-chave: Deputadas federais; Espacialidades; Geografia do voto.

ABSTRACT

Marques de Lima, L. M. R. C. **Geography of the vote and non-normative identities in the federal chamber**: spatialities, gender relations and racialities. Orientador: Alides Baptista Chimin Jr. 2024. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2024.

Faced with the scenario in which the anti-conservative discourse that boosted the election of women to the Federal Chamber in 2022, this research raises questions. The central question is: How does the Geography of Voting imply the rise of anti-conservative Brazilian politics for women in the 2022 elections? The specific questions are: Does the Geography of Voting influence women's access to the Federal Chamber? What is the profile of the women elected to the Federal Chamber in 2022? Did the anti-conservative discourse influence the electoral success of women elected to the Federal Chamber? These questions gave rise to other issues, such as who these women are, their spatialities and their trajectories until they reached this space characterized by the homogeneity of white, heterosexual men. Therefore, the research looked at the Geography of Voting and Feminist Geographies, focusing on female candidates and elected federal deputies with non-standard identities, and sought to conceptualize intersectionality, space and the Geography of Voting. To put this into context, the trajectory of the women's vote during the three waves of feminism in Brazil and around the world was retraced, and the anti-conservatism born in the midst of a powerful conservative wave that was crossed by the research participants, who are black, indigenous and transgender, was identified. We chose to conduct interviews with the elected female federal deputies, using a script with open questions, online. The target number of participants was 15. The recruitment/invitation was sent to all of them, two were able to grant an interview, so, due to the unavailability of the others, we resorted to interviews granted to the press, captured from YouTube, resulting in six participants. The same questions answered online directly to the researcher were applied to the recorded and transcribed interviews. The Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats methodology was used to categorize the results and provide an analysis and discussion of the speeches, based on the results of research by Albert Humphrey of Stanford University. The results point to the success of the campaign according to the typification of the vote, such as critical vote, opinion vote, left-wing vote, social movement vote, black vote, LGBTQIA+ vote. It can be seen that the majority of those elected are part of the progressive camp, have completed higher education and have had experience of winning previous election campaigns. It was concluded that the anti-conservative discourse among the women elected to the Federal Chamber of Deputies in 2022 was fundamental to their electoral success, noting that among the men elected, this discourse did not achieve the progress that has been consolidated in the female universe.

Keywords: Federal deputies; Spatialities; Geography of the vote.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Teoria dos Conjuntos.....	20
Figura 2 - Exemplo de interseccionalidade.....	20
Figura 3 - Ano que ocorreu o sufrágio em cada país do mundo.....	23
Figura 4 - Fluxograma mostrando a inclusão e exclusão de estudos em cada etapa.....	32
Figura 5 - Total de Deputadas Federais eleitas em 2022, conforme os Municípios..	56
Figura 6 - Mudanças propostas na minirreforma eleitoral de 2023.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da bancada feminina na Câmara Federal.....	29
Gráfico 2 - Faixa etária das candidatas.....	58
Gráfico 3 - Grau de instrução das candidatas.....	60
Gráfico 4 - Estado civil das candidatas.....	61
Gráfico 5 - Raça/cor das candidatas.....	63
Gráfico 6 - Ocupação das candidatas.....	65
Gráfico 7 - Total da população indígena brasileira, 2023.....	70
Gráfico 8 - Proveniência das candidatas pretas.....	78
Gráfico 9 - Composição da Câmara Federal.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos analisados e principais contribuições.....	33
Quadro 2 - Relação descritor – artigos de 1998 a 2022.....	35
Quadro 3 - Resultados das eleições das candidatas à Câmara Federal, 2022.....	57
Quadro 4 - Escolaridade das candidatas indígenas.....	67
Quadro 5 - Estado civil das candidatas indígenas.....	67
Quadro 6 - Ocupações profissionais das candidatas indígenas.....	68
Quadro 7 - Proveniência das candidatas indígenas.....	69
Quadro 8 - Escolaridade das candidatas pretas.....	73
Quadro 9 - Estado civil das candidatas pretas.....	74
Quadro 10 - Ocupações profissionais das candidatas pretas.....	74
Quadro 11 - Sobre elas: Deputadas Federais eleitas não-normatizadas	85
Quadro 12 - Deputadas Federais e a Geografia do Voto: de onde vem o voto que a elegeu? A quem ou o que a você representa?.....	90
Quadro 13 - Trajetória política/vida/desafios e sucesso: enfrentou alguma dificuldade durante a eleição? Qual?.....	92
Quadro 14 - O discurso anticonservador e o sucesso eleitoral: um impulsiona o outro?.....	95
Quadro 15 - Perfil das mulheres eleitas de identidades não-normatizadas: como é ser mulher, preta, indígena e/ou trans no Congresso Nacional?.....	97
Quadro 16 - Proposta de Campanha - sucesso eleitoral: qual motivação e proposta de campanha?.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DAFO	<i>Debilidades, Amenazas, Fortaleza y Oportunidades</i>
GETE	Grupo de Estudos Territoriais
MG	Minas Gerais
OGB	Observatório da Geografia Brasileira
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSC	Partido Social Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Rede Sustentabilidade
RJ	Rio de Janeiro
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UF	Unidades Federativas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA LIDERANÇA FEMININA NA CÂMARA FEDERAL, A PARTIR DAS ELEIÇÕES DE 2022.....	18
2.1	AGORA É QUE SÃO ELAS.....	22
2.2	O OLHAR DA GEOGRAFIA SOBRE A LIDERANÇA FEMININA COMO PRODUÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO.....	38
2.2.1	Espaço.....	38
2.2.2	Geografia do voto.....	42
2.2.3	Liderança feminina.....	45
2.3	OUTROS OLHARES SOBRE A LIDERANÇA FEMININA NO ESPAÇO POLÍTICO.....	47
2.4	LIDERANÇA FEMININA EM OUTRAS ESCALAS: TEMÁTICAS TRANSVERSAIS.....	50
3	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FEMININO NA CÂMARA FEDERAL: ETNICIDADES, RACIALIDADES E SEXUALIDADES.....	56
3.1	QUANTAS SÃO, QUEM SÃO, DE QUE LUGAR: O PERFIL DAS CANDIDATAS À CÂMARA FEDERAL DE 2022.....	57
3.1.1	Faixa etária.....	57
3.1.2	Grau de instrução.....	59
3.1.3	Estado civil.....	61
3.1.4	Raça/cor.....	63
3.1.5	Ocupação.....	64
3.2	OS POVOS ORIGINÁRIOS ADENTRAM À CÂMARA FEDERAL COM O COCAR DAS MULHERES INDÍGENAS.....	67
3.3	O ORGULHO CRESPO RUMO AO CONGRESSO NACIONAL.....	73
3.4	A CORPORALIDADE E INCLUSÃO DA CIDADANIA DIVERSA NO PARLAMENTO.....	80
4	SUBVERSÃO AO CONSERVADORISMO NO ESPAÇO DA CÂMARA FEDERAL.....	83
4.1	PERFIL DAS MULHERES NÃO-NORMATIZADAS ELEITAS EM 2022 PARA A CÂMARA FEDERAL.....	84
4.2	O CONSERVADORISMO SUBVERTIDO.....	89

4.3	MAIORIAS MINORIZADAS NA REPRESENTAÇÃO.....	102
4.3.1	A influência da Geografia do Voto no acesso das mulheres à Câmara Federal.....	102
4.3.2	O discurso anticonservador e o sucesso eleitoral das Deputadas Federais	105
5	CONCLUSÃO.....	109
	REFERÊNCIAS.....	112
	APÊNDICE A- ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	123

1 INTRODUÇÃO

Para compreender de que forma a Geografia do Voto implica na ascensão do anticonservadorismo político brasileiro feminino, na Câmara Federal nas eleições de 2022, é que se fez o percurso desta dissertação. Interessou detalhar se a Geografia do Voto influenciou no acesso das mulheres na Câmara Federal, durante o pleito de 2022, como se configurou o perfil das eleitas e, ainda, se e como o discurso anticonservador tensionou o sucesso eleitoral dessas parlamentares.

Esta dissertação trata de trajetórias, de mulheres pretas, indígenas e trans. Esta pesquisadora, com uma trajetória de ascendência europeia e indígena, traz uma identificação como mulher branca. Sendo do campo das Ciências Sociais, por muitos modos se aproximou da Geografia e da política. No Ensino Médio: Magistério, fez seu estágio obrigatório em Geografia. Na Graduação, o estágio foi em Geografia Humana, portanto, tornou-se habilitada a lecionar Geografia Humana para o Ensino Médio; entre a Especialização *Lato sensu* em Gestão em Organização Social e este Mestrado, cursou uma disciplina isolada no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná (Geografia das Religiões).

Do tripé: Sociologia, Antropologia e Ciência Política, esta Cientista Social, teve uma cara simpatia pela política. Neste Mestrado em Geografia do Território, que ora se conclui, estabeleceu uma interdisciplinariedade com estas duas Ciências: a Geografia e as Ciências Políticas, mas não só, interseccionou com as Geografias Feministas. Grande desafio foi juntar estes pontos numa escrita só. Mas é das Ciências Sociais generalizar, analisar e “fechar” dentro da relações sociais.

Para tanto, foi observado o viés da representatividade do anticonservadorismo, por meio da análise do discurso das Deputadas Federais, minoria (18%) na Câmara Federal. O estudo tem como objetivo compreender de que forma a Geografia do Voto implica na ascensão do anticonservadorismo político brasileiro feminino na Câmara Federal, nas eleições de 2022.

Ao se estabelecer o chamado peso e contrapeso entre o conservadorismo e anticonservadorismo na Câmara Federal e na sociedade brasileira, é necessário compreender o conservadorismo. E, mais, a relevância que este conceito, utilizado como estratégia política, se apresentou no Brasil, como “neoconservadorismo”.

Durante a Ditadura Militar e nos anos que se seguiram, “direita” se tornou um termo voltado de conotação violenta e refere à retirada, e por que não usurpação de

direitos. Passado o processo de redemocratização — ou tendo se iniciado e estando em andamento—, a partir da primeira década do século XXI, este termo, com as características de neoconservadorismo, foi se consolidando, tendo como protagonista o Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, partícipe do “baixo clero” do Congresso.

Entende, Oyama (2019, p. 7) como “baixo clero’, a periferia do Congresso, formada por deputados de partidos nanicos, sem influência ou projetos relevantes no currículo”, e destaca, são “desprezados pelas lideranças parlamentares, que só lembram deles se precisam de quórum numa votação”. Além de fazer parte desta parcela de parlamentares, Bolsonaro, “era considerado participante da cota folclórica do Congresso, apelido dado pela imprensa”, completa Oyama (2019, p. 7).

Acontecimentos impactantes que se deram na vida política da população brasileira a partir de 2015, especificamente, na trajetória política do Deputado Federal Jair Bolsonaro, causaram espécie. Por exemplo, o seu discurso durante a votação da admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, disse ele, nada comedidamente:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (Frigo; Dalmolin, 2020, p.12).

Por um lado, observa-se um constante aumento do conservadorismo no Congresso, por outro lado, se apresentou no último pleito eleitoral, em 2022, uma onda anticonservadora potente, chegando a eleger, pela primeira vez na história, duas mulheres transexuais. Assim, a pergunta de partida desta pesquisa se estendeu para a ascensão anticonservadora e apresenta um recorte geográfico em busca de apontar esta contracorrente, e mostrar como se deu o caminho de renovação da Câmara Federal.

Dados da Agência Câmara de Notícias dão conta e os números expressam um respiro e um avanço, embora possam ser interpretados como um aumento de “apenas 8.94%”:

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2022, foram registradas 1.424 candidaturas de pretos e 3.462 de pardos, conforme os critérios autodeclarados. Há quatro anos, eram, respectivamente, 937 e 2.649. Neste ano, pretos e pardos somam 4.886 – quase metade (47%) dos cerca de 10 mil postulantes. Em 2018, eram 3.586, ou 42% de 8,6 mil (Siqueira; Doederlein, 2022)

Acerca da liderança feminina no campo, na cidade, nas periferias, há artigos consultados no Observatório da Geografia Brasileira (OGB), que serão tratados em capítulo próprio. Artigos sobre discursos que levaram mulheres a serem eleitas para a Câmara Federal, não há. Este ponto, estimula esta pesquisa, pois, parece ser uma lacuna que precisa ser preenchida.

Considerando a Geografia do Voto e a diversidade, Chimin Jr. e Junckes (2017, p. 184) historicizam que a partir dos anos 1990, “a geografia política foi fortemente influenciada pela força teórica dos argumentos de David Harvey (1989) e Peter Jackson (1989)”. Destacam, os autores, que Harvey e Jackson colaboraram cada qual a sua maneira, “fazendo surgir uma vertente que assume como elemento de investigação as identidades e as diferenças culturais como a etnicidade, a religião e a linguagem, trazendo para as abordagens do campo as políticas da diferença” (Chimin Jr.; Junckes, 2017, p. 184).

Quando a abordagem é sobre as diferenças, a resposta deveria se dar no caminho da justiça social, neste caso específico, a sociedade vem buscando a equidade nas relações de gênero e étnico-racial. A sociedade como um todo? Não. Ao longo desta pesquisa, são salientadas as desigualdades e como a humanidade vem travando grandes batalhas para chegar a esta equidade.

Quanto à operacionalização para a execução desta pesquisa, o embasamento teórico se deu sob o olhar clássico de Iná Elias de Castro (2015, p. 10) e sua Geografia Política:

O ponto de partida é que há uma dimensão espacial no fenômeno político que possibilita incorporá-lo à análise geográfica, seja a partir da escala em que ele se manifesta, seja a partir da ordem espacial que ele afeta e que é afetado por ela ou a partir dos lugares em que ele ocorre, compreendendo-o como um fato também geográfico.

Para compreender como se avança eleitoralmente para o anticonservadorismo, mapeou-se de onde vêm as candidatas eleitas e não eleitas no pleito de 2022, e buscou-se entender como lograram êxito para participar deste processo de chegada à Câmara Federal. Estes dados foram acessados na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que se encontra em formato digital (extensão csv). Além destes dados, fez-se uma pesquisa de campo por meio de entrevistas com Deputadas Federais, utilizando um roteiro de perguntas abertas (Apêndice A). Aventou-se que planos de mandato seriam documentos de significativo

interesse para análise enquanto manifestações discursivas acessíveis. Contudo, no *site* da Câmara Federal ou nos *sites* dos Partidos não foram encontrados, nem mesmo requisitando-se dos Partidos via *e-mail* ou nas mídias se encontrou algo sobre isso. A obtenção de tais documentos revelou-se inviável, uma vez que a legislação do TSE não impõe a obrigatoriedade de sua apresentação por parte das candidaturas concorrentes ao âmbito legislativo.

Apresenta-se, nesta pesquisa, a mudança significativa ocorrida no cenário político brasileiro: do conservadorismo ao anticonservadorismo. O contraponto de polos que tem sido palco do cenário político e que ganhou as ruas e as mídias, também aconteceu nesta pesquisa: deu-se a transformação de um ponto de partida para outro, a fim de compreender como uma pessoa passa a compor a Câmara Federal e, portanto, o Congresso Nacional, sendo mulher, preta, indígena e/ou transexual.

Outra mudança, ocorrida durante o transcorrer da pesquisa, é de fundo conceitual, se refere ao termo: minorias. As trajetórias biográficas das Deputadas Federais podem até caracterizá-las como parte de determinadas minorias, mas a representatividade de cada uma, não. Não necessariamente foram eleitas apenas por votantes da mesma minoria, ou só por votantes das ditas minorias. Então, ao longo do ano de 2023, foi-se buscando o termo cabível para esta representação e chegou-se a uma nova forma de nomear, a opção foi por: “identidades não-normatizadas”.

Diante deste contexto, a questão central foi subdividida em três questões específicas, sendo: 1. A Geografia do Voto influencia no acesso das mulheres à Câmara Federal?; 2. Como se configura o perfil das mulheres eleitas para a Câmara Federal em 2022?; e, 3. O discurso anticonservador tensionou o sucesso eleitoral das mulheres eleitas para a Câmara Federal?

A pesquisa é bibliográfica, qualitativa, básica, exploratória (Fonseca, 2002), e a análise dos resultados obtidos é crítico-reflexiva. Procedeu-se uma Revisão Narrativa de Literatura para evidenciar se havia publicações sobre a temática das mulheres na Câmara Federal, e uma Pesquisa de Campo, com intenção de aproximar-se do objeto estudado: o discurso. A pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas com as Deputadas Federais, pessoalmente por via virtual e também via gravações disponíveis na *web*.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. Sendo que no primeiro capítulo, se apresenta a Revisão Narrativa de Literatura, utilizando como fonte dados

do OGB para investigar se a problemática das mulheres na política e a produção do espaço pela liderança feminina é tema de publicações na Área. Neste capítulo, traz-se o papel da Geografia de Perspectiva Feminista. No segundo capítulo aborda-se as etnicidades, racialidades e sexualidades produzindo o espaço feminino na Câmara Federal. No terceiro capítulo o tema é o da subversão ao conservadorismo no espaço da Câmara Federal, a pesquisa de campo, seus resultados, análise e discussão. Por fim, traz-se algumas conclusões obtidas a partir do olhar desta pesquisadora sobre o conjunto da pesquisa.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA LIDERANÇA FEMININA NA CÂMARA FEDERAL, A PARTIR DAS ELEIÇÕES DE 2022

O presente capítulo objetiva o diálogo com outras autorias a respeito da ação feminina nos vários espaços de liderança, ou seja, apresentar o que já foi publicado sob este enfoque. A primeira subseção, aborda as questões da pesquisa e justifica a importância da mesma, através do resgate da luta feminina ao longo dos séculos XX e XXI e que segue até os dias atuais.

A segunda subseção avança para o “olhar da Geografia” sobre a liderança feminina como produção do espaço político brasileiro, contando com o aporte de autores(as) que contemplam a Geografia e o espaço feminino. A terceira subseção traz “outros olhares” sobre a liderança feminina no espaço político, explorando o debate sobre o feminino contemplado por outras áreas/campos do conhecimento, como a Ciência Política, a Sociologia e a História. Na quarta subseção aborda-se a liderança feminina em outras escalas, com temáticas transversais, pois, enfoca-se o feminino em espaços não necessariamente do discurso político, que são citados, mas, não necessariamente investigados nesta pesquisa.

Entretanto, antes de discorrer sobre a mulher na Câmara Federal, apresenta-se a Geografia, que enquanto Ciência Social, iniciou uma fase de questionamento da generalização da sociedade na década de 1970, marcada pelo surgimento de diversas correntes, tais como a Geografia Crítica, Geografia Humanista, Nova Geografia Cultural, Geografia da Religião, entre outras (Moraes, 1981). Embora tenha ocorrido a proliferação destas diversas áreas, somente em 1982, Janice Monk e Susan Hanson lançaram uma reflexão pioneira sobre a discussão de gênero na Geografia, por meio do texto intitulado "Não excluam metade da humanidade da geografia humana". Nesse capítulo, as autoras apresentam questionamentos perspicazes ao indagar por que a Geografia, em sua maioria, evitava cuidadosamente investigar questões pertinentes à metade da humanidade. Seus argumentos repousam na crítica à abordagem generalista que caracterizava a Geografia até então, destacando a negligência em relação às nuances e particularidades que levavam certos estratos sociais a vivenciar o espaço de maneira diferenciada.

A Geografia de perspectiva feminista, enquanto domínio crítico, desafia as abordagens convencionais da análise espacial, dirigindo sua atenção para as

vivências e visões das mulheres, juntamente com as dinâmicas de gênero que configuram o espaço geográfico. Essa perspectiva busca preencher lacunas significativas na compreensão geográfica, fomentando uma reflexão crítica sobre os métodos tradicionais de investigação espacial e reforçando a relevância de levar em conta as diversas experiências dentro do contexto geográfico.

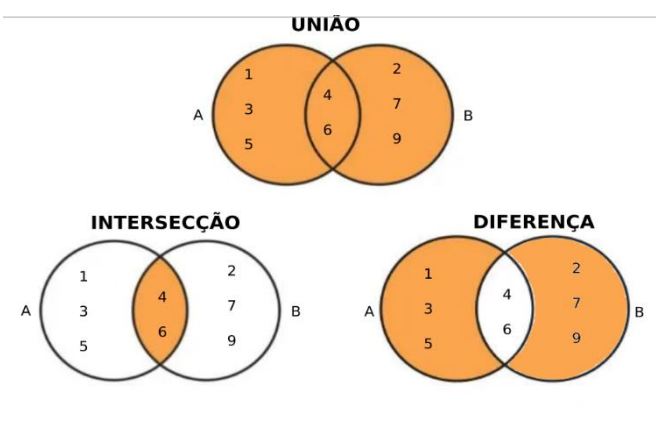
Segundo Silva (2009), inicialmente, as geógrafas feministas desafiaram a perspectiva masculina hegemônica, mapeando as desigualdades de gênero e desestabilizando o pensamento geográfico ocidental. A abordagem inicial, centrada na categoria "mulher" e influenciada pelo marxismo, associava as lutas de classes às desigualdades de gênero, destacando o patriarcado como um sistema hierarquizado. A transição para o conceito de gênero permitiu superar a limitação biológica associada à categoria "mulher" e reconhecer a construção social dos papéis de gênero. Essa mudança possibilitou uma análise mais complexa das relações de gênero, incorporando fatores como classe, raça e sexualidade. Ainda segundo a autora, a Geografia feminista passou a explorar as diversas escalas espaciais nas quais as relações de gênero se manifestam, destacando a importância do espaço urbano na reprodução das desigualdades.

A crítica às estruturas sexistas do espaço urbano, com a segregação de gênero e a organização que reflete e reforça papéis tradicionais, é evidente nos estudos geográficos. As análises econômicas se concentraram no trabalho feminino nos setores produtivos, considerando as complexas interações entre gênero, classe e espaço. Críticas às limitações representativas nos estudos feministas foram levantadas, especialmente em relação às experiências das mulheres negras e do Terceiro Mundo. Para Silva (2009), as correntes pós-estruturalistas enfatizam a diversidade de feminilidades e masculinidades, desafiando abordagens estruturais. Essa mudança não enfraquece, mas enriquece a luta feminista, reconhecendo a força na compreensão das diferenças. Em suma, a Geografia Feminista, ao adotar o conceito de gênero, proporcionou avanços teóricos e metodológicos, destacando a importância do espaço na compreensão das complexas dinâmicas das relações de gênero.

Trabalhos como de Chimin Jr. e Junckes (2017), possuem uma abordagem que analisa as características identitárias das candidatas. Ela é trabalhada enquanto conceito de interseccionalidade. A intersecção, termo proveniente da Teoria Axiomática dos Conjuntos, conforme introduzido na Matemática, refere-se à

capacidade de um conjunto de elementos compor outros conjuntos de elementos. Na Figura 1, a exemplificação desta propriedade é evidenciada nos conjuntos numéricos A e B, cujos elementos são previamente definidos. No âmbito da interseção entre A e B, constatam-se que os elementos que compõe são o 4 e 6.

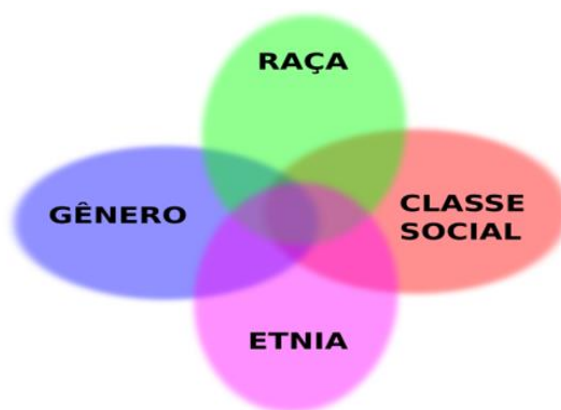
Figura 1 – Teoria dos Conjuntos



Fonte: Chimin Jr. (2024).

No contexto das Ciências Sociais, a interseccionalidade emerge como um conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, em 1989, no artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres não-brancas”. A autora propõe uma perspectiva crítica da interseccionalidade, argumentando que a análise combinada de racismo e sexismo não abrange completamente a complexidade das experiências de marginalização enfrentadas por mulheres negras. A Figura 2 ilustra a concepção de interseccionalidade.

Figura 2 – Exemplo de interseccionalidade



Fonte: Chimin Jr. (2024).

No campo da Geografia Feminista, o conceito de interseccionalidade é explorado por estudiosos como, por exemplo, Gill Valentine, cujo trabalho "Teorizando e pesquisando a interseccionalidade: um desafio para a Geografia Feminista" (2007) destaca a experiência de Jeanette. Valentine (2007) aborda a interseccionalidade como a interconexão dinâmica de categorias sociais, como gênero, sexualidade, classe, maternidade e deficiência, influenciando a formação da identidade de Jeanette em diferentes espaços geográficos e momentos biográficos.

Peter Hopkins, em seu artigo "Geografia social I: interseccionalidade" (2019), reforça a necessidade de uma abordagem sensível e ética à interseccionalidade na Geografia, propondo áreas-chave para pesquisa interseccional na Geografia Social, como segregação residencial étnica, migração transnacional e incorporação e pertencimento. O mesmo autor enfatiza a importância de uma compreensão enriquecida das múltiplas localizações dos migrantes, considerando elementos como gênero, etnia, nacionalidade, classe e raça.

Maria Rodó-Zárate, em "Interseccionalidad: desigualdades, lugares y emociones" (2021), analisa mais profundamente a concepção de interseccionalidade na Geografia, propondo uma compreensão dinâmica e contextualizada das dinâmicas interseccionais. A autora destaca a importância de considerar o espaço não apenas como o local onde ocorrem relações interseccionais, mas como parte constitutiva delas.

Nesta perspectiva, a interseccionalidade na Geografia, conforme abordada por Valentine (2007), Hopkins (2019) e Rodó-Zárate (2021), vai além da análise superficial das desigualdades sociais e reconhece não apenas a inter-relação entre sistemas de dominação, mas também destaca a necessidade de considerar as dimensões emocionais e geográficas para uma compreensão mais profunda e eficaz das experiências interseccionais.

Na perspectiva interseccional na Geografia, o espaço geográfico é concebido como um componente intrínseco da identidade, influenciando e sendo influenciado pelas interações complexas entre diferentes características identitárias, como gênero, raça, classe social e as espacialidades. Diante do exposto, torna-se evidente que a Geografia, como Ciência Social, evoluiu consideravelmente ao incorporar a perspectiva feminista e o conceito de interseccionalidade.

Ao longo das décadas, as correntes críticas, as análises interseccionais e os estudos de gênero contribuíram para desvelar as complexas relações entre espaço,

identidade e poder. A abordagem feminista na Geografia desafiou paradigmas estabelecidos, destacando as disparidades de gênero, as desigualdades espaciais e as múltiplas interações que moldam as experiências das mulheres em diferentes contextos.

Ao adotar o conceito de gênero, a Geografia Feminista proporcionou avanços teóricos e metodológicos, sublinhando a importância do espaço na compreensão das dinâmicas das relações de gênero. A introdução da interseccionalidade na Geografia ampliou ainda mais o escopo analítico, reconhecendo que as desigualdades sociais são interdependentes e que as experiências individuais são moldadas por uma variedade de fatores interconectados, como gênero, raça, classe social e orientação sexual.

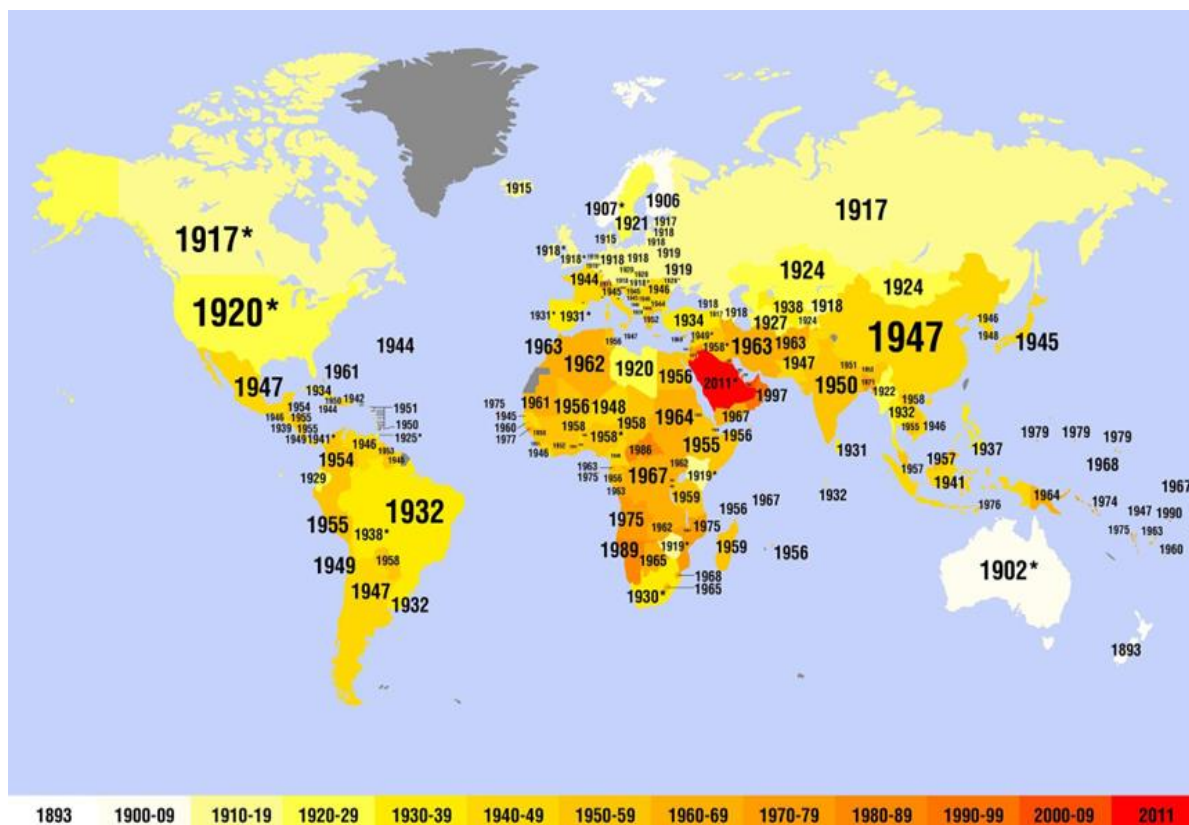
As pesquisas de Valentine (2007), Hopkins (2019) e Rodó-Zárate (2021), destacam a necessidade de uma abordagem sensível e ética à interseccionalidade na Geografia, enfatizando temas como segregação residencial, migração transnacional e pertencimento. Nessa perspectiva, o espaço geográfico não é apenas o cenário das relações interseccionais, mas, um elemento constitutivo fundamental dessas experiências.

Em suma, a Geografia Feminista, aliada à análise interseccional, enriqueceu a disciplina, promovendo uma compreensão mais abrangente e crítica das dinâmicas espaciais e das experiências humanas. No entanto, apesar dos avanços, desafios persistem, especialmente na representação política das mulheres e na superação das barreiras que ainda limitam a participação feminina em diversos espaços sociais. A busca pela equidade de gênero na Geografia é um compromisso contínuo, essencial para a construção de uma Ciência mais inclusiva e reflexiva sobre as complexidades do mundo contemporâneo.

2.1 AGORA É QUE SÃO ELAS

A Democracia plena aconteceu muito mais tarde para as mulheres, apesar de alguns países instituírem o voto feminino no final do século XIX. Na Figura 3 está o mapa que mostra o ano em que ocorreu o sufrágio em cada país do mundo, sabendo-se que “o mapa foi criado pela Cuba Holidays, para celebrar o fato de Cuba ter sido uma das nações pioneiras na América Latina a dar o voto às mulheres, fazendo-o em 1934” (Johnston, 2018).

Figura 3 - Ano que ocorreu o sufrágio em cada país do mundo



Fonte: Women's suffrage map © Cuba Holidays (Johnston, 2018).

O sufrágio feminino deu-se ao longo do século XX, numa conquista lenta e com muito esforço de mulheres que não se intimidavam com o “patriarcado”, que imperava em seus países, em seus lares e em seu não-voto e não-participação eleitoral. Sobre o patriarcado, Schrupp (2019, p. 5) faz referência ao equívoco de considerar que o primeiro ser humano criado, conforme o texto bíblico, foi um homem e depois uma mulher, esta criada a partir de parte do corpo dele. Equívoco, pois, em hebraico *Adam* “significa simplesmente ‘ser humano’, e não um nome masculino, “o ser humano de sexo neutro [...] tornou-se mulher e homem”, deste imbróglio linguístico, e conforme as conveniências no curso da história, as mulheres são vistas como subordinadas aos homens. A autora, destaca que há muitas definições a depender do contexto histórico e cultural, portanto, há patriarcados e, assim, também há feminismos em reação.

Em matéria de acesso à política por mulheres, o Brasil foi um dos últimos no mundo a regulamentar o voto feminino, em 1932, via Decreto presidencial. Apenas com o advento da Constituição de 1934 (Brasil, 1935), tanto o voto como candidaturas femininas foram regulamentados (Marques, 2019).

No cenário brasileiro, as “sufragistas”, mulheres que empenharam seu tempo, seus conhecimentos e coragem, forjaram ações das mais diversas e criativas para conquistar a plena cidadania. Por exemplo, Marques (2019, p. 101) relata o que ocorreu na região Nordeste, em 1928, como marco das primeiras eleições a acolherem votos femininos: “para reforçar a campanha, as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foram até Natal para apoiar as novas eleitoras e sobrevoaram a cidade lançando panfletos sufragistas”. Isso mesmo, sobrevoaram, sinal de criatividade e empenho. Outro exemplo, foi o da advogada Diva Nolf Nazário:

Ela buscou o cartório eleitoral de sua cidade, Batatais (SP), para alistar-se como eleitora e teve o seu pedido rejeitado pelo juiz. Em resposta, publicou, em 1923, a obra *Voto feminino e feminismo: um ano de feminismo entre nós*, em que a jovem defende a causa da igualdade legal entre homens e mulheres (Marques, 2019, p. 103).

Além destes exemplos, destaca-se, a grande sufragista do Brasil, Bertha Lutz, que com outras mulheres feministas fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ela era Bióloga, Advogada, Servidora Pública, foi membro da Sociedade Internacional das Mulheres Geógrafas, e elegeu-se como suplente na Câmara Federal, chegando a tomar posse como titular em 1936; viveu de 1894 a 1976 (Marques, 2019, p. 90-91).

Contemporânea de Bertha Luz, Maria Lacerda Moura, sufragista, feminista e anarquista, foi colaboradora da revista “Utopia” que circulou entre 1913 e 1914, e de outras publicações de cunho anarquista como o jornal “A Plebe” e a revista “Renascença” (D’Angelo, 2017). Moura lutou pelo voto feminino, mas também, criticava a atuação das mulheres sufragistas, seu pensamento de vanguarda ia para além do movimento feminista, se posicionava dentro da luta de classes, sendo esta escolha, causa de seu afastamento de muitas das associações feministas da época (D’Angelo, 2017). A exemplo:

Em 1919, juntamente com Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura fundou a Liga pela Emancipação Feminina. Essa liga tinha como objetivo promover a instrução feminina para que, através dela, as mulheres atingissem sua emancipação. Afastou-se dos movimentos feministas da época, vistos por essa militante como movimentos burgueses, crítica também feita em relação à Liga, compostos, em sua maioria, por pessoas de classe média tendo como referência os movimentos feministas europeus e estadunidenses. Sua crítica passava, principalmente, pelo fato destes movimentos não reivindicarem a superação do sistema capitalista e/ou buscarem a emancipação da mulher com sua participação na política através da ocupação de cargos públicos (Lima; Queluz, 2014).

Moura (D'Angelo, 2017), entre suas preocupações abordava o capitalismo e o papel relegado à mulher sob o patriarcado, e criticava a falta de inclusão de marcadores sociopolíticos. Em Ballestrin (2017, p. 1036) encontra-se consonância com o pensamento de Moura, quando afirma:

É importante notar que esse antagonismo é acentuado a partir da interiorização de marcadores como classe, etnia e nacionalidade – que andam sob a ótica interseccional ao lado das questões de gênero. Se assumirmos a razoabilidade dessas premissas, uma série de questões se abre em termos de identidade, diferença e (des)igualdade para o movimento e a teorização feminista em âmbito global.

O Movimento Feminista, conforme explana Zirbel (2021), é diverso em suas geografias, reivindicações, *status* social, cor, etnia, cultura. Porém, mundialmente vem em ondas, ou é classificado em ondas, quando determinado tema mobiliza mulheres, ainda que as necessidades individuais sejam diversas. O sufragismo é considerado como motivador da primeira onda.

Ainda nesta primeira onda do feminismo no Brasil, vale chamar a atenção para o movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” (Pinto, 2010, p. 16). Céli Pinto (2003, p. 35) resgata a fala destas que em 1917, proclamaram em um manifesto: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (Pinto, 2003, p. 35).

A segunda onda se estabelece no tempo de pós-guerra, advindo do fato da mulheres terem assumido postos masculinos de trabalho, pois os homens foram para o *front*. As mulheres se tornaram operárias de fábricas, bombeiras, motoristas de ambulância, principalmente entre a Primeira e Segunda Guerra, o que acabou pressionando as conquistas feministas a partir deste tempo. Esta segunda onda abarca acontecimentos políticos, por exemplo, em 1968 houve protestos estudantis a partir da França, se espalhando pelo mundo. Outro exemplo, repercutindo 1968, acontece, com teor marcadamente feminista: a queima de sutiãs em Nova York, durante um concurso de Miss, que segundo as manifestantes objetificava o corpo feminino. Questões reprodutivas e do espaço do trabalho caracterizam esta onda.

Céli Pinto (2010, p. 16) pontua que entre uma onda e outra, aconteceu um grande marco literário: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Durante ,a segunda onda, outro marco da literatura feminista,

Betty Friedan lança, em 1963, o livro que seria uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: “A mística feminina” (Pinto, 2010, p.17).

Dos anos 1990 em diante, e talvez ainda nos dias atuais, têm-se a terceira onda com as manifestações de massa, como a Marcha Mundial de Mulheres, com representantes de mais de 150 países, reivindicando atenção sobre a pobreza e a violência. Também, no Brasil acontece, a exemplo, a Marcha das Margaridas, na luta contra a fome, sexismo, sexualidade, racismo e a violência entre outros pontos. A 1ª Marcha em agosto de 2000, contou com 20 mil mulheres (Marcha das Margaridas, 2024). No cenário brasileiro, as campanhas sobre o assédio nos espaços do trabalho, de lazer, etc... a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e, recentemente, a Lei do Femicídio (Brasil, 2015) resultam destas movimentações.

Outra página da história brasileira, marcada pelo ativismo feminino, aconteceu durante a Constituinte de 1988. Pedro Bassan (2023, p. 83) escreve: “o inciso 1 do artigo 5º teve esse poder: ‘Homens e Mulheres são iguais em direito e obrigações [...]’”. E, acrescenta, “as constituições anteriores já diziam que todos eram iguais perante a lei, mas, depois, o que se via na prática é que todos os homens eram iguais perante a lei. Por isso a luta pela inclusão da palavra *mulheres*” (Bassan, 2023, p. 83). O autor relata que foi uma inclusão de palavra, de “último momento” como referiu Jacqueline Pitanguy: “‘Não, não pode entrar de novo a palavra todos. Vamos ligar para os parlamentares para dizer que tem que ser homens e mulheres. Nós temos que existir. Nós temos que estar ali presentes com uma palavra’” (Bassan, 2023, p. 83-84).

Apesar da sub-representação, “21 constituintes homens para cada mulher constituinte” (Bassan, 2023, p. 85), muitas conquistas aconteceram com telefonemas, visitas a gabinetes, cartazes e mobilizações com mulheres de todos os cantos do país e de várias profissões e atividades. Houve conquistas como: licença-maternidade de 90 dias; reconhecimento de união estável que ampliou direitos para as mulheres e seus filhos, que antes eram considerados ilegítimos; a defesa do Estado contra a violência familiar, que desencadeou a Lei Maria da Penha (Bassan, 2023).

O estabelecimento legal da união estável veio em apoio às mulheres e crianças, salvaguardando as questões de herança (Brasil, 1988, art. 226). O “*lobby do Baton*”, como era chamado por parlamentares e assumido como *slogan* de impacto pelas mulheres, alçou voos e trouxe avanços que para o século XXI parecem

normatizados, mas que à época eram inimagináveis para as mulheres brasileiras, que já eram maioria da população (Monteiro, 2018).

Os estudos de Mota e Biroli (2010), Miguel, Marques e Machado (2015), e Silva e colaboradores (2017) elencam os aspectos que perpassam o território, marcadamente masculino na esfera política, e as dificuldades de mulheres de estarem neste espaço. Tal realidade se apresenta por conta de diversos fatores, um deles explicita o modo como se dá o financiamento das campanhas eleitorais, que é mais direcionado aos homens, apesar da Lei de Cotas, a Lei das Eleições (Câmara dos Deputados, 1997) estabelecer a participação de 30% de mulheres no total de elegíveis em cada partido.

Os mesmos autores, ainda relatam as questões de endogenia e misoginia presentes, constantemente, no contexto eleitoral. Ou seja, apontam características de uma sociedade que ainda não avançou quanto às relações de gênero, no que tange ao acesso mais representativo das mulheres na Câmara Federal e em outros espaços de poder como, por exemplo, no Senado Federal, no Supremo Tribunal Federal e em outras esferas políticas.

Com tantos avanços e retrocessos que atravessaram estes 90 e poucos anos desde o primeiro voto feminino, o discurso anticonservador (progressista) em meio ao movimento que atinge muitas nações no século XXI sofreu uma guinada à direita do espectro político. Recentemente, a Argentina elegeu um candidato ultraconservador como Presidente da República, sendo felicitado pela Primeira-Ministra da Itália (Terra, 2023), esta que, em 2022, formou uma coalisão de direita para governar o país.

No Brasil hodierno, este movimento tem nome e sobrenome: se nomina como “bolsonarismo”. Conforme Chagas (2023, p. 12), “não se sabe precisar quem primeiro cunhou o termo bolsonarismo, todavia, ele surgiu como uma expressão para designar as ideias e práticas do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores”, em analogia a outras como se vê em “lulismo, chavismo, tatcherismo para vincular ideologias a determinados sujeitos políticos”. Uma ideologia que, como outras, cresceu além do nome do homem que a carrega, esse movimento resgatou uma sociedade conservadora, cujos tentáculos avançaram pelo país afora. O fato de que o homem que deu nome a este movimento não ter obtido êxito na reeleição, não estagnou as ações ou diminuiu a onda conservadora no Congresso.

Mesmo sendo importante esta ação do conservadorismo, a bancada feminina recém-eleita (outubro/2022) pode ter trazido dos diversos espaços do território

nacional sua escolha como representantes de mulheres através do voto de mulheres, mas não necessariamente. Não se pode afirmar que mulheres votam preponderantemente em mulheres, tampouco que a população preta vota em candidatas(os) pretas(os), ou que indígenas somente votam em indígenas, ou ainda, que pessoas LGBTQIA+ votem apenas em candidatas(os) também LGBTQIA+. É possível que exista a tendência, seja em eleger iguais ou de mesmo ponto de vista, ou com as mesmas necessidades e objetivos, porém, não se pode afirmar sobre o voto sem considerar que é secreto e que pesquisas nunca são 100% exatas, há margem de erro. Ou seja, qual a motivação para depositar o voto em uma mulher: por ser mulher, por ser mulher de determinada etnia, raça, cor ou ideologia?

A centralidade desta pesquisa está em compreender de que forma a Geografia do Voto implica na ascensão do anticonservadorismo político brasileiro feminino, na Câmara Federal, nas eleições de 2022. A expressão Geografia do Voto para fins, deste estudo, abrange especificidades étnico-raciais e das sexualidades. Do ponto de vista identitário, a Câmara Federal está contemplada com mulheres negras, indígenas, transexuais.

Portanto, esta pesquisa de Mestrado quer contribuir para Geografia Política, no viés da representatividade do anticonservadorismo, por meio da análise do discurso das Deputadas Federais, que são minoria (18%) na Câmara Federal, considerando os aspectos étnico-raciais e de identidade de gênero. Ressalta-se, por um lado, que ao realizar o levantamento bibliográfico sobre o anticonservadorismo, a princípio optou-se pelo descritor “conservadorismo”, porque acredita-se que dele se descortina o caminho para a análise do discurso progressista. Ou seja, para se chegar ao anticonservadorismo, primeiramente a pesquisa se pautou no conservadorismo, uma vez que não existe o anti sem o conservadorismo.

O lar “conservador” é expoente do conservadorismo dos costumes, da moral e da política, que foi reelaborando a onda conservadora brasileira. Como analisa Clemente (2018, p. 89), “[...] a função social atribuída pelo conservadorismo às mulheres, [...] que pertencem fundamentalmente ao ente familiar e ao mundo privado e que somente nessas relações as mulheres são socialmente valorizadas”. Como explicita, a mensagem subliminar implícita na expressão: “bela, recatada e do lar” (Linhares, 2016) e importa porque a garantia do conservadorismo passa pela caracterização do espaço do lar.

O recorte da pesquisa deteve-se sobre a representatividade das minorias. A própria questão da expressão “minorias” causa um desassossego: no caso, as Deputadas Federais, representam diferentes mulheres brasileiras, mas que não são, necessariamente, minorias. Portanto, há de se questionar a própria expressão. Em levantamento realizado junto ao *site* do TSE, foi possível identificar que:

- Mulheres não foram eleitas para a Câmara Federal por Alagoas, Amazonas, Paraíba e Tocantins, no entanto, todas as regiões do país têm representantes na Câmara Federal;
- Do total de 91 Deputadas Federais eleitas, 36 se reelegeram para a Câmara Federal, eram 77 as Deputadas Federais em 2018 (Gráfico 1);
- Quase todas das candidatas autodeclaradas/autoidentificadas como pretas, indígenas e transexuais são de Partidos coligados à campanha eleitoral (2022) que elegeu o Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva; foram eleitas por Partidos à esquerda do espectro político;
- Ao selecionar, dentre o conjunto das mulheres eleitas para a Câmara Federal, com o critério traços identitários não-normatizados, ou seja, aquelas implicadas nas interseccionalidades — mulher-preta, mulher-indígena e mulher-trans —, são 18 as Deputadas Federais;
- Dentre as 18 selecionadas, quatro reforçam o discurso conservador na Câmara Federal. Destas mesmas 18 selecionadas, apenas uma é branca, sendo uma mulher trans, quatro são mulheres indígenas, e 13 mulheres pretas, sendo que uma é preta e trans, outra se autodeclara como indígena, mas, se autoidentifica socialmente como “afro-indígena”.

Gráfico 1 – Evolução da bancada feminina na Câmara Federal



Fonte: Câmara dos Deputados/Cedi
Fonte: Siqueira e Doederlein (2022).

Arte: Agência Câmara 03/10/22

A opção desta pesquisa de Mestrado foi não apenas trilhar o caminho da homofobia, misoginia, ou racismo estrutural, valorizou-se, também, o sentido da superação, não somente destas mulheres que representam as minorias, mas o quanto há de representatividade das minorias ao elegê-las. Castro (2005, p. 159) revela como acontecem estas transformações nos espaços sociais:

A geografia eleitoral contribui, em particular, para dar visibilidade aos marcos espaciais daqueles fatores, ou condições, que afetam o voto e os resultados das eleições. Neste sentido, tanto os sistemas eleitorais como os resultados das eleições podem ser analisados através do que apontamos como razões espaciais, ou seja, as muitas condições que no território cercam a existência humana, como a localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos etc.

A exemplo, a Deputada Federal Carol Dartora relata como o voto racista estrutural foi vencido, no caso dela em particular, por ter sido a primeira mulher preta a se eleger, pelo Paraná, para a Câmara Federal:

A gente tem que trabalhar com a sociedade então que a gente conseguiu também criar consciência crítica da importância de pessoas não negras também entenderem que a luta contra o racismo é uma luta de todos é um problema social e, portanto, é um problema que tem que ser combatido por toda a sociedade (Carta Capital, 2022, 10:01-10:18).

A temática sobre a mulher ocupando cargos políticos é absolutamente atual. Cabe ressaltar a necessidade de mudança do perfil das pessoas eleitas à Câmara Federal, é razoável pensar que mulheres devem estar presentes, minimamente, na mesma proporção em que assumem lugar de responsável por suas famílias. No território brasileiro, quase metade das mulheres é chefe de família, “o número de mulheres que são responsáveis financeiramente pelos domicílios vem crescendo a cada ano e já chega a 34,4 milhões” (Barbosa; Phelipe, 2020).

Dando propriedade ao lugar de fala, contempla-se um artigo da Deputada Federal, Fernanda Melchionna (2019), que pontua: “vivemos uma crise mundial na qual os governados não se sentem representados por seus governantes. Sem risco de exageros, podemos dizer que vivemos a Era da Desrepresentação”. É possível considerar que esta “desrepresentação” aconteça, sobremaneira, no universo feminino. Inclusive, porque em alguma medida pode estar evidenciada a “desrepresentação” quando se avalia que mais da metade da população brasileira é de mulheres, porém, somente 17,7% estão representadas na Câmara Federal (Brasil, 2023).

Destaca-se, que a Câmara Federal é espaço de discussões, debates, e deliberações legislativas que nortearam as políticas públicas, onde ocorrem as reformas que, por norma, tem solapado direitos das mulheres, ainda mais, aquelas chefes de família. Sempre com a ressalva de que o voto livre e secreto nem sempre traz em si esta almejada representação e que, apesar de oportunizar suas demandas e caminhos de conquista, o voto pode não corresponder às perspectivas mais vantajosas do/a eleitor/a.

Essa participação das mulheres no espaço da política, que é um direito e uma missão pública de representação da maioria da população brasileira, é indispensável. É possível transformar o cenário atual de pouca participação das mulheres em cargos políticos, através de uma espécie de efeito contagiante ou dominó, uma vez que “eventos chaves, como a vitória de mulheres em eleições majoritárias, desencadeiam mecanismos de retroalimentação que resultam na ampliação do espaço das mulheres na política” (Speck, 2018, p. 57).

Inferese, portanto, que há relevância no discurso das eleitas para a Câmara Federal, ou seja, cada possibilidade de pronúncia se apresenta como um “evento chave”, pois, como ensina Foucault, em “A ordem do discurso” ([1970] 2012, p. 8), há valor e significância do que revela “[...] o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita”, qual seja, uma “[...] inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina”. Na mesma toada, ressalta Arendt ([1958] 2007, p. 11), “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois, é o discurso que faz do homem um ser político”.

Pode-se aventar que possivelmente, atualmente, Arendt escreveria “é o discurso que faz da mulher e do homem seres políticos”. Afinal, como conclui Xavier (2018, p. 519):

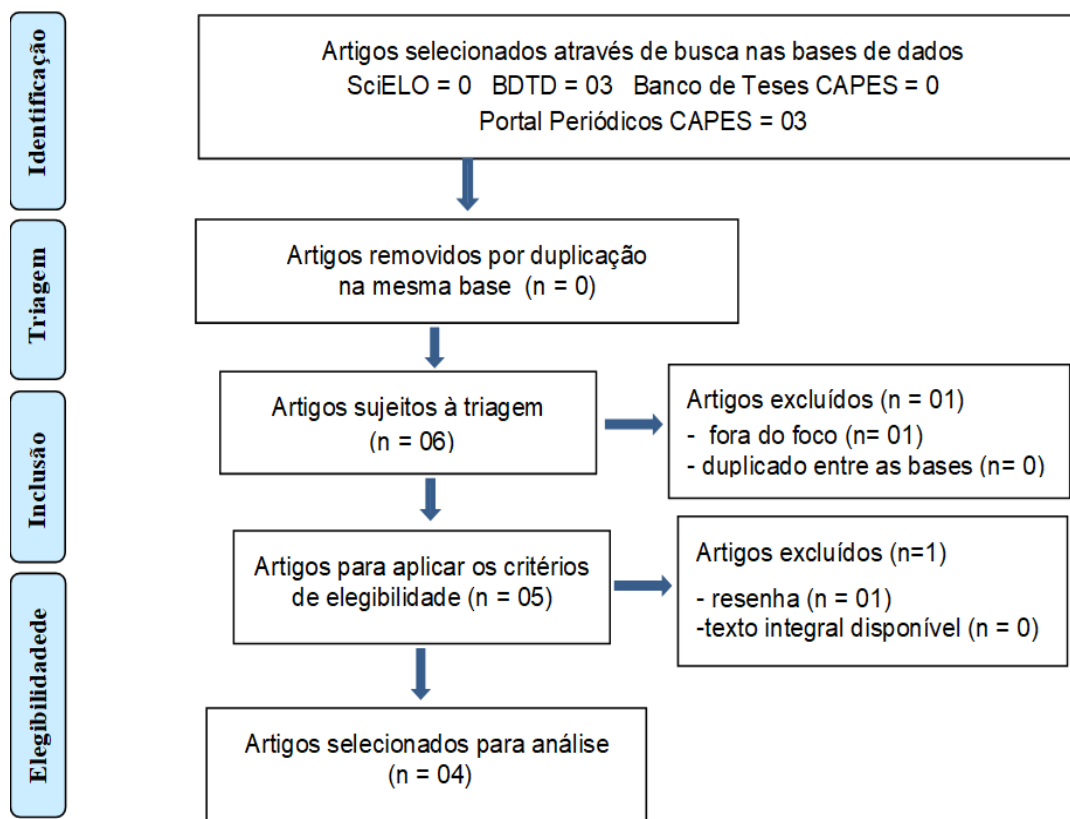
Vivemos um momento de muitas incertezas e desafios que convoca todos a refletir sobre as potencialidades e caminhos de mudança para uma democracia efetiva baseada na solidariedade, na justiça social, no respeito à diversidade e na liberdade. De nossa parte, acreditamos que a política, orientada por estes objetivos, necessita considerar os lugares (meio construído onde a vida é compartilhada) e os sujeitos corporificados que os habitam, logo, a pluralidade da existência.

A fim de investigar o que trazia a literatura até o ano de 2022, sobre situações similares anteriores, fez-se busca inicial por artigos, teses e dissertações nas bases

eletrônicas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) os descritores foram: deputadas; câmara federal; conservadorismo político brasileiro; interseccionalidades; representatividade; geografia do voto.

A busca nas bases de dados capturou seis artigos. Com a leitura dos resumos, um foi excluído devido a estar fora do foco, outro foi desprezado por ser uma resenha. Resultou que aplicados os critérios de elegibilidade, restaram quatro textos (Figura 4), que foram lidos na íntegra, e analisados. Os estudos analisados contemplaram as áreas do Serviço Social, Ciências Políticas e Estudos Linguísticos. Dentre as autorias, duas são mulheres. Apenas um texto é um artigo científico, os demais textos são acadêmicos, provenientes de Mestrado e Doutorado, o artigo é recorte desta tese.

Figura 4 - Fluxograma mostrando a inclusão e exclusão de estudos em cada etapa



Fonte: elaborado pela Autora (2023), baseando-se no PRISMA (Moher *et al.*, 2009).

No Quadro 1 estão discriminadas as autorias e as principais contribuições retiradas de cada texto.

Quadro 1 – Artigos analisados e principais contribuições

Título da publicação	Autoria	Principais contribuições
Às “inimigas”, a lei: (neo)conservadorismo e a atuação da Câmara dos Deputados em projetos de lei dirigidos às mulheres	Clemente, C. D. Dissertação , PUC-SP, 2018.	A pesquisadora se debruçou sobre 225 PLs apresentados à Câmara Federal, entre 2015 e 2018, que versavam sobre questões das mulheres brasileiras. Para contextualizar a pesquisa, foi elaborada análise sobre o conservadorismo político brasileiro que se acentuou na última década na tentativa de desvalorizar as propostas das políticas públicas apresentadas pela esquerda do espectro político.
A retórica da guerra cultural e o parlamento brasileiro: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff.	Santos, F. R. C. Tese , UFMG, 2019.	A pesquisa é documental. O autor analisa todo histórico do <i>impeachment</i> da presidente Dilma Rousseff e estes anos de onda conservadora que vêm compondo o cenário político, ideológico, jurídico e de muitas manifestações sociais. Traz definições de esquerda e direita e historiciza a questão da dialética entre o discurso progressista (marxista, socialista e anarquista) e o discurso conservador (liberal e neoliberal); resgata o histórico do conservadorismo na Câmara Federal nos últimos anos, antes e depois do <i>impeachment</i> e destaca várias biografias do discurso e da retórica. E, ainda, o conceito de guerra cultural, popularizado na década de 1990: visão conservadora (tradicional) em contraponto a visão progressista (de esquerda), no que se refere as questões de comportamento, sexualidade, raça e religião.
As disputas em torno das famílias na câmara dos deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo.	Santos, R. M. Tese , UnB, 2019	A pesquisa é documental. A tese se refere a influência do familismo tradicional nas discussões das leis na Câmara Federal. A autora ressalta que muitas das discussões feitas pelas deputadas progressistas foram importantes na defesa de direitos que estavam sendo retirados.
A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil	Santos, R. M. Artigo , Rev. Agenda Política, 2020.	A pesquisa é documental. Objetivou discutir a relação entre a mobilização de questões de gênero e sexualidade e a ascensão da extrema direita no Brasil. Contextualizou os acontecimentos da década de 2010-2020), período marcado por avanços e reações no que se refere aos direitos das mulheres e da população LGBT.

Fonte: elaborado pela Autora (2023).

Os estudos selecionados abordam a onda conservadora do Brasil, todos resgatam um dos momentos mais impactantes do cenário político nacional: do *impeachment* de Dilma Rousseff até a ascensão de Jair Bolsonaro. Apesar de que os objetivos das quatro pesquisas selecionadas para a análise tenham sido diversos, o cenário desde a eleição pós-*impeachment* atravessa os resultados, como um momento crucial de misoginia coletiva da política e da sociedade brasileira.

Rayani Santos (2020) lista os acontecimentos com as características à direita do espectro político, desde 2010 até 2020, para explicitar a relação entre o avanço das direitas contra as pautas “pró LGBT”: como o *kit* anti-homofobia, o chamado “kit gay”; a tentativa de retirada da expressão “gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação; o avanço da bancada evangélica; e Jair Bolsonaro na liderança do governo. Atravessando todas estas questões a autora ressalta os aspectos misóginos do próprio *impeachment* de Dilma Rousseff, em sua Tese (2019) e em artigo (2020), e nomina o fato como golpe parlamentar. Neste ponto, observa-se que o impedimento-golpe, tendo ocorrido sobre uma mulher é sintomático, tanto porque o lugar da mulher, para a direita, é no espaço do lar e não na Presidência da República.

Frederico Santos (2019), em sua pesquisa na área de estudos linguístico, relaciona e analisa todos os 513 discursos proferidos durante *impeachment*, no viés da guerra cultural entre direita e esquerda. Enquanto, Clemente (2018) se detém na análise de 225 Projetos de Lei propostos na Câmara Federal sobre as questões femininas. A mesma autora destaca aspectos misóginos destes projetos e os embates entre deputados e deputadas que se posicionam em campos contrários ideológicos e não se furta em nominar o *impeachment* como golpe, da mesma maneira que Rayani Santos (2019; 2020).

Clemente (2020) considera que o conservadorismo existe em circunstâncias referentes à manutenção da família tradicional, não somente existe, mas depende dela para seu fortalecimento. O alicerce desta família é a mulher, aquela que é valorizada somente se estiver na privacidade do lar. O público, e muito menos a política, não deve ser o espaço do feminino. A família tradicional é branca, heterossexual, o homem é o provedor, detentor de recursos financeiros suficientes para a manutenção desta mulher e prole no recôndito do lar, e seu espaço é no privado.

No contraponto, Rayani Santos (2019) apresenta os lares das mulheres pretas, que ainda em sua maioria são pobres, muitas vezes, chefes da família — quando o homem ainda assume este papel, também tem dificuldades financeiras — portanto, esta mulher tem que viver o público e o privado. Esta interseccionalidade vai transformar o conservadorismo em discursos e atitudes progressistas. Deste ponto de vista, a sociedade e a política perdem o conservadorismo, sendo a família de características nada tradicionais.

Santos (2019) considera a dicotomia a partir das mulheres negras americanas, porém, as mulheres pretas brasileiras vivem, ou sobrevivem, em lares similares. Escalas diferentes, condições de vida semelhantes, que se aproximam pela cor da pele. Esta pesquisa, dentre os estudos em análise, não atingiu certas camadas da população, que ocupa espaços dentre os municípios do território nacional, e que são representadas pelas Deputadas Federais eleitas em 2022. Portanto, tema carente de discussões em artigos e teses e dissertações são os discursos das Deputadas Federais, estas sendo minoria, representam a minorias das minorias: pretas, indígenas e transexuais.

Para compreender a produção do espaço do feminino e suas lideranças ou a ausência dela, procedeu-se consulta na base Observatório da Geografia Brasileira (OGB)¹, em março de 2023. Visou-se capturar artigos utilizando como descritores “voto”, “eleições”, “mulheres” e “gênero”, em periódicos da área de conhecimento da Geografia. A consulta identificou 26 artigos, no período de 1998 a 2022 (Quadro 2).

Quadro 2 - Relação descritor – artigos de 1998 a 2022

Descritores	Total de artigos
Voto	01
Eleições	08
Mulheres	15
Gênero	02

Fonte: OGB - Grupo de Estudos Territoriais, 2023.

¹ O Observatório da Geografia Brasileira é um projeto que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que desde 2008 oferece à comunidade geográfica brasileira a possibilidade de explorar seu acervo composto por artigos de periódicos com avaliação Qualis-Capes na Área da Geografia (Pinto, 2022). www.gete.net.br

O resultado foi observado sob o prisma do tratamento geográfico dados aos textos, sendo que está focado na Geografia Política. A maioria dos estudos versa sobre eleições estaduais e municipais, quando trata do Brasil como um todo, detém-se na questão do financiamento das campanhas eleitorais que atende sempre mais a candidatos homens.

A respeito do que diz a legislação sobre os almejados 30% de candidatas, Silva e colaboradores (2017, p. 256) entendem que “a maioria dos partidos políticos utiliza a estratégia de completar a chapa a ser registrada para a disputa com candidatas sem pretensão ou possibilidade eleitoral”. Ou seja, uma falácia, pois, acaba “gerando assim um alto índice de renúncia ou indeferimento de registro dessas candidaturas muito acima do índice geral” (Silva *et al.*, 2017, p. 256).

A questão central que norteia este estudo é: de que forma a Geografia do Voto implica na ascensão do anticonservadorismo político brasileiro feminino na Câmara Federal, nas eleições de 2022? As questões específicas são:

- a) De que forma a Geografia do Voto influencia no acesso das mulheres na Câmara Federal?
- b) Como se configura o perfil das mulheres eleitas em 2022 para a Câmara Federal?
- c) Como o discurso anticonservador tencionou o sucesso eleitoral das mulheres para a Câmara Federal?

Para garantir as respostas a estas questões e antes de realizar a pesquisa de campo pretendida, qual seja, entrevistando pessoalmente as Deputadas Federais eleitas, procedeu-se uma pesquisa buscando por entrevistas realizadas e disponíveis ao acesso público na Plataforma YouTube. Nesta coleta de dados, foi possível conhecer antecipadamente a trajetória destas mulheres públicas, suas campanhas, Partidos e trânsito político. A partir desta coleta, fez-se o tratamento de dados com atenção aos aspectos étnico-raciais e das sexualidades.

Como apresentou-se dificuldade de se agendar entrevistas em meio ao primeiro ano de mandato trazendo dificuldades de acesso às deputadas, mesmo que ainda se tenha estendido o prazo até abril de 2024, a coleta se estabeleceu com duas participantes, diretamente, por meio de um roteiro com 20 questões abertas (Apêndice A), via *on-line*.

Soma-se a elas coleta de dados de mais quatro entrevistadas — de forma indireta — via buscas eletrônicas localizou as entrevistas realizadas e veiculadas pelo

YouTube. Estas foram transcritas por esta pesquisadora, utilizando o mesmo roteiro, buscando nas transcrições resposta para as perguntas, ou seja, importou o conteúdo e não propriamente a forma.

Quanto aos resultados das entrevistas coletadas durante a pesquisa de campo, a discussão e análise seguiu a metodologia denominada pelo acrônimo de *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (SWOT). Esta é atribuída ao engenheiro norte-americano Albert Humphrey, da Universidade de Stanford, pesquisador nas décadas de 60-70 do século XX sobre o índice “Fortune 500”. Esse acrônimo também é conhecido pela tradução para o espanhol, como *Debilidades, Amenazas, Fortaleza y Oportunidades* (DAFO) (López *et al.*, 2023). A metodologia se baseia em um diagnóstico e análise que “se divide em duas partes conforme a origem do ponto de vista territorial (endógeno ou exógeno), que por sua vez tem uma dupla perspectiva conforme a valoração (favorável e desfavorável)” (López *et al.*, 2023). Portanto, por um lado, há uma “análise interna: [...] fase na qual se realiza um estudo da situação [...] considerando fatores que se configuram como fortalezas e suas debilidades”, por outro lado, há uma “análise externa: [...] Tanto as ameaças como as oportunidades pertencem ao contexto exterior [...] para superar as ameaças considera-se também como afetam internamente” (López *et al.*, 2023). Adianta a autora, que o mesmo raciocínio de levar em conta que o que ocorre externamente pode implicar no interno, ou seja, pode servir para “melhor aproveitar as oportunidades” (López *et al.*, 2023).

No decorrer da aplicação da metodologia, “os componentes da análise se dividem em fatores negativos (Debilidades e Ameaças) e positivos (Fortalezas e Oportunidades), [...] a ordem da análise desses componentes não é relevante” (López *et al.*, 2023). Ou seja, permite evidenciar nos discursos debilidades, ameaças e/ou impedimentos, pontos fortes oportunidades e impactos na candidatura/exercício de mandato. Tal metodologia teve origem no mundo empresarial, depois no campo do desenvolvimento territorial e local, e aqui é aplicada no intuito de evidenciar no discurso das Deputadas Federais, exatamente o que trouxeram na bagagem para o pleito, como lidaram com isso, sejam debilidades ou pontos fortes, como reagiram enfrentaram percalços, etc. A correlação com a Geografia do Voto será feita durante a análise e discussão dos resultados, para tanto, primeiramente na sequência, um pouco sobre de que se trata a Geografia do Voto.

Do contingente de 15 Deputadas Federais (as outras três não elencadas, são as que se licenciaram para assumir cargos executivos) que correspondem ao foco da pesquisa, selecionou-se seis aplicando-se os seguintes critérios:

- a) Duas de cada grupo por etnia/cor e sexualidades. Esta escolha se deve a paridade de contar com duas Deputadas Federais trans;
- b) Duas que inclui as participantes de fonte primária, ou seja, entrevista direta com a pesquisadora;
- c) Quatro são de fonte secundária, cujas entrevistas foram captadas via YouTube;
- d) Duas indígenas, embora sejam três as eleitas, a seleção de duas delas se deu de forma considerando que uma delas não necessariamente traz um discurso anticonservador. Esta escolha se deu exatamente para se estabelecer um contraditório e, portanto, contribuir para um debate mais enriquecedor.

Se mostrou relevante investigar o que essas Deputadas Federais disseram que iriam fazer durante o mandato, como iriam e/ou o que dizem estar fazendo, como se ecoasse a pergunta “o que é que elas dizem que estão fazendo lá”, o que reconhecem como o lá (a candidatura/espço ocupado) e ao mesmo tempo, quem as elegeu para estar lá.

2.2 O OLHAR DA GEOGRAFIA SOBRE A LIDERANÇA FEMININA COMO PRODUÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO

Inicialmente, nesta subseção, aborda-se dois conceitos que perpassam toda esta pesquisa: espaço e Geografia do Voto, para posteriormente apresentar como a Geografia consolida a liderança feminina.

2.2.1 Espaço

No cotidiano das Geografias, o conceito de “espaço” se apresenta como relevante, está espreado de tal maneira, que mesmo aquela Geografia como, por exemplo, a Tradicional que não o reconhece como conceito-chave, o coloca em discussão. Esta pesquisa apresenta cerca de 90 vezes esta denominação e daqui se parte, através de pensadores da Geografia para definir o que seria “espaço”.

Lobato Corrêa (2000, p. 16) traz o que é espaço para as diferentes correntes geográficas. O autor coloca, primeiramente, que espaço é um dos conceitos-chaves como também são: paisagem, região, lugar e território. Ao longo do tempo, estes conceitos vão se alternando em maior ou menor importância e se destacando ou se afastando das pesquisas e dos pensadores da Geografia.

A Geografia Tradicional (1870-1950) não trata espaço como conceito-chave, mas privilegia paisagem e região (Corrêa, 2000, p. 17). No entanto, Corrêa (2000) aponta que nas obras de Ratzel e Hartshorne, o conceito de espaço é discutido sob dois pontos, o primeiro afirma que, politicamente, o espaço se transforma em território — conceito chave da Geografia para este pensador. O segundo caracteriza o espaço como absoluto, “aparece como um receptáculo que apenas contém as coisas” (Corrêa, 2000, p. 18).

A partir de meados do século XX, a Geografia passa por uma fase transformadora, atravessada pelo Positivismo. Como “Ciência da Natureza”, a Geografia teórico-quantitativa também se revela como “Ciência Social” e “Ciência Espacial”, ou seja, pela primeira vez a Geografia considera o espaço como conceito-chave. Porém, ainda persiste uma visão limitada de espaço, conclui Corrêa (2000, p. 23): “privilegiando o excesso de distância [...] e por outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegados a um plano secundário”.

Uma nova corrente alcança a Ciência Geográfica, a partir dos anos 1970, revelando uma Geografia Crítica, pensada por marxistas e não marxistas:

No âmbito dos debates o espaço reaparece como o conceito-chave. Debate-se, de um lado, se na obra de Marx o espaço está presente ou ausente e, de outro, qual a natureza e o significado do espaço. A identificação das categorias de análise do espaço é outra preocupação dos geógrafos críticos (Corrêa, 2000, p. 24).

Desta corrente, fazem parte Henry Lefebvre e sua obra “A Produção do Espaço” (1974), e inspirado por ele, Milton Santos com sua obra “Por uma Geografia Nova” (1978). A compreensão de Lefebvre para o espaço é interpretada por Correa (2000, p. 44): “decifrando-o, revelamos as práticas sociais dos diferentes dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem caminhar [...]”.

Correa (2000, p. 26), analisando a grande obra de Milton Santos e como este geógrafo concebe o espaço: “afirma não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço. Segundo ele, modo de produção, formação socioeconômica e espaço são categorias interdependente”

Outra corrente, elencada por Corrêa (2000, p. 30), é a Humanista e Cultural, resgatando dois expoentes: Tuan (1979) que entende existir vários espaços, como o pessoal, o grupal e o mítico-cultural, do qual se revela o espaço do sagrado; e, Galais (1977) que se dedica à relação de afetividade dos povos não industrializados com relação ao espaço, de como estas comunidades, por exemplo, as africanas, do Mali ou do Delta do Nilo, conhecem o solo, os rios o clima de uma forma particular: espaço vivido, imbricado com o espaço do sagrado.

Corrêa (2000, p. 21) ainda traz David Harvey, que em 1969, quando da corrente teórico-quantitativa, contextualizou o conceito de espaço relativo, que importa para a relação entre os objetos e seus custos: dinheiro, tempo e energia para o efetivo uso da terra. Harvey (1975), mais tarde, vai em defesa de Marx, construindo um artigo para resgatar a dimensão espacial, que parecia ignorada pelos postulantes marxistas.

Este “passeio” pelos espaços que Corrêa apresenta, faz refletir sobre a trajetória humana, sua diversidade, suas contradições, enfim, seus elementos que ora se estabelecem pragmáticos, ora se ampliam em movimentos de liberdade. O próprio Corrêa (2000, p. 44), por sua vez, define o espaço, como:

[...] a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional.

Em “Pelo espaço: uma nova política da espacialidade”, obra de Doreen Massey (2008, p. 9), Rogério Haesbaert, dialoga com a autora na Apresentação que faz para sua edição brasileira. Relata que o espaço para a autora é “uma imbricação de trajetórias, sempre aberto ao inesperado, ao acaso, e que enquanto *locus* [...] é marcado pela multiplicidade, apesar de todas as tentativas e os discursos vãos de homogeneização” (Massey, 2008, p. 24).

Antes de apresentar o “espaço”, Massey (2008, p. 25) vai conceituar lugar para um mundo cada vez interconectado: “para alguns é a esfera do cotidiano [...], para outros é local de negação, da tentativa de remoção da invasão/diferença” Lugar

como um refúgio seguro, como um “lar” e contraposição surge o espaço “como algo regionalizado, como sempre-já dividido em partes”, ensina Massey (2008, p. 29), que sugere outras formas de ver o espaço:

- 1) “[...] como o produto de inter-relações [sic], como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno”;
- 2) “[...] como a esfera das multiplicidades, da heterogeneidade, da pluralidade; “como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade”;
- 3) “[...] como estando sempre em construção”.

No que cabe ao recorte desta pesquisa, pode-se explorar a segunda forma, ou seja, a da esfera das possibilidades, das multiplicidades, da heterogeneidade, da pluralidade. Massey (2008, p. 31) discute a homogeneidade e aponta, distinguindo, que “a estória do mundo não pode ser contada (nem sua geografia elaborada) como a história apenas do ‘Ocidente’, ou, a estória, [...] daquela figura clássica (irônica e frequentemente, ela própria essencializada) do macho, branco, heterossexual”. Ainda, considera a autora, a questão espacial: “o argumento é de que a simples possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmas depende de um reconhecimento da espacialidade” (Massey, 2008, p. 31).

Para completar a compreensão desta perspectiva, “trajetória e estória significam, simplesmente, enfatizar o processo de mudança de um fenômeno” (Massey, 2008, p. 33). Deste ponto pode-se compreender a questão identitária, que nasce das relações das trajetórias e histórias de cada indivíduo, das combinações de tempo e de espaço, sempre em construção, em movimento, sem estar fixado, neutro ou cristalizado.

A partir das discussões apresentadas, torna-se evidente que o conceito de espaço é multifacetado e essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas na Geografia. Lobato Corrêa (2000) demonstra como as diferentes correntes geográficas abordam o espaço, destacando sua evolução de um conceito secundário na Geografia Tradicional para um elemento central nas abordagens críticas e contemporâneas. O reconhecimento do espaço como multidimensional, influenciado por relações de produção e carregado de simbolismos, reforça a importância de uma

análise geográfica que considere a complexidade das interações humanas com o meio.

Autores como Doreen Massey (2008) e David Harvey (1975) ampliam essa compreensão ao introduzirem a ideia de espaço como produto de inter-relações e como esfera de multiplicidade e heterogeneidade. Massey, em particular, desafia as tentativas de homogeneização e destaca a necessidade de reconhecer a diversidade e a pluralidade inerentes aos espaços geográficos. Sua visão do espaço como algo sempre em construção e influenciado por trajetórias e histórias individuais e coletivas oferece uma perspectiva dinâmica que é crucial para a análise de questões identitárias e de poder. Essa multiplicidade se coaduna com modo de entender de Gillian Rose (1993, p. 156), que vê o espaço como “extraordinariamente” complexo — tal complexidade é multidimensional, e “refere-se a complicada e nunca auto-evidente [*sic*] matriz histórica, social, sexual, racial e de classes que as mulheres ocupam: sua geometria é uma extensão entre locais paradoxais”.

Portanto, a análise do espaço na Geografia deve ser crítica e interseccional, reconhecendo as diversas influências que moldam as experiências espaciais. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das relações de poder e da representatividade, especialmente no contexto das identidades não-normatizadas na C F. O espaço, visto como uma construção social e política, é um campo de lutas e simbolismos, refletindo e moldando as trajetórias humanas e suas interações com o meio. Assim, a análise geográfica se torna uma ferramenta poderosa para desvendar as complexidades das dinâmicas sociais e políticas contemporâneas.

2.2.2 Geografia do voto

Para Chimin Jr. (2016, p. 39), “a discussão da Geografia do Voto enquanto campo de pesquisa no Brasil, vem segmentada como subcampo da Geografia Política”. Nesse sentido, Toledo Jr. (2007, p. 172) já destacava que:

Através do estudo geográfico das diferenças socioespaciais dos votos, é possível a compreensão do papel do lugar na formação de valores e conhecimentos na formação da preferência eleitoral, sua relação com a territorialidade dos candidatos a cargos dos poderes Legislativo e Executivo, bem como das distorções desse processo provocadas pela transferência geográfica de valor do voto.

Diego Santos (2015) resume a questão da dificuldade da conceituação de Geografia do Voto: se procura por “padrões na distribuição dos votos em uma eleição, [...] se existe alguma associação entre a votação que determinado candidato, partido ou coligação recebeu e certos atributos territoriais”. Para ele, que considera a Geografia do Voto como “um viés de pesquisa da Ciência Política”, o que aproxima a Geografia e a Ciência Política, “seria tomar o território como unidade de análise” (Santos, 2015).

Castro (2005), em "Geografia e política: território, escalas de ação e instituições" contribui significativamente para a compreensão da Geografia do Voto ao discutir a importância do território como uma unidade de análise essencial para desvendar as dinâmicas políticas. A autora argumenta que o território não é apenas um espaço físico, mas um constructo social e político que reflete as relações de poder e as práticas sociais; ela defende que a análise do território deve considerar a multiplicidade de escalas envolvidas, desde o local até o global, para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas eleitorais.

Na análise de Ricardo Borges da Cunha e César Augusto Ávila Martins (2017), é enfatizado que a Geografia Eleitoral deve considerar os processos eleitorais como formas de organização política, integrando os períodos pré e pós-eleitorais para compreender melhor os desdobramentos democráticos. Os autores destacam que os métodos quantitativos inicialmente usados não conectavam o processo eleitoral com a política praticada, sugerindo a adoção de um modelo sistêmico para entender o pleito como um momento contínuo da vida política. Eles defendem que a eleição é uma manifestação de poder com diferentes graus de visibilidade e regulação, e que a análise deve ir além dos resultados, considerando os impactos políticos e sociais subsequentes.

Sonia Terron (2012) reforça essa perspectiva ao traçar a trajetória histórico-conceitual da Geografia Eleitoral, desde suas origens na França com André Siegfried até os desenvolvimentos contemporâneos. Ressalta, a autora, a relevância da análise espacial como método para entender a regionalização dos votos partidários e o efeito dos gastos de campanha. Ela aponta que a Geografia Eleitoral pode revelar padrões de dependência espacial de votação, onde fatores econômicos, sociais e culturais interagem para moldar os resultados eleitorais.

Daniel Abreu de Azevedo (2023) explora as possibilidades da Geografia Eleitoral contemporânea, destacando como a difusão de *softwares* de

georreferenciamento e novas técnicas estatísticas ampliaram as possibilidades desse campo. Azevedo argumenta que a produção brasileira em geografia eleitoral é ainda incipiente comparada à produção anglófona, com uma concentração de interesse no efeito composicional do espaço em detrimento do efeito contextual. Ele sugere a superação dessa dicotomia, posicionando ambas as abordagens como campos ricos da Geografia Eleitoral.

Este debate teórico vem ao encontro da prática dos movimentos sociais que, embora, sejam de diferentes naturezas, trazem pautas comuns, como salienta a Deputada Federal Daiana Santos (2022), educadora social e sanitária, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), eleita pelo Rio Grande do Sul (RS):

É uma mobilização constante que não pára e é para trazer mesmo a consciência da necessidade de um voto, o voto lúcido, o voto que vem a ser parte dessa estrutura que nós acreditamos ser a mais igualitário um voto que é antirracista, o voto que é feminista, voto que é a favor da população, o voto que é sim pela comunidade LGBTQIA+, voto que é pelo povo.

Importa enfatizar que desde esta fala, percebe-se que a geografia do voto, não está necessariamente voltada a determinados municípios ou locais, e de um certo tipo de atividade econômica. Parece evidente que se trata de um voto de outra natureza, é um voto lúcido.

A perspectiva lançada sobre a temática do sucesso eleitoral de Deputadas Federais, em 2022, a partir da Geografia do Voto esbarra em surpresas como: das 18 Deputadas Federais (pretas, indígenas e/ou trans) foram eleitas três candidatas autodeclaradas pretas na região mais branca do País, a Sul, enquanto na região Nordeste, somente uma. Nenhuma na região Centro-Oeste e na região Norte, também três. As demais são da Região Sudeste. Somente uma indígena foi eleita pela Região Amazônica, mas nenhuma mulher foi eleita Deputada Federal no Amazonas. Vê-se que a Geografia do Voto tem suas circunstâncias.

Embora esta pesquisa não tenha tido o intuito de analisar as Deputadas Federais eleitas autodeclaradas como pardas, é uma vertente bastante relevante no leque de cores brasileiras. Foram 16 as eleitas e de quase todas as regiões do país, menos da região Sul. Este dado aponta para uma diversidade étnica considerável entre as eleitas, refletindo as complexas interações entre identidade, território e preferências eleitorais.

Segundo Castro (2005), a análise da Geografia do Voto deve considerar não apenas os padrões espaciais de votação, mas também as práticas políticas e os contextos socioeconômicos que moldam esses padrões. A inclusão de diversas perspectivas teóricas e empíricas enriquece a análise, permitindo uma visão mais ampla e profunda das forças que influenciam o comportamento eleitoral e a representatividade política.

Portanto, a Geografia do Voto oferece uma lente valiosa para compreender as dinâmicas eleitorais no Brasil, revelando como fatores espaciais, socioeconômicos e culturais interagem para moldar os resultados das eleições. A análise da Geografia do Voto deve considerar a diversidade e a pluralidade dos contextos locais, reconhecendo as diferentes trajetórias e histórias que influenciam o comportamento dos eleitores e a configuração política do país.

2.2.3 Liderança feminina

Dos achados da pesquisa no OGB, a periferia das grandes e médias cidades é estudada por Nabozny (2007), que aborda a perspectiva da Geografia Feminista, delineando as complexidades enfrentadas por mulheres residentes em áreas periféricas ao tentarem se inserir no cenário político, com foco na participação em reuniões de orçamento participativo. Entre os fatores de exclusão dessas mulheres nesses espaços, destaca-se a condição de ser mãe solteira, pertencer à periferia ou mesmo ser uma mãe casada cujo principal foco recai sobre a maternidade, o que inviabiliza sua participação. Segundo a pesquisa, as mulheres que se destacam como líderes políticas, no contexto do orçamento participativo, são aquelas que não possuem filhos ou já cumpriram suas responsabilidades parentais, sendo que a maternidade já não configura como uma preocupação premente.

Quanto às eleições, para as participantes da pesquisa de Nabozny (2007, p. 71), a escolha de candidatos/candidatas revelam questões importantes: 50% escolhem candidato/a pelo passado empreendedor; 30% pelo caráter pessoal do/a candidato/a; e, 20% pelos projetos apresentados. Nabozny (2007, p. 72) conclui que estes percentuais demonstram a dificuldade enfrentadas pelas mulheres que pretendem se eleger. E, mais, “resulta numa maior dificuldade de renovação do quadro político”, pois, se as mulheres que se apresentam como candidatas “não possuem uma trajetória explícita na política partidária”, ou não são de natureza

empreendedora, “como é o caso de candidatas mulheres que tenham recentemente adentrado com maior expressividade nas disputas eleitorais”, não são candidatas a receberem os votos (Nabozny, 2007, p. 72).

Outro espaço político, onde o feminino ainda não alcançou grande quantitativo de mulheres candidatas e/ou eleitas, são as prefeituras. Bueno e colaboradores (2020) pesquisaram sobre as vereadoras dos municípios com mais de 50 mil habitantes e as causas da sub-representação feminina nos pleitos de 2008, 2012 e 2016. Os autores correlacionam o percentual de recurso financeiro, o sucesso eleitoral e o baixo investimento em candidaturas femininas, e apontam as causas do baixo investimento:

A porta de entrada para as eleições é mais estreita para as mulheres: de cada 15 homens um torna-se inapto para as urnas. Entre as mulheres, uma em cada 10 renuncia ou tem sua candidatura inviabilizada por falhas documentais (Bueno *et al.*, 2020, p. 20).

Ainda, relatam os autores, existem outras causas que impedem as mulheres desta participação política, são excluídas: as de menor escolaridade, perfil de ocupação de menor importância, com recursos escassos, e sem carreira política anterior (Bueno *et al.*, 2020). Outro problema relevante é que a receita declarada influencia no sucesso eleitoral, portanto, se a receita média das mulheres é quase a metade das dos homens, a disputa fica mais difícil para elas (Bueno *et al.*, 2020, p. 20). Observam os autores que “embora o sucesso eleitoral das mulheres seja reduzido, ele ocorre na mesma proporção que elas dispõem de receitas, ou seja, com maiores receitas, as chances de sucesso eleitoral sobem” (Bueno *et al.*, 2020, p. 20).

A inclusão cidadã, por conseguinte, de mulheres na política, é tema da pesquisa desenvolvida por Chimin Jr. e Junckes (2017) sobre o Programa de Territórios de Cidadania, regulamentado em 2008. Os autores analisaram especificamente “a relação entre as políticas de empoderamento das mulheres promovidas no programa [...] e a participação feminina nas eleições de 2008 e 2012, especialmente na representação das câmaras de vereadores” (Chimin Jr.; Junckes, 2017, p. 188). O artigo discorre sobre todas as dificuldades da mulher na política, mesmo num Programa de inclusão, entre estas, salientam os autores que “nas eleições de 2012, houve um crescimento tanto de candidaturas quanto de mulheres eleitas nos TCs [Territórios de Cidadania]” (Chimin Jr.; Junckes, 2017, p. 188),

reafirmando como financiamento e programas governamentais abrem espaço para a equidade de gênero na política.

Outro ponto de vista, é a questão das cotas para mulheres nas eleições, conforme dita a Lei. Silva e colaboradores (2017) abordam como esta Lei segue ser dar conta de impedir a exclusão da mulher na política: de 31,2 % das candidaturas, restaram 21% que efetivamente concorreram em 2014 nas eleições. Isso porque:

A maioria dos partidos políticos utiliza a estratégia de completar a chapa a ser registrada para a disputa, com candidatas sem pretensão ou possibilidade eleitoral, gerando assim um alto índice de renúncia ou indeferimento de registro dessas candidaturas muito acima do índice geral (Silva *et al.*, 2017, p. 257).

Sobre as eleições e a lei, participantes desta pesquisa, expuseram que as leis já estão na pauta da democracia política brasileira, porém, precisam ser fiscalizadas para serem cumpridas e percebem que o papel de uma parlamentar também é de fiscalizar e denunciar quando não acontecem com rigor.

Os estudos apresentados evidenciam as barreiras multifacetadas que as mulheres enfrentam ao tentar ingressar e se consolidar no cenário político. Desde as responsabilidades familiares até os entraves econômicos e legais, a trajetória das candidatas é repleta de desafios que dificultam sua plena participação e representação. No entanto, as pesquisas também mostram que, com o apoio de políticas públicas inclusivas, como o Programa de Territórios de Cidadania, e a fiscalização rigorosa das leis de cotas, é possível promover uma maior equidade de gênero na política. A continuidade e o fortalecimento dessas iniciativas são cruciais para transformar o panorama político e garantir que as vozes femininas sejam ouvidas e representadas de maneira justa e igualitária.

2.3 OUTROS OLHARES SOBRE A LIDERANÇA FEMININA NO ESPAÇO POLÍTICO

Esta subseção, intitulada “outros olhares”, traz a Ciência Política, a História e a Sociologia em diálogo sobre a liderança feminina. Utilizou-se para tal diálogo artigos capturadas no OGB.

Janaína Zdebskyi, Eduardo Maranhão Filho e Joana Pedro retratam a história recente do país, em “A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da

política brasileira” (2015), ressaltam a volta à “direita”. Esta volta, deu-se no governo provisório de Michel Temer, durante processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, que levou à conformação de um Ministério totalmente masculino, deixando claro a quem deve pertencer o poder político. Afirmam, que ficou demonstrado “como a mulher pode ser entendida metaforicamente (e aludindo a versos bíblicos) como costela do homem, sendo este a cabeça da relação, inclusive das relações políticas” (Zdebskyi *et al.*, 2015, p. 226).

Maria Cecília Eduardo (2017), sob a ótica das Ciências Políticas, expõe a dificuldade da mulher candidata quanto ao financiamento de campanha. Apesar de estar analisando quantitativamente, ela faz uma observação que vem corroborar com a representação feminina na Câmara Federal da atual legislatura, sendo 18 mulheres, de representação não normatizada — negras, indígenas e transexuais —, sendo que, destas, quatorze são membros de Partidos de esquerda. Pontua a autora: “[...] acredita-se que a ideologia mais igualitária dos partidos de esquerda faz com que estes tendam a reconhecer como legítimas as demandas pela promoção política das mulheres, selecionando mais candidatas e apoiando suas campanhas” (Eduardo, 2017, p. 191). Outra pesquisa, a partir das Ciências Políticas, de Rojas de Carvalho (2009), apresenta uma perspectiva da sub-representação do voto das capitais das Unidades da Federação. O voto concentrado em candidatos das Capitais culmina numa sub-representação política.

A análise qualitativa de Carvalho (2009, p. 368), sobre a diferença do voto rural-urbano e sobre a dicotomia urbano-rural que esta diferença carrega, revela: “segundo a matriz da sociologia eleitoral, o voto de extração urbana implicaria representação de qualidade superior ao que figuraria para essa literatura como seu oposto, o voto de origem rural”. Destaca, o autor, a característica diferenciada destes votos dicotômicos. O voto urbano, “se moveria, sobretudo, por orientação ideológica e os representantes, pelo universalismo no campo legislativo” (Carvalho, 2009, p. 369). Enquanto, no voto rural, “os eleitores, sujeitos à estrutura social fortemente verticalizada e hierarquizada, seriam presas do clientelismo e os representantes se moveriam segundo a lógica do particularismo e do paroquialismo no terreno legislativo” (Carvalho, 2009, p. 369).

Da seara da Sociologia, Domingos (2018), aprofunda sua análise, num contexto de guerra e pós-guerra, a situação de subalternidade da mulher angolana.

Traz, o autor, as opressões e desigualdades que assolam o país africano, mais fortemente no universo feminino:

Elas tomam consciência da sua situação de subalternas e marginalizadas e reivindicam por mais espaços, por uma verdadeira inclusão na vida política, profissional e cultural do país e lutam para desconstruir os sistemas sociais que tende a subalternizar e marginalizá-las (Domingos, 2018, p.176).

Todos estes espaços ocupados, ou não, por mulheres, demarcam que ainda há muito trabalho para a conquista que equiparariam estas posições em relação à liderança masculina. Estratégias há que serem empreendidas para a mudança concreta deste cenário, como declararam as participantes desta pesquisa: o caminho é oportunizar às bases cursos de formação política para mulheres e encorajamento, através da própria representação. Duas das participantes declararam ter sido incentivadas a concorrer ao Parlamento a partir destas formações que elas próprias ofereciam, quando foram “provocadas” ao desafio de sedimentar estas formações com a própria candidatura.

A análise dos diversos olhares sobre a liderança feminina no espaço político revela um panorama complexo e multifacetado, onde a luta pela igualdade de gênero enfrenta obstáculos históricos, culturais, econômicos e sociais. Os estudos de Zdebskyj, Maranhão Filho e Pedro (2015) evidenciam a misoginia e a resistência à liderança feminina no Brasil, enquanto Eduardo (2018) e Carvalho (2009) destacam as dificuldades estruturais, como o financiamento de campanhas e a sub-representação política, que continuam a limitar a participação das mulheres. Por outro lado, Domingos (2018) mostra como a consciência e a reivindicação de direitos podem emergir em contextos de opressão, como na Angola pós-guerra, oferecendo um exemplo de resistência e busca por inclusão. Esses olhares, provenientes de diferentes disciplinas, convergem para a necessidade de estratégias concretas que promovam a equidade de gênero na política, como a implementação de programas de formação e encorajamento político para mulheres. As declarações das participantes desta pesquisa reforçam que, com apoio e oportunidades adequadas, é possível construir um cenário político mais inclusivo e representativo. Assim, a busca pela igualdade de gênero na liderança política deve continuar, com ações contínuas e colaborativas que desafiem as estruturas estabelecidas e promovam a verdadeira inclusão das mulheres em todas as esferas da política.

2.4 LIDERANÇA FEMININA EM OUTRAS ESCALAS: TEMÁTICAS TRANSVERSAIS

Na busca de artigos relacionados, conforme explicado anteriormente, descortinaram-se temáticas que atravessam as pesquisas sobre relações de gênero, de estudiosos(as) de outras áreas do conhecimento, embora publicando em revistas da Geografia. Para compreender melhor esta dinâmica de autores(as) e temáticas, empreendeu-se uma listagem, agrupando em 10 itens, discussões que se aproximam, tais como:

- 1) “Mulheres, política e vida no campo”, a exemplo, os artigos: 1.1) “Mulheres camponesas e os desafios do acesso às políticas públicas para igualdade de gênero” (Becher; Klanovicz, 2016), onde os autores discutem os limites e as possibilidades do acesso às políticas públicas, de mulheres que vivem em um *locus* específico, o meio rural, no Brasil. Concluem que “os avanços em programas para agricultura familiar favorecem, de forma fragmentada, a totalidade das políticas públicas de gênero [...] essas políticas ainda não estão articuladas com o conceito de gênero” (Becher; Klanovicz, 2016, p. 174); 1.2) “Ubuntu: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016” (Hora, 2018), neste texto, o autor reflete sobre as políticas públicas para as mulheres rurais e explora, no contexto do que ele denomina como de “golpe político”, as tratativas da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos processos de elaboração de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero no meio rural; e, 1.3) “A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná” (Santos, 2010), que traz a análise dos relatos de mulheres agricultoras que se preocupam com a invisibilidade do seu trabalho. Ainda mais, percebem que o processo organizativo desenvolvido por mulheres ao longo do tempo também é invisibilizado. Elas consideram que a atuação feminina na organização política da agricultura familiar é uma “base identitária deste território”;
- 2) “Mulheres, política e Assembleias Legislativas”, a exemplo, os artigos: 2.1) “Análise da participação política feminina nas Assembleias Legislativas da região sul do Brasil (1998-2006)”, de Resende, Nicolás e Rosevics (2010), cujo estudo apresenta um “relatório parcial de uma série de pesquisas em andamento, com relação à participação política feminina nas Assembleias

Legislativas da região sul do Brasil, e sobre a política de cotas de gênero e sua efetividade”. As conclusões são: “o sucesso eleitoral está relacionado a partidos políticos maiores, e em contrapartida, a não eleição a partidos menores. [...] a oposição de, por um lado, baixa escolaridade e profissões com menor prestígio social e, por outro lado, alta escolaridade e profissões de maior prestígio”; e, “é por isso que os estudos sobre a participação feminina na política devem existir, como auxiliares tanto para o avanço das políticas públicas orientadas à inclusão das mulheres no cenário político, como para a própria democracia” (Resende *et al.* 2010, p. 267); e, 2.2) “Eleições e perfis: análise das assembleias legislativas da região sul do Brasil (1998-2006)”, de Resende e Souza (2014) onde se examina o perfil de candidatos(as) a cargos legislativos estaduais, nos estados do Sul do país, entre 1998 e 2006. A técnica estatística utilizada, Análise de Correspondências Múltiplas, “distribui indivíduos em dimensões relevantes para a observação de suas diferenças”; a intenção foi de testar o método que busca aperfeiçoar os perfis” (Resende e Souza, 2014, p. 90);

3) “Mulheres, política e a mídia”, a exemplo, os artigos: 3.1) “Em casa que mulher manda, até galo canta fino: análise da construção midiática da personagem Dilma Rousseff” (Cardoso *et al.*, 2014), os autores discutem “o papel das relações de gênero na representação política, através da mídia e do marco cultural que a engloba”. A análise evidencia que “mecanismos de opressão de gênero que podem parecer velados, mas encontram-se nas entrelinhas da expressão literária” e “o imaginário é permeado por orientações misóginas, [...] presentes na cultura, e na apresentação das mulheres na mídia” (Cardoso *et al.*, 2014, p. 187); e, 3.2) “Mulheres e charges políticas: a subversão pelo humor nos espaços públicos” (Werneck, 2018), onde a visibilidade das mulheres brasileiras, chargistas sobre política é analisada, são discutidos “aspectos relativos aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e aos estudos de gênero”. Considera a autora que “fomentar a produção de charges políticas por mulheres é, antes de tudo, resistir à onda conservadora que assola o país”, e pontua, “traz consigo a possibilidade de levar a nós, mulheres, às restrições do confinamento ao ambiente privado e do silenciamento de nossos discursos, desejos e corpos” (Werneck, 2018, p. 84); 4) “Mulheres, política e a ditadura militar”, a exemplo, o artigo: “Militantes e guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil” (Colling; Cavalcanti Jr.,

2019), que mostra como durante a ditadura militar houve uma “radicalização da invisibilidade do feminino”. Ou seja, as mulheres, ainda que militantes políticas, foram excluídas “do jogo do poder, dos relatos históricos e das documentações sobre o período” (Colling; Cavalcanti Jr., 2019, p. 47);

5) “Mulheres, política e a história do voto”, a exemplo, o artigo de Ribeiro (2018), “Venha, venha o voto feminino: embates travados na imprensa periódica oitocentista no Rio de Janeiro”. Tendo como cenário o Brasil Império, traz o autor “uma análise da discussão sobre o voto feminino”, conforme o que consta dos Diários da segunda metade do século XIX. A autora, afirma, “mulheres já vinham reivindicando uma inserção no nacional, buscando o direito ao voto e a serem eleitas, desde meados do século, [...] Entretanto, a conquista só se deu em 1932”, aponta que tal fato, “não deslegitima toda a movimentação anterior. Por muito tempo, a historiografia não se preocupou em trazer os acontecimentos desse período” (Ribeiro, 2018, p. 104 -105);

6) “Mulheres, política e saúde”, a exemplo, o artigo de Biteti (2020), “Mulheres e política do cuidado em tempos da covid-19”. No contexto da Pandemia mais recente no Brasil, o texto trata de algumas das políticas de Estado, que tiveram sucesso no controle e combate à propagação do novo coronavírus, sendo estas propostas e/ou lideradas por mulheres. Compreende o autor que fica evidenciada a confirmação da sua tese de que tal atuação pode ser uma agenda política feminista;

7) “Mulheres, política e a família”, a exemplo, os artigos: 7.1) “As geografias da modernidade - geografia e gênero - mulher, trabalho e família. o exemplo da área de Ribeirão Preto-SP” (Rossini, 2011, p. 7), que mostra “o aumento da participação da mulher na força de trabalho na mais importante área canavieira do Estado de São Paulo – Ribeirão Preto”. A pesquisa retrata no decorrer de 20 anos, as mudanças “significativas: crescente participação da mulher na força de trabalho, queda de fecundidade, aumento do número relativo de mulheres como cabeça da família, aumento do número de famílias monoparentais” (Rossini, 2011, p. 7); e, 7.2) “Mulheres chefes de famílias e políticas públicas: o contraste com a realidade no bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS)” (Teixeira, 2013). Com a expansão portuária no município de Rio Grande, observa-se “um importante número de famílias chefiadas por mulheres”, o autor reflete sobre a cidadania, as políticas públicas e os planos nacionais de

políticas para as mulheres, e a própria “chefia de família” (Teixeira, 2013, p. 86). Assim, entende o autor, os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres “devem cumprir os seus objetivos, porque sem esses a participação das mulheres [...] se tornará cada vez mais difícil, discriminatória e seletiva. E a mobilidade social não existirá” (Teixeira, 2013, p. 94);

8) “Mulheres, política e a cidade”, a exemplo, os artigos: 8.1) “16 anos de competição eleitoral no litoral do Paraná (2000-2016): índices e resultados” (Carlomagno, 2017). A análise de “indicadores de competição política nos sete municípios do litoral do Paraná, entre 2000 e 2016”, evidencia “no tocante ao executivo, em geral, as disputas tendem a ter entre 2 e 3 candidatos efetivos, replicando a dualidade de disputas presidenciais das duas últimas décadas” (Carlomagno, 2017, p. 139). Já quanto ao “legislativo, todos os municípios apresentam graus razoáveis de disputa eleitoral, o que indica que não há ‘cadeira garantida’ para os mandatários – o que, pelo argumento dos incentivos racionais, leva a que os eleitos prestem mais atenção nos cidadãos, por medo da ameaça de serem trocados nas próprias eleições” (Carlomagno, 2017, p. 139); e 8.2) “Grupos de poder no legislativo e no executivo em Presidente Prudente – SP: análise das eleições municipais de 1988 a 2016” (Paula; Silva, 2020, p. 7), artigo onde se apresenta e discute “o cenário partidário e eleitoral em Presidente Prudente dentro do recorte temporal pós-redemocratização do Brasil (1985), considerando os oito pleitos eleitorais deste período”; “a presença dos grupos de poder e agentes político-territoriais nas disputas eleitorais”. Os autores observam que “há nítida presença dos principais grupos de poder nas eleições municipais” (Paula; Silva, 2020, p. 7);

9) “Mulheres e a formação política”, a exemplo, o artigo de Lima e colaboradoras (2019), “O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras” (2019), são três as mulheres participantes da pesquisa, estas “têm uma participação ativa em movimentos sociais e sindicatos”; as autoras concluíram “que a educação formal foi muito importante na vida das entrevistadas e as mesmas consideram tal importância para ascensão do contexto de onde vieram”, além de pontuar que “é possível observar a relevância das experiências na educação não formal e informal, onde vivenciaram uma educação diferente, com aprendizados e

valores práticos de como participar politicamente agindo de modo democrático” (Lima *et al.*, 2019, p. 270-271).

10) “Mulher, política e resistência”, a exemplo, os artigos: 10.1) “As mulheres e as políticas públicas: os avanços e retrocessos em tempos de resistência” (Reis, 2019, p. 212), a autora pretendeu evidenciar “os avanços conquistados e os retrocessos consolidados nas duas primeiras décadas deste milênio, especialmente no que se refere às políticas públicas que tratam das questões de gênero”. Concluiu que “torna-se necessário entender como as mulheres participam e como se vinculam aos processos de luta, dialogando com a realidade comum das mulheres de enfrentamento à lógica do capital (Reis, 2019, p. 222); 10.2) “Mulheres runa e participação política na Amazônia Equatoriana” (Guanabara, 2020, p. 316), a autora “propõe que a força é, para as mulheres Kichwa da Amazônia equatoriana, um aspecto indissociável de seus modos de fazer política. A partir dessa discussão, é possível ressaltar a centralidade da imbricação entre ser mulher e indígena para a compreensão da participação política das mulheres Runa”; e 10.3) “Gênero e Política Pública: Mito e Realidade da Participação no Brasil” (Cruz, 2017, p. 269) cujo “intuito é inquirir o modelo de participação fomentado pelo estado brasileiro e apoiado pelo movimento feminista nacional, sobre a situação das mulheres rurais e indígenas nas políticas públicas de gênero”. O estudo se refere a 2015, e conclui que “o que ocorre é mais uma demarcação de campo e apropriação das ações coletivas pela classe burguesa do Brasil, agora para determinar e organizar a vida e necessidade das mulheres no país” (Cruz, 2017, p. 277).

Dos resultados, conclui-se que há uma lacuna, qual seja, a presença das mulheres na Câmara Federal não foi estudada/pesquisada. Ao tentar responder a tal lacuna, a pesquisa ora empreendida primeiramente visava responder à pergunta central: de que forma a Geografia do Voto implica na manutenção do conservadorismo político brasileiro feminino na Câmara Federal entre as 56^a e 57^a Legislaturas? Entretanto, com as eleições de 2022 e, contra toda a corrente conservadora existente, algumas Deputadas Federais foram eleitas na esteira contrária deste fenômeno: mulheres pretas, indígenas e transexuais. Por conta do ocorrido, na contramão do conservadorismo político, se chegou a outra questão norteadora: de que forma a

Geografia do Voto implica na ascensão do anticonservadorismo político brasileiro feminino na Câmara Federal, nas eleições de 2022?

A maior parte da Mídia abordou o aumento do conservadorismo do Congresso, no entanto, o que se apresentou foi uma onda anticonservadora muito potente, chegando a eleger uma representação inédita: duas mulheres transexuais. Nesta toada a pergunta de partida se estendeu para o outro polo da representatividade, qual seja, a ascensão anticonservadora.

Portanto, ressalta-se, por um lado que nas buscas para levantamento bibliográfico sobre o anticonservadorismo, a princípio optou-se pelo descritor “conservadorismo”, porque acredita-se que dele se descortina o caminho para a análise do discurso progressista. Ou seja, para se chegar ao anticonservadorismo, primeiramente a pesquisa se pautou no conservadorismo, uma vez que não existe o anti sem o conservadorismo.

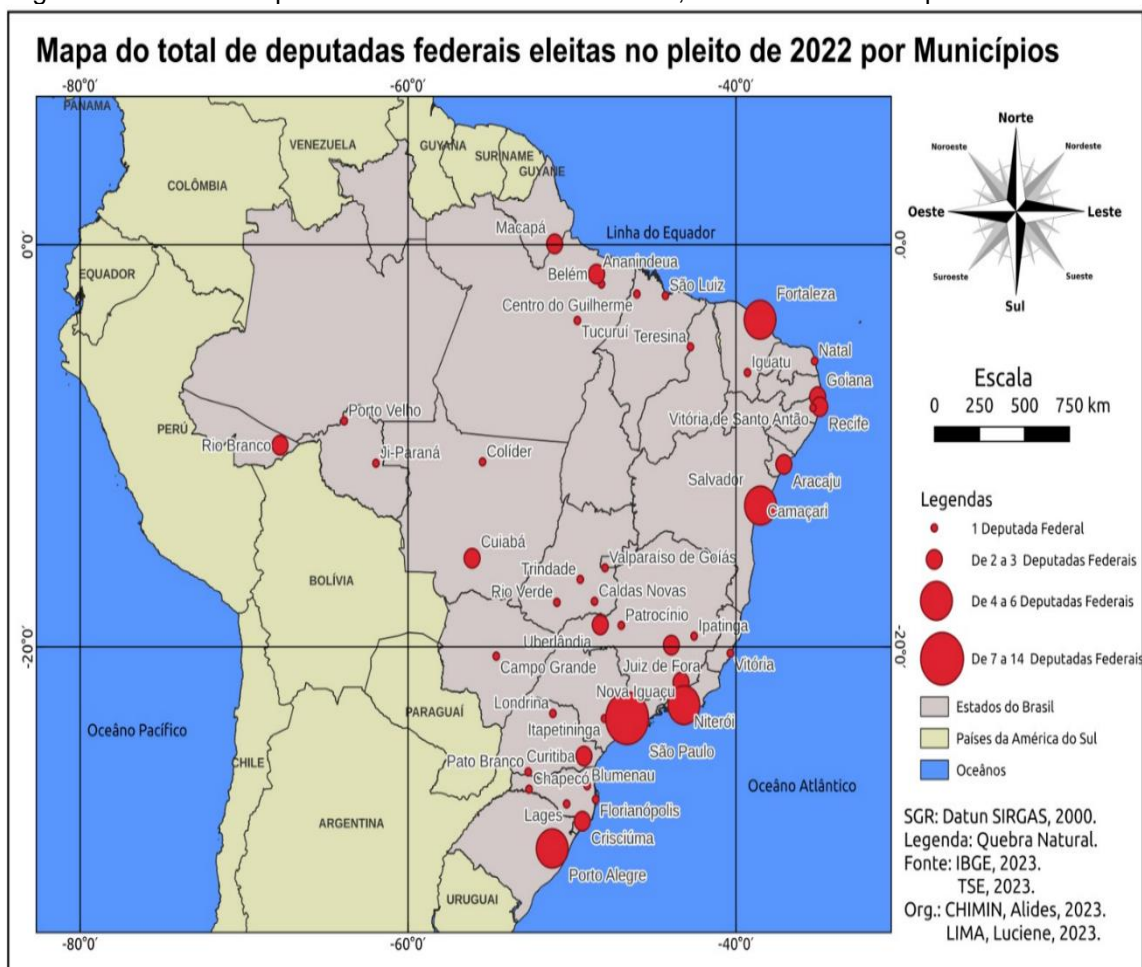
O próximo capítulo traz, inicialmente, um apanhado das características étnico-raciais, das sexualidades, da escolaridade, da ocupação/formação profissional, sociodemográficas das candidatas à Câmara Federal, eleitas e não eleitas; aponta-se, principalmente, sobre de que território partem as eleitas, e suas espacialidades. Posteriormente, adentra-se ao tema da produção do espaço feminino na Câmara Federal conforme as etnicidades, racialidades e sexualidades.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO FEMININO NA CÂMARA FEDERAL: ETNICIDADES, RACIALIDADES E SEXUALIDADES

Através de um levantamento na base de dados do TSE foi possível traçar um perfil das candidatas eleitas e não eleitas. Foram elaborados diversos quadros e gráficos para dizer das caracterizações, estes estão apresentados no decorrer desta seção.

Nas eleições de 2022, 61 mulheres foram eleitas como representantes das Capitais das UF. As outras 30 eleitas, por naturalidade ou por mudança de domicílio, foram eleitas numa distribuição de cidades pelo Brasil, num universo mais interiorano, revelando a liderança política destas, o que impulsionou suas carreiras e alavancou votos que as levaram para o espaço do Congresso Nacional. Esta realidade está mapeada como se expõe na Figura 5.

Figura 5 – Total de Deputadas Federais eleitas em 2022, conforme os Municípios



Fonte: BRASIL, 2023. Org.: Chimin Jr. e Lima (2023).

Segundo o BRASIL (2023), o perfil sociodemográfico das 3429 candidatas em 2022, número maior que o de 2018 (2767), tem-se que, conforme se autoidentificaram quando da inscrição de suas candidaturas: 1570 são brancas, 1118 são pardas, 602 são pretas, 24 são indígenas, 13 amarelas, e 102 não informaram.

3.1 QUANTAS SÃO, QUEM SÃO, DE QUE LUGAR : O PERFIL DAS CANDIDATAS À CÂMARA FEDERAL DE 2022

A situação após as eleições (Quadro 3) mostra que foram 3429 candidatas, diminuindo-se as eleitas por média, por cota e as suplentes restam 1820 não eleitas.

Quadro 3 – Resultados das eleições das candidatas à Câmara Federal, 2022

Situação no turno	Total
Não eleita	1820
Suplente	1518
Eleitas por cota parlamentar	60
Eleito por média	31

Fonte: BRASIL (2023).

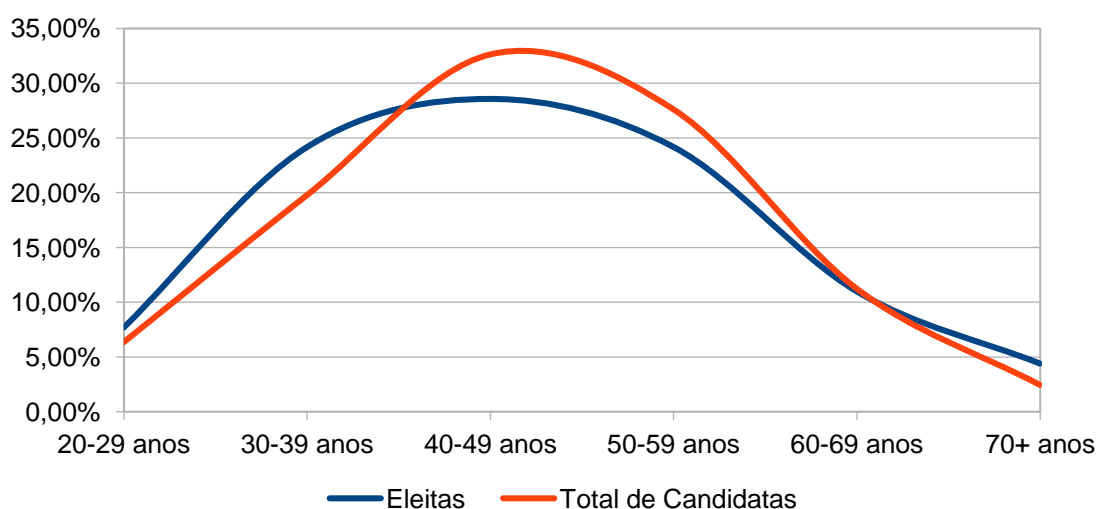
O apresentado no Quadro 3 reflete a complexidade e a competitividade do processo eleitoral. A grande maioria das candidatas não foi eleita, mas um número significativo permanece como suplente, mantendo-se na reserva para potenciais oportunidades futuras. A existência de candidatas eleitas por cota parlamentar e por média destaca o papel das regras eleitorais e dos mecanismos de inclusão na determinação dos resultados das eleições. A análise desses dados é fundamental para entender as dinâmicas da representação política e os desafios enfrentados pelas mulheres no cenário eleitoral. Para tanto, dividiu-se esta seção em outras subseções a fim de analisar dados específicos de candidaturas e do sucesso eleitoral, considerando: faixa etária, grau de instrução, estado civil, raça/cor e ocupação.

3.1.1 Faixa etária

A eficácia eleitoral das candidatas varia consideravelmente com a idade, destacando nuances interessantes na política de gênero. Começando com a faixa

etária mais jovem (Gráfico 2), as mulheres entre 20 e 29 anos demonstraram uma eficácia eleitoral impressionante. Elas foram eleitas numa proporção de 7,69%, superando sua representação total entre as candidatas, que foi de 6,35%. Isso pode indicar que, embora menos representadas, as candidatas mais jovens possuem uma forte conexão com o eleitorado ou uma abordagem de campanha particularmente eficaz.

Gráfico 2 – Faixa etária das candidatas



Fonte BRASIL (2023).

O mesmo padrão de maior sucesso eleitoral em comparação com a representação total se repete nas candidatas de 30 a 39 anos, onde 24,18% delas foram eleitas contra 19,78% do total de candidatas. Esse grupo parece gozar de uma boa aceitação, talvez devido a uma combinação de energia, ideias inovadoras e uma possível maior identificação com questões emergentes.

Interessantemente, a faixa etária de 40 a 49 anos, que teve a maior representação entre as candidatas com 32,62%, não manteve a mesma proporção em termos de eleitas, que foi de 28,57%. Isso sugere uma competição mais acirrada ou desafios específicos enfrentados por mulheres nessa faixa etária. Uma hipótese pode ser a existência de estereótipos ou preconceitos relacionados a mulheres nessa fase da vida, que podem impactar suas chances eleitorais.

As candidatas de 50 a 59 anos apresentaram uma situação semelhante, com 24,18% delas sendo eleitas frente a uma representação de 27,59%. Novamente, isso pode refletir desafios específicos de representação política para mulheres nessa faixa

etária, como a dificuldade de se conectar com um eleitorado mais jovem ou competir com candidatas de outras faixas etárias.

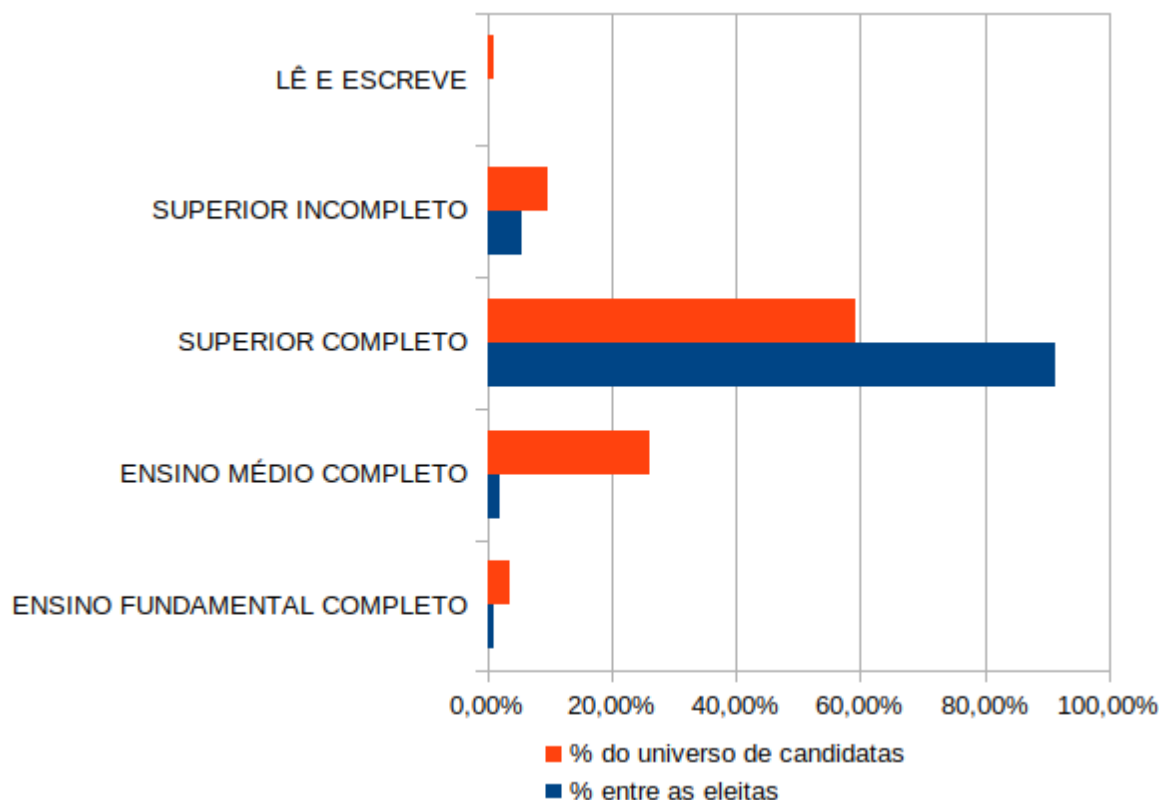
As mulheres entre 60 e 69 anos apresentaram quase uma paridade entre a representação e a eficácia eleitoral, com 10,99% eleitas contra 11,22% de representação. Esse equilíbrio indica que, para esse grupo, a representação nas candidaturas traduz-se de forma proporcional em sucesso nas urnas. Finalmente, o grupo das candidatas com 70 anos ou mais mostrou uma taxa de sucesso eleitoral significativamente maior do que sua representação entre as candidatas, com 4,40% eleitas frente a apenas 2,43% de representação. Isso é notável e sugere que as candidatas mais velhas, embora menos numerosas, podem ter uma forte base de apoio ou uma vasta experiência que ressoa bem com eleitores/as.

Em suma, a análise desses dados sugere que a idade tem um papel relevante na política, influenciando não apenas a representação das mulheres nas candidaturas, mas também suas taxas de sucesso eleitoral. Enquanto candidatas jovens e mais velhas parecem ter uma eficácia desproporcionalmente alta em comparação com sua representação, as mulheres na meia-idade, apesar de serem mais numerosas, enfrentam desafios distintos que impactam suas chances de sucesso eleitoral.

3.1.2 Grau de instrução

A análise dos dados sobre o grau de instrução das candidatas à Câmara Federal e suas respectivas taxas de sucesso eleitoral revela padrões relevantes sobre a intersecção entre Educação e política. Uma tendência clara emerge dos dados: o Ensino Superior desempenha um papel crucial no sucesso eleitoral das candidatas (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Grau de instrução das candidatas



Fonte: BRASIL (2023).

Analisando-se o Gráfico 3, observa-se que as candidatas com Ensino Fundamental Completo representam 3,76% do total, mas apenas 1,10% delas foram eleitas. Isso sugere que, apesar de presentes no cenário eleitoral, candidatas com essa formação enfrentam dificuldades significativas em obter sucesso nas urnas. Isso pode ser atribuído à valorização de um nível mais elevado de Educação formal por parte de eleitores(as) ou a desafios no acesso a recursos e redes de apoio para essas candidatas. Em relação às candidatas com Ensino Médio Completo, que constituem uma parcela considerável (26,27%) das concorrentes, apenas 2,20% alcançaram êxito eleitoral. Esta discrepância pode indicar uma preferência de eleitores(as) por candidatas com formação acadêmica superior ou desafios adicionais que essas candidatas enfrentam, como limitações na visibilidade e credibilidade eleitoral.

O cenário muda drasticamente quando se analisa as candidatas com Ensino Superior Completo, que representam 59,35% das candidatas e uma impressionante taxa de sucesso de 91,21%. Esse dado indica uma forte correlação entre o alto grau de instrução e o sucesso eleitoral. Parece que a formação universitária completa não

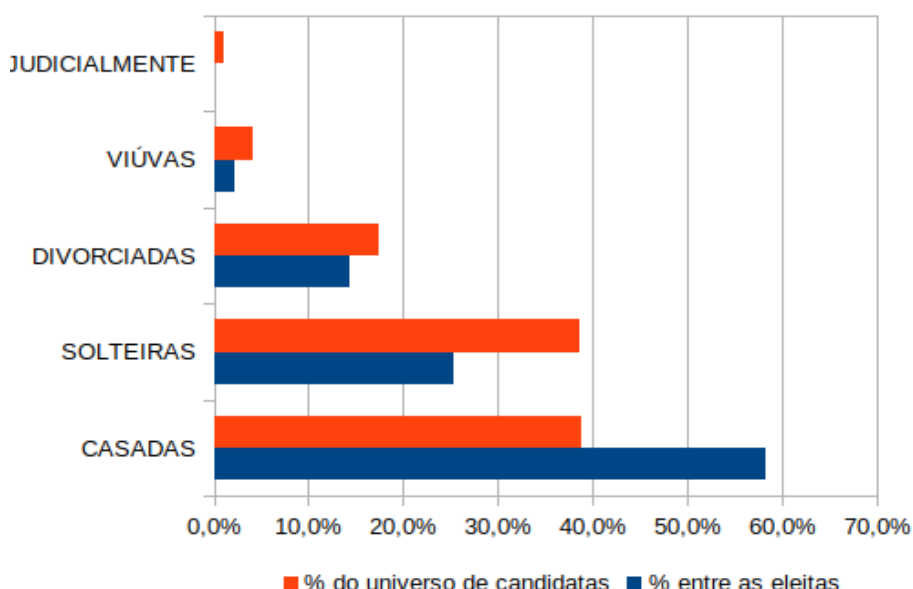
só é valorizada, mas quase uma exigência implícita para o sucesso em eleições para cargos federais. As candidatas com Ensino Superior Incompleto, apesar de representarem 9,64% do total, têm uma taxa de sucesso de 5,49%.

Por fim, o grupo de candidatas que apenas sabem ler e escrever, representando 0,98% do total, não teve nenhuma eleita. Este resultado sublinha a importância crítica de níveis mais elevados de Educação formal para o sucesso nas urnas. Em resumo, esses dados sugerem uma forte correlação entre o nível de Educação formal e o sucesso eleitoral. Enquanto candidatas com Educação Superior têm significativamente mais sucesso, aquelas com níveis mais baixos de Educação formal enfrentam desafios consideráveis.

3.1.3 Estado civil

O estado civil das candidatas à Câmara Federal e suas taxas de sucesso nas eleições revela como aspectos pessoais podem influenciar a carreira política das mulheres (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Estado civil das candidatas



Fonte: BRASIL (2023).

Observa-se, no Gráfico 4, que as candidatas casadas compõem 38,8% do total e têm uma taxa de sucesso eleitoral desproporcionalmente alta de 58,2%. Isso sugere que o casamento pode ser percebido como um indicador de estabilidade ou

confiabilidade, qualidades possivelmente valorizadas pelos eleitores. Além disso, por um lado, o casamento pode proporcionar uma rede de apoio significativa, tanto em termos pessoais quanto no âmbito político. Por outro lado, as candidatas solteiras, representando 38,6% das candidatas, têm uma taxa de sucesso de apenas 25,3%. Esta diferença sugere a existência de possíveis preconceitos ou desafios específicos enfrentados por mulheres solteiras na política. Questões como percepção de estabilidade e apoio social ou político podem ser fatores influenciadores.

Santos (2019, p. 10) vai analisar a história recente das leis que se estabeleceram no país no sentido da desconstrução de um conservadorismo, que nasce dentro da família:

Sobre mudanças na legislação em relação às famílias, a Constituição Federal (CF) de 1988 avançou nos direitos das mulheres, mas a discriminação presente no Código Civil de 1916 permaneceu até 2002, quando o novo Código Civil foi sancionado, garantindo igualdade aos homens e mulheres dentro do casamento, dando às crianças direitos iguais independentemente das circunstâncias do nascimento, e eliminando o termo 'pátrio poder'.

Este avanço tardio das questões de direito dentro do casamento, tendem a refletir estes índices que apontam a escolha por candidatas casadas. As candidatas divorciadas formam 17,3% do total, com uma taxa de sucesso de 14,3%. Este resultado pode refletir certos estigmas sociais ou uma falta de apoio comparável ao que candidatas casadas podem receber. Ainda assim, a discrepância entre a proporção de candidatas e a taxa de sucesso não é tão marcante quanto em outros estados civis.

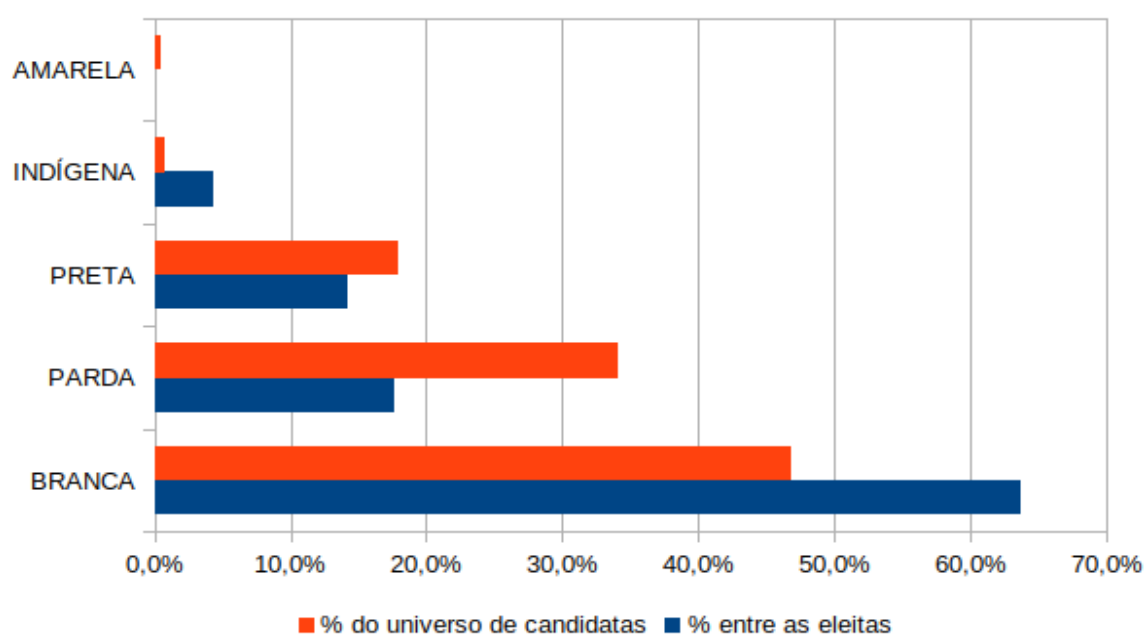
Já as candidatas viúvas, que compõem 4,2% do total, têm uma baixa taxa de sucesso eleitoral de 2,2%. Isso pode indicar desafios específicos enfrentados por viúvas, talvez relacionados à percepção e apoio social no contexto político. Por fim, as candidatas que estão separadas judicialmente, apesar de representarem 1,0% do total de candidatas, não obtiveram sucesso nas eleições. Isso pode indicar estigmas ou desafios adicionais relacionados a separações e questões familiares no ambiente político.

Estes dados apontam para o impacto significativo do estado civil no sucesso eleitoral das candidatas à Câmara Federal. Enquanto candidatas casadas têm uma vantagem (BRASIL, 2023), aquelas que são solteiras, divorciadas, viúvas ou separadas judicialmente enfrentam maiores desafios.

3.1.4 Raça/cor

A raça/cor das candidatas à Câmara Federal e suas respectivas taxas de sucesso nas eleições oferece uma visão importante sobre a diversidade e a representatividade racial na política. Os dados apresentam como diferentes grupos raciais estão representados entre as candidatas e como isso se traduz em sucesso eleitoral (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Raça/cor das candidatas



Fonte: BRASIL (2023).

No Gráfico 5, observa-se que as candidatas brancas, embora representem 46,9% do total de candidatas, possuem uma taxa de sucesso desproporcionalmente alta de 63,7%. Este dado sugere uma disparidade significativa, indicando que candidatas brancas têm maior probabilidade de serem eleitas em comparação com candidatas de outras raças. Isso pode refletir desequilíbrios históricos e sociais mais amplos, incluindo acesso a recursos, reconhecimento e apoio político.

O apontamento da mulher não branca ter menos sucesso eleitoral, parece dialogar com os estudos de Ballestrin (2017), em sua pesquisa *Feminismos Subalternos*, quando enfatiza o encontro do feminismo com o pós-colonialismo, pois segundo a pesquisadora, a mulher colonizada é o sujeito subalterno “por excelência”. O corpo da mulher colonizada é o primeiro território a ser conquistado, uma vez que “o imaginário erótico e sensual do colonialismo, envolvendo sedução e desejo na

dimensão sexual da empreitada colonial pela posse e pela conquista, criou as representações da ameríndia despudorada, da oriental exótica, da africana ferosa.” (Ballestrin, 2017, p. 1038).

As candidatas pardas formam 34,1% do total, mas sua taxa de sucesso é de apenas 17,6%. Este número aponta para uma disparidade notável entre a representação e o sucesso eleitoral, sugerindo que, apesar de constituírem um grupo significativo, as candidatas pardas enfrentam barreiras maiores para alcançar sucesso nas urnas. Candidatas pretas representam 17,9% do total, mas sua taxa de sucesso é de 14,3% (essas são as candidatas que quanto à cor correspondem ao recorte desta pesquisa). Essa proporção, embora mais equilibrada em comparação com outros grupos raciais, ainda reflete desafios específicos que podem incluir questões de visibilidade, percepção pública e acesso a redes de apoio político.

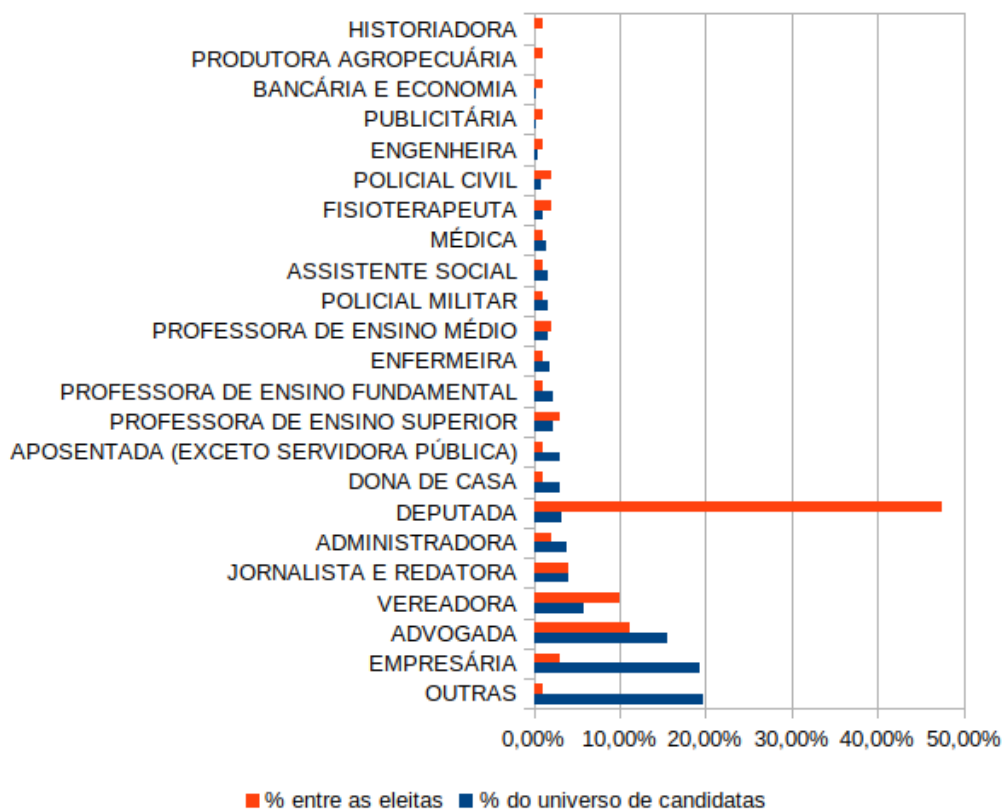
Interessantemente, as candidatas indígenas, que representam apenas 0,7% do total de candidatas, têm uma taxa de sucesso de 4,4%. Isso indica que, apesar de serem um grupo pequeno, as candidatas indígenas têm uma taxa de sucesso relativamente maior, o que pode sugerir um forte apoio dentro de suas comunidades ou uma crescente valorização da diversidade cultural e representação indígena na política. Por último, as candidatas de raça amarela, representando 0,5% do total de candidatas, não alcançaram sucesso eleitoral.

Os dados revelam desigualdades significativas na representatividade e sucesso eleitoral entre diferentes grupos raciais. Enquanto candidatas brancas demonstram uma vantagem clara em termos de sucesso nas eleições, grupos raciais minoritários enfrentam diversos desafios, evidenciando a necessidade de maior igualdade e inclusão na esfera política.

3.1.5 Ocupação

As ocupações das candidatas à Câmara Federal e suas respectivas taxas de sucesso eleitoral revela padrões interessantes que indicam como a experiência profissional pode influenciar as chances de uma candidata ser eleita. Salienta-se que outras ocupações não foram inseridas devido ao fato de não terem conseguido sucesso eleitoral e não terem um número significativo de candidaturas. No Gráfico 6 classifica-se as diversas ocupações, mostrando tanto a porcentagem total de candidatas por ocupação quanto a porcentagem delas que foram efetivamente eleitas.

Gráfico 6 - Ocupação das candidatas



Fonte: BRASIL (2023).

Um dos destaques mais notáveis é a ocupação de Deputadas Federais (reeleitas), que, apesar de representar apenas 3,34% do total de candidatas, têm uma impressionante taxa de sucesso de 47,47%. Isso sugere que a experiência prévia no cargo, ou em cargos políticos semelhantes, pode ser um fator significativo para o sucesso eleitoral, possivelmente devido ao reconhecimento do nome, redes estabelecidas e compreensão das dinâmicas políticas.

As advogadas, que compõem 15,60% das candidatas, têm uma taxa de sucesso de 11,11%. Esta taxa relativamente alta pode ser atribuída à habilidade de argumentação, conhecimento legal e possivelmente a redes profissionais sólidas que são úteis na política. Categorias como “Outros” e “Empresária”, apesar de representarem uma parcela significativa das candidatas (19,74% e 19,37%, respectivamente), têm taxas de sucesso relativamente baixas (1,01% e 3,03%, respectivamente). Isso pode indicar que, embora haja uma diversidade de origens profissionais entre as candidatas, nem todas as experiências profissionais são igualmente valorizadas pelos eleitores ou traduzem-se em habilidades políticas eficazes.

Vereadoras, representando 5,92% do total de candidatas, têm uma taxa de sucesso de 10,10%. Isso também sugere que a experiência em cargos políticos anteriores, mesmo em níveis mais locais, pode ser uma vantagem significativa na corrida para cargos mais elevados. Interessantemente, ocupações como jornalista e redatora, professora de Ensino Superior, e profissional da Medicina, embora representem uma porcentagem menor do total de candidatas, têm taxas de sucesso moderadas. Isso pode refletir um certo apreço dos(as) eleitores(as) por habilidades específicas ou pela experiência em setores que são valorizados socialmente.

A ocupações menos comuns entre as candidatas, como historiadora, publicitária e bancária, ainda conseguem uma representação eleitoral, indicando que experiências profissionais diversas podem encontrar seu espaço no cenário político, embora em menor escala. Os dados sugerem que a ocupação de uma candidata pode ter um impacto significativo em suas chances de ser eleita. Experiência política anterior, habilidades de comunicação e profissões com boa visibilidade e respeitabilidade social parecem ser vantajosas na política.

A análise detalhada dos dados sobre a faixa etária, grau de instrução, estado civil, raça/cor e ocupação das candidatas a Deputada Federal revela a complexidade das dinâmicas eleitorais e os diversos fatores que influenciam o sucesso eleitoral das mulheres. Embora candidatas jovens e mais velhas tenham demonstrado eficácia eleitoral desproporcionalmente alta, aquelas na meia-idade enfrentam desafios significativos. Da mesma forma, o nível de instrução superior parece ser quase uma exigência para o sucesso eleitoral, enquanto candidatas com menor nível de educação enfrentam obstáculos consideráveis.

O estado civil também desempenha um papel importante, com candidatas casadas mostrando uma taxa de sucesso significativamente maior. Em termos de raça/cor, candidatas brancas têm uma vantagem clara, refletindo disparidades raciais mais amplas na sociedade. Finalmente, a ocupação das candidatas influencia suas chances de sucesso, com aquelas em profissões de alta visibilidade ou com experiência política prévia tendo maiores probabilidades de serem eleitas.

Dividiu-se este capítulo em três aspectos identitários não-normatizados: o primeiro, sobre as Deputadas Federais e os povos originários; o segundo, sobre as Deputadas Federais e os povos negros; e, o terceiro, sobre as Deputadas Federais, ineditamente eleitas, e a população transexual/a transexualidade.

3.2 OS POVOS ORIGINÁRIOS ADENTRAM À CÂMARA FEDERAL COM O COCAR DAS MULHERES INDÍGENAS

Nas eleições de 2022 (BRASIL, 2023), 83 mulheres indígenas participaram da eleição (46 em 2018), sendo 27 candidatas à Câmara Federal (14 em 2018). Sobre estas apresenta-se os dados nos Quadros 4 a 7. No quesito escolaridade (Quadro 4), as indígenas acompanham os totais das demais candidatas, a maioria com Ensino Superior, mesmo porque, não necessariamente são aldeadas e/ou sem acesso.

Quadro 4 – Escolaridade das candidatas indígenas

Grau de instrução	Total
Ensino Fundamental completo	01
Ensino Fundamental incompleto	02
Ensino Médio completo	05
Superior completo	14
Superior incompleto	02

Fonte: BRASIL (2023).

Quanto ao estado civil (Quadro 5), elas seguem o padrão brasileiro, que já registra maior tendência de solteiros e solteiras, conforme pesquisa recentes: “segundo o último censo do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas solteiras no Brasil é maior que a quantidade de pessoas casadas. São 81 milhões de solteiros e 63 milhões de casados (Ortiz, 2023).

Quadro 5 – Estado civil das candidatas indígenas

Estado civil	Total
Casada	07
Divorciada	03
Solteira	13
Viúva	01

Fonte: BRASIL (2023).

O que diferencia as atividades ou ocupações profissionais das mulheres indígenas (Quadro 6) das candidatas em geral, é que nenhuma delas se apresenta com “empresária”, já no quadro geral de ocupações esta é o grande destaque. Neste quesito, entre as candidatas indígenas se sobressai o fato de que são professoras do Ensino Médio.

Quadro 6 – Ocupações profissionais das candidatas indígenas

Ocupação Profissional	Total
Administradora	02
Agricultura	02
Artesã	01
Deputada	01
Desenhista	01
Estudante, bolsista, estagiária e assemelhados	01
Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional	01
Jornalista e redatora	01
Médica	01
Professora de Ensino Médio	03
Técnica de Enfermagem e assemelhados (exceto enfermeira)	01
Não informadas	09

Fonte: BRASIL (2023).

A representatividade das candidatas no que se refere à UF de origem está exposta no Quadro 7. Alguns aspectos podem ser evidenciados diante do registro da proveniência geográfica das candidatas, como o fato de que houve candidaturas femininas indígenas provenientes de 17 Unidades Federativas (UF). São Paulo (SP) e Roraima (RR), com três representantes cada superaram as demais UF (BRASIL, 2023).

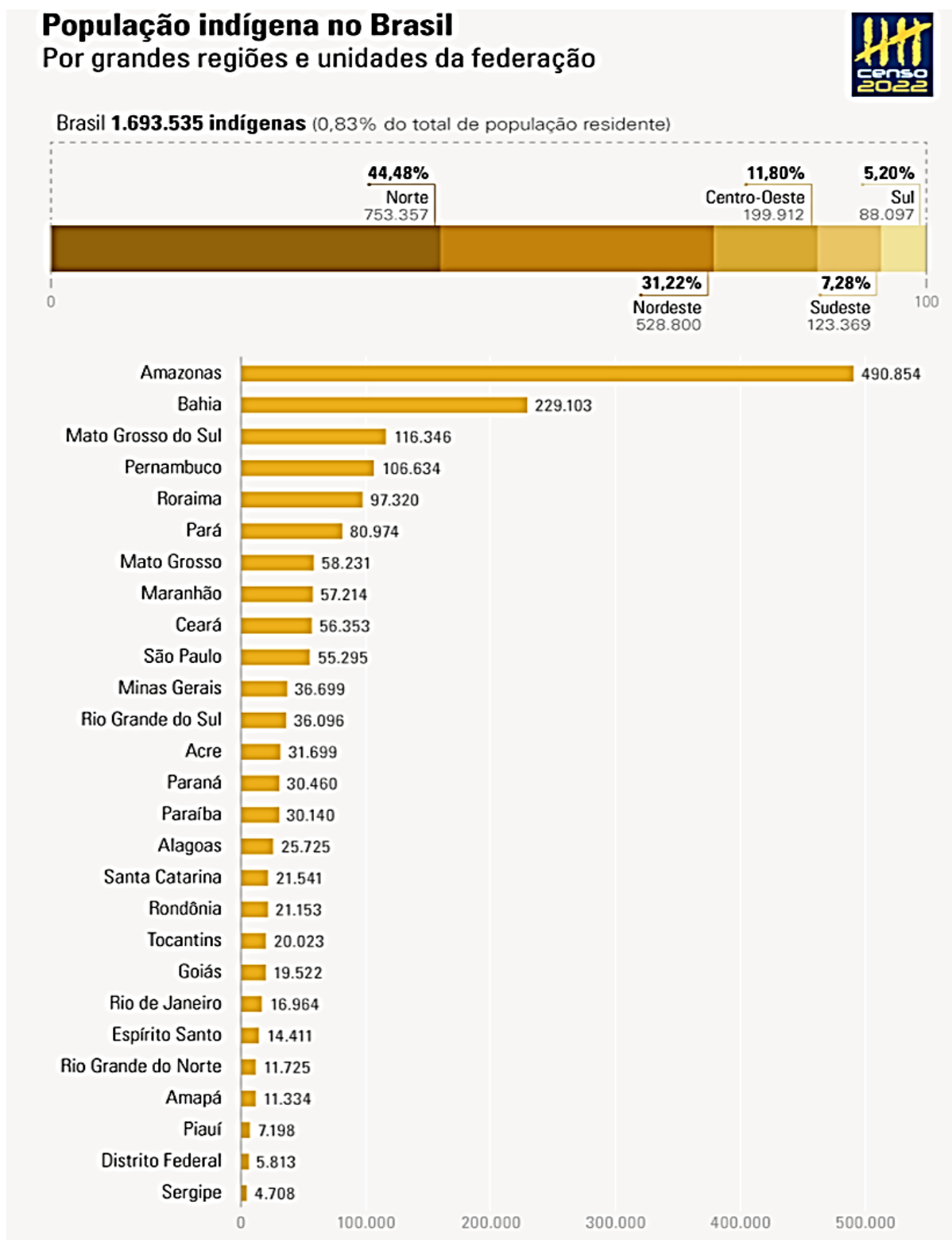
Quadro 7 – Proveniência das candidatas indígenas

Unidade Federativa	Total
Amapá	01
Amazonas	01
Bahia	01
Ceará	01
Distrito Federal	01
Maranhão	01
Mato Grosso do Sul	01
Minas Gerais	02
Pará	02
Paraná	01
Piauí	01
Rio de Janeiro	02
Rondônia	01
Roraima	03
Santa Catarina	01
São Paulo	03
Tocantins	01

Fonte: BRASIL (2023).

Das 27 candidatas indígenas à Câmara Federal, foram quatro as eleitas. Há aqui um agravante de representatividade, pois, atualmente a população indígena alcança 1.700.000 (Gráfico 7). Por outro lado, este pequeno percentual acena como grande avanço, uma vez que nas eleições de 2018, somente uma mulher indígena estava ocupando uma das cadeiras do congresso: Joênia Wapichana, do Rede Sustentabilidade (REDE) de RR, antes dela, lá esteve Mário Juruna, até 1987; Paulo Guedes, do Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais (MG), eleito em 2018, se declarava como pardo.

Gráfico 7 – Total da população indígena brasileira, 2023



Fonte: Secretaria da Comunicação do Governo Federal (Brasil, 2023b).

Sobre a autodeclaração, como pardo ou indígena, o IBGE (2023a) salienta sobre a população indígena quando do Censo de 2010:

Desde 1991 o Censo Demográfico coleta dados sobre a população indígena brasileira, com base na categoria indígena do quesito cor ou raça. O Censo 2000 revelou um crescimento da população indígena muito acima da expectativa, passando de 294 mil para 734 mil pessoas em apenas nove anos. Esse aumento expressivo não poderia ser compreendido apenas como um efeito demográfico (ou seja, devido à mortalidade, natalidade e migração), mas a um possível crescimento no número de pessoas que se reconheceram como indígenas, principalmente nas áreas urbanas do País.

Parte-se do princípio de que a comunidade indígena, não se ampliou numericamente por conta dos nascimentos e/ou queda no número de óbitos simplesmente, como as outras etnias, e sim em reconhecimento de sua própria identidade. Os movimentos sociais, as próprias mídias que conectam as pessoas e seus ideias, suas expectativas, suas histórias, sua ancestralidade, imprimiram uma marca que os levou à autodeclaração, conforme suas condições de vida se apresentam dentro do universo de povos que constituem o Brasil.

Pode se dizer que esta “virada cultural” se expressa claramente sobre as mulheres indígenas, que elegeram quatro Deputadas Federais ineditamente, conforme ressalta Astrid Ulloa (2023, p. 339, tradução nossa²):

As propostas das mulheres indígenas para o território-couro transcenderam o âmbito de suas demandas e dialogaram com movimentos de mulheres afrodescendentes, camponesas e urbanas. Diálogos que nos permitem repensar o corpóreo em novos processos e demandas territoriais, ampliando as ações políticas em defesa da vida, do meio ambiente e do território em diferentes escalas e lugares.

A Deputada Federal Célia Xakriabá, a professora Célia Nunes Correa, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), eleita por MG, em entrevista a Carta Capital (2022), dialoga com estas pautas assinaladas por Ulloa (2023). Afirma Xakriabá que:

[...] é importante investir na cultura, é importante investir em ecoturismo, é importante investir em educação e eu falo que contra mineração, somente mulherização [...] nós viemos não somente para ocupar o parlamento,

² “Las propuestas de las mujeres indígenas de cuero-territorio ha trascendido el ámbito de sus demandas y ha entrado en diálogo con los movimientos de mujeres afrodescendientes, campesinas y urbanas. Diálogos que permiten repensar lo corporal en nuevos procesos territoriales y demandas, ampliando las acciones políticas de defensa de la vida, lo ambiental y territorial en diversas escalas y lugares”. (Ulloa, 2023)

mas indigenizar, reflorestar e mulherizar essa política. É um ano em que falam muito de retomada da democracia, mas também que está retomando o patriarcado com força. Aumentou a bancada de mulheres, mas ainda é pouco.

Ulloa (2023, p. 340, tradução nossa³) contextualiza como o corpo-território, como referência, deve ser concebido teoricamente e nas ações conjuntas:

Assim, podemos falar de corpos-territórios em permanente inter-relação, que representam um contributo para as espacialidades relacionais, e permitem a circulação da memória e a geração de alternativas aos processos de despossessão, e outras formas de pensar, ser, estar, sentir e defender o político de forma coletiva.

Este coletivo, assinalado por Ulloa, faz eco às grandes pautas que impulsionaram as eleições das quatro Deputadas Federais indígenas, conforme declara Juliana Cardoso à Band Jornalismo (2022), uma afroindígena, não aldeada, educadora, Vereadora pela cidade de São Paulo e agora Deputada Federal por SP, pelo PT:

Eu não penso somente em uma pauta, e a relação vinculada aos movimentos sociais que eu tenho muito grande aqui no Estado de São Paulo, ela vai se ampliar para o Brasil. Então isso vai nos dar também uma atuação muito importante nessas políticas públicas que são voltadas, não só para o povo indígena, mas para classe trabalhadora acima de tudo as mulheres.

Assim, as mulheres indígenas levaram para o Congresso, sua cultura, suas cores, seus acessórios artesanais e, principalmente, sua postura como defensoras da *terra-brasilis*. De modo que, estão atravessando o espaço político e imprimindo sua marca a partir do seu corpo indígena e se somando a outras mulheres de outras escalas.

A análise dos dados apresentados revela um cenário de crescente participação das mulheres indígenas nas eleições de 2022, refletindo uma tendência significativa de inclusão e representatividade. Com um aumento no número de candidatas em comparação com 2018, e uma presença destacada no Ensino Superior, as mulheres indígenas mostram uma evolução notável em termos de

³ “Por lo tanto, podemos hablar de cuerpos-territorios em permanente interrelación, que representan un aporte a las espacialidades relacionales, y permiten la circulación de la memoria y la generación de alternativas a los procesos de despojo, y otras maneras de pensar, ser, estar, sentir y defender lo político de manera colectiva”. (Ulloa, 2023)

preparo e engajamento político. Além disso, o fato de que a maioria das candidatas indígenas são solteiras alinha-se com a tendência nacional, enquanto suas ocupações predominantemente ligadas à Educação demonstram um compromisso com a transformação social através do conhecimento. A diversidade geográfica das candidatas, representando 17 UF, sublinha a amplitude do movimento indígena em todo o país. Esses dados indicam não apenas um avanço quantitativo, mas também qualitativo, na representatividade indígena no cenário político brasileiro.

3.3 O ORGULHO CRESPO RUMO AO CONGRESSO NACIONAL

Em 2022, foram 602 candidatas pretas à Deputada Federal (390 em 2018) (BRASIL, 2023). Nos Quadros 8 a 11 estão elencados dados sociodemográficos das candidatas pretas.

Quanto à Educação formal (Quadro 8), percebe-se que o acesso a esta foi efetivo, pois, há um elevado número de candidatas pretas graduadas no Ensino Superior, o que parece ser um dado importante para a disputa eleitoral. As mulheres pretas candidatas à Câmara Federal, no geral, são 56% as graduadas no Ensino Superior, entre as pretas é pouco menor, mais de 48% tem Curso Superior.

Quadro 8 – Escolaridade das candidatas pretas

Grau de instrução	Total
Ensino Fundamental completo	26
Ensino Fundamental incompleto	10
Ensino Médio completo	161
Ensino Médio incompleto	23
Superior completo	290
Superior incompleto	75
Lê e escreve	08
No informado	09

Fonte: BRASIL (2023).

Na sequência, o Quadro 9 mostra o Estado Civil, em destaque as solteiras, que perfazem mais de 46% (281) do total de candidatas pretas.

Quadro 9 – Estado civil das candidatas pretas

Estado civil	Total
Casada	194
Divorciada	88
Solteira	281
Viúva	24
Separada judicialmente	06
Não informado	09

Fonte: BRASIL (2023).

Quanto às ocupações laborais (Quadro 10), aparece em maior número, dentre as que informaram, as empresárias (30) e estudantes (30), na sequência decrescente aparece aposentadas (25), advogadas (23) e professoras do Ensino Fundamental (22) (BRASIL, 2023).

Quadro 10 – Ocupações profissionais das candidatas pretas

(continua)

Ocupação Profissional	Total
Administradora	17
Advogada	23
Agente administrativa	03
Agente de Saúde e Sanitarista	03
Agente de viagem	01
Agente de viagem e guia de turismo	01
Agricultora	02
Alfaiate e costureiro	01
Almoxarife	01
Analista de sistemas	01
Aposentada (exceto servidora pública)	25
Arquiteta	01

(continuação)

Ocupação Profissional	Total
Artesã	03
Artista Plástica e assemelhados	02
Assistente Social	16
Atriz e Diretora de espetáculos públicos	04
Auxiliar de escritório e assemelhados	15
Bióloga	01
Bombeira Civil	01
Bombeira Militar	02
Cabeleireira, barbeira, manicure, maquiladora, esteticista e massagista	02
Cabeleireira e barbeira	06
Cobrador de transporte coletivo	02
Comerciante	13
Comerciária	01
Contadora	02
Corretora de imóveis, seguros, títulos e valores	05
Cozinheira	05
Deputada	09
Digitadora	01
Dona de casa	17
Economista	01
Empresária	30
Enfermeira	10
Engenheira	02
Escritora e crítica	02
Estudante, bolsista, estagiária e assemelhados	30
Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional	03
Gari ou "lixreira"	01
Gerente	01
Historiadora	01

(continuação)

Ocupação Profissional	Total
Jornalista e redatora	09
Locutora e comentarista de rádio e televisão e radialista	01
Manicure e maquiladora	02
Médica	01
Membro das Forças Armadas	01
Modelo	01
“Motoboy”	01
Motorista particular	01
Música	01
Pedagoga	10
Policial Civil	01
Policial Militar	10
Produtora de espetáculos públicos	02
Professora de Ensino Fundamental	22
Professora de Ensino Médio	16
Professora de Ensino de Primeiro e Segundo Graus	02
Professora de Ensino Superior	05
Professora e instrutora de formação profissional	05
Psicóloga	02
Representante comercial	01
Secretária e Datilógrafa	04
Secretária, Estenógrafa, Datilógrafa, Recepcionista, Telefonista, Taquígrafa	03
Servidora Pública Civil aposentada	04
Servidora Pública Federal	07
Servidora Pública Estadual	08
Servidora Pública Municipal	18
Socióloga	05
Supervisora, inspetor e agente de compras e vendas	01

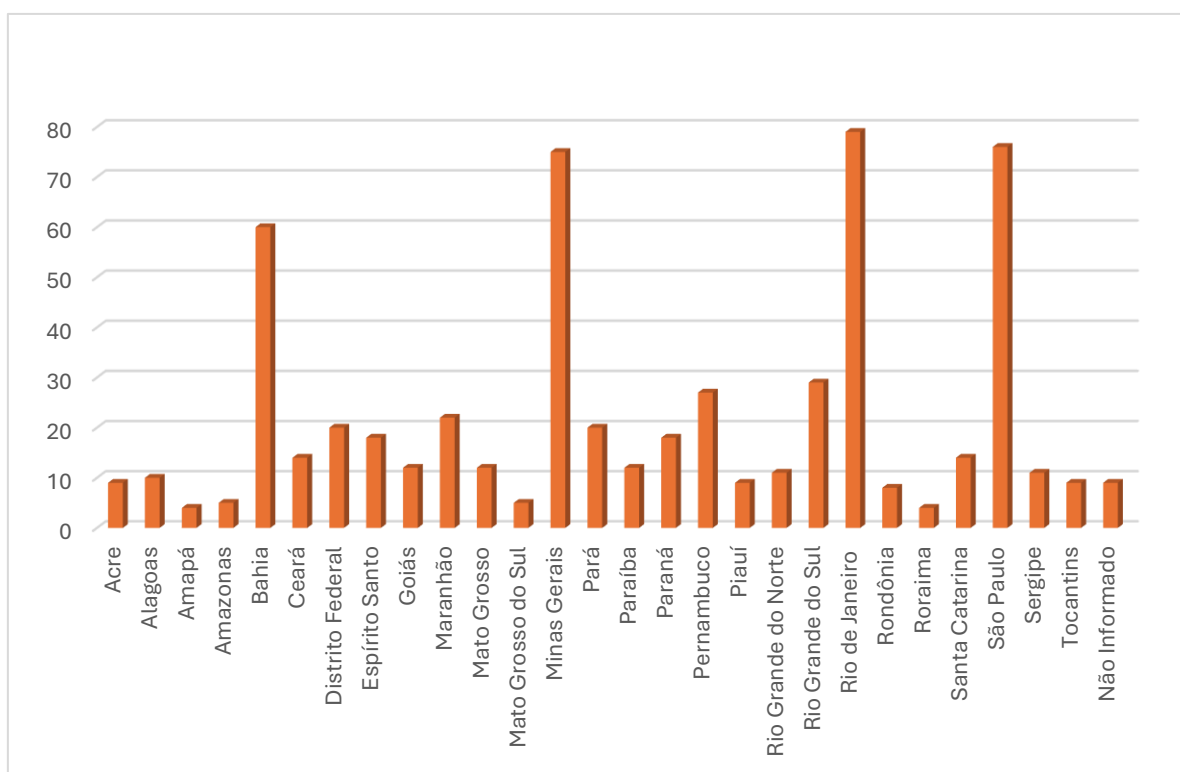
(conclusão)

Ocupação Profissional	Total
Técnica de Contabilidade, Estatística, Economia Doméstica e Administração	03
Técnica de Enfermagem e assemelhados (exceto enfermeira)	08
Técnica de Laboratório e Raio X	01
Técnica de mecânica	01
Técnica de obras civis, estradas, saneamento e assemelhados	01
Terapeuta	03
Trabalhadora metalúrgica e siderúrgica	01
Trabalhadora da Construção Civil	01
Trabalhadora Rural	03
Vendedora de comércio varejista e atacadista	01
Vendedora praticista, representante, caixeira-viajante e assemelhados	03
Vereadora	13
Veterinária	01
Vigilante	01
Não informada	150

Fonte: BRASIL (2023).

A representatividade das candidatas pretas no que se refere às UF de origem está exposta no Gráfico 8. Pode ser observado que SP, Rio de Janeiro (RJ), MG e Bahia apresentaram candidatas pretas, formando uma maioria expressiva, de quase 50%. (290). Enquanto as UF, RR e Amapá, apresentaram a menor quantidade de candidatas pretas, sendo quatro cada uma, não diferindo muito de Amazonas e Mato Grosso do Sul, com cinco cada uma e, ainda mais, Amazonas não elegeu nenhuma dessas candidatas.

Gráfico 8 – Proveniência das candidatas pretas



Fonte: BRASIL (2023)

Algumas alterações nestes números/percentuais poderão ocorrer com a chamada minirreforma política, já votada na Câmara Federal, fruto da apreciação do Projeto de Lei Complementar n. 192/2023 e do Projeto de Lei n. 4.438/2023 (Gaspardo *et al.*, 2023). Em artigo, os pesquisadores Gaspardo e colaboradores (2023) fazem uma analogia, exposta na Figura 6, resumindo os principais pontos da proposta quanto aos 30% de representatividade feminina:

Figura 6 – Mudanças propostas na minirreforma eleitoral de 2023

COMO ERA		COMO PASSARIA A SER
<p>Determinação legal de repasse mínimo de 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas. O TSE entende que esse percentual pode ser maior, desde que proporcional às candidaturas.</p> <p><small>Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019.</small></p>	X	<p>Ampliação da determinação desse percentual a candidaturas pretas. No entanto, fica permitido a utilização desses recursos em campanhas de homens brancos, desde que impliquem benefícios a candidatas e candidatos pretos.</p>
<p>Cota mínima de 30% de candidatas por partido.</p> <p><small>Artigo 10 §3º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.</small></p>	X	<p>A cota mínima de 30% de candidatas passa a ser para a Federação e não mais por partido.</p>
<p>Não há limitação para o valor da multa aplicada aos partidos que descumprem as cotas mínimas de propaganda para candidatas mulheres e negras.</p>	X	<p>Limita em R\$100.000,00 (cem mil reais) o valor da multa aos partidos que descumprirem as cotas mínimas de propaganda gratuita para candidatas mulheres e negras.</p>
<p>Inexistência de disposições nesse sentido.</p>	X	<p>Criação de critérios objetivos para caracterizar a fraude à cota de gênero, a saber: (1) a prova de que não houve campanha ou (2) que a votação da candidata foi nula ou insignificante</p>

Fonte: Gaspardo *et al.* (2023).

Conforme relatos das participantes desta pesquisa — especificamente quanto à pergunta sobre políticas de empoderamento das mulheres nas eleições (Apêndice A) — o primeiro trecho do Como Era (Figura 6), foi muito discutido. A questão de parcerias com homens para utilização de fundo eleitoral que era permitido somente para candidaturas femininas, foi entendida como retrocesso por uma parcela de Deputadas Federais e avanço por outras. As que identificaram vantagens,

argumentaram que, muitas vezes, a parceria com um homem do mesmo Partido e ideais pode facilitar o acesso de mais mulheres às instâncias políticas.

A crescente participação de mulheres pretas nas eleições de 2022, evidenciada pelo aumento significativo no número de candidatas, reflete um movimento importante rumo à inclusão e representatividade no cenário político brasileiro. A análise dos dados sociodemográficos mostra que, apesar de desafios persistentes, as candidatas pretas estão conseguindo avançar, com uma proporção considerável tendo Ensino Superior, o que destaca a importância da Educação na disputa eleitoral.

A predominância de candidatas solteiras, assim como a diversidade de ocupações profissionais, indica que as mulheres pretas estão rompendo barreiras e desafiando estereótipos em várias esferas. No entanto, a representatividade ainda varia significativamente entre diferentes UF, como SP e RJ apresentando maior número de candidatas, enquanto outros, como RR e Amapá, mostram números menores. A discussão sobre a minirreforma política e as políticas de empoderamento das mulheres nas eleições sublinha a complexidade e a necessidade de estratégias contínuas para garantir uma maior inclusão e igualdade.

3.4 A CORPORALIDADE E INCLUSÃO DA CIDADANIA DIVERSA NO PARLAMENTO

Ao longo deste capítulo, Quadros, Gráficos e Figuras trouxeram aspectos quantitativos e estatísticos sobre o tema, contudo, neste último subtítulo, não há informações destes aspectos por conta da própria eleição das duas Deputadas Federais citadas, o que ocorreu ineditamente.

Projetou-se então debate sobre o tema a partir de autores que estudam a heterogeneidade. A heterogeneidade provoca surpresa, desafio, desassossego, debate, embate. Estas condições vão surgir com frequência na vida e na carreira das Deputadas Federais trans que, ineditamente, a Câmara Federal recebeu em 2022. Duda Salabert, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), professora e ambientalista, eleita por MG e Érika Hilton, ativista das causas negras e LGBTQIA+ e ex-Vereadora por São Paulo. Duda Salabert, entrevistada pela TVBand-Minas, em 8 de outubro de 2022, é questionada pelo repórter sobre como ela acredita que será sua atuação dentro de um espaço tão conservador, e responde:

Há dois anos atrás quando me tornei a vereadora mais votada da história de Belo Horizonte como seria uma transexual uma travesti numa Câmara tão conservadora que foi dita até então a mais conservadora da história de Belo Horizonte e em um ano e meio de resultado eu tive seis projetos de leis aprovados muito a maioria deles aprovados por unanimidade (TVBand-Minas, 2022).

Salabert, ao falar do preconceito, do que ele gera e do quanto mais se tem que provar ao estar/ser nesta condição, acrescentou: “lógico preconceito ele existe o preconceito acaba sendo uma barreira isso exige mais ainda da qualidade Legislativa mais da articulação” (TVBand-Minas, 2022). O que está em xeque aqui é o corpo, o corpo trans, o corpo que desafia à chamada “normalidade” e que surge como outras formas de ocupação do espaço. Como elucida Camila Nunes (2014, p. 9):

O corpo é reconhecido como espacialidade (ponto de partida, fronteira e conexão) que impulsiona uma nova *práxis* na qual a corporalidade é entrevista como uma forma de resistência à homogeneização do espaço e das relações sociais.

No mesmo tom, reconhecem Costa e Bernardes (2023, p. 225):

Da interação direta entre sujeitos, como instituidora de uma espacialidade que poderá desdobrar-se em outras, ou seja, instituem novas formas de composição de normalidade de configurações de relações sociais que se reproduzem, inerentes a elas novos conflitos e reconfigurações, para outras espacialidades e relações sociais.

Irma Escamilla-Herrera e Maria Verônica Ibarra e (2017), por sua vez, enfatizam o quanto a Geografia se demorou no enfrentamento de que as espacialidades são diferentes para mulheres e homens — diferenças que revelam desigualdades, espacialmente e temporalmente. Porém, com a determinação dos Movimentos Sociais, esta visão de mundo foi se transformando politicamente, culturalmente, e economicamente também nas relações de ambiente e território.

A partir das reflexões de Escamilla-Herrera e Ibarra (2017) pode-se inferir o quão desigual se estabelece o Parlamento para a mulher trans. Esta que cotidianamente, através de debates e mediações, constrói e transforma este espaço desigual e complexo e as relações que o permeiam.

Não se trata, porém, de momentos harmoniosos, mas de uma composição política diversa que se desenvolve nestes tempos complexos. Para se nominar estes tempos, recorre-se a Gilberto Velho (2003, p. 44):

No caso das sociedades complexas modernas essas características assumem outras proporções e significados. A multiplicação e a fragmentação de domínios, associados a variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas, constituem um mundo de indivíduos cuja identidade é colocada permanentemente em cheque e sujeita a alterações drásticas.

A sociedade complexa acerca da qual ensina Gilberto Velho (2003), passou a revelar não somente a existência das mulheres trans como possibilidade de convivência, mas com seu corpo trans, impondo o respeito à diversidade em todos os espaços. Não se impede, portanto, que as Deputadas Federais LGBTQIA+ elaborem e/ou articulem políticas consistentes que sejam aprovadas como leis numa Câmara de Vereadores conservadora, ou igualmente numa Câmara Federal.

Visualiza-se esta convivência se estabelecendo, especialmente, em três esferas sociais. Em primeiro plano, os Movimentos Sociais, com insistentes momentos de visibilidade como, por exemplo: a chamada Parada do Orgulho LGBTQIA+ na cidade de São Paulo, sempre no mês de julho, desde 1997.

Em segundo plano, o debate teórico sobre a heterogeneidade, como foi desenvolvido neste subtítulo. Tal debate gera reflexões que alcançam outras esferas da sociedade, como os poderes da República, as mídias, e as divergências que levam à polarização política e de costumes.

Em terceiro, ampliando do debate das ruas e da Academia para dar as condições necessárias à aprovação de leis, como o Decreto Federal n. 8727, de 2016 (Brasil, 2016), assinado pela Presidenta Dilma Rousseff, garantindo o uso do nome social às pessoas travestis e transexuais em todo território nacional, e vem, através deste ato institucional, o reconhecimento de sua identidade de gênero. Outra conquista se deu no aspecto jurídico, quando o Supremo Tribunal Federal, em 2019, determinou que a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ passasse a ser crime, através da Lei n. 7716, de 1989 (Brasil, 1989), que criminaliza o racismo.

Este tripé Academia, Movimentos Sociais e legislação compõe este novíssimo momento parlamentar que recebe nova configuração, com o aumento de mulheres pretas, mulheres indígenas e ineditamente mulheres trans.

4 SUBVERSÃO AO CONSERVADORISMO NO ESPAÇO DA CÂMARA FEDERAL

O conservadorismo como o objeto de subversão é tratado neste capítulo, explicando-se através dos discursos das Deputadas Federais eleitas em 2022. Trata-se também sobre o fato inconteste de que a população preta, embora maioria, é minorizada na representação parlamentar, enquanto a população indígena feminina aumenta sua representação. Ainda, traz-se a presença na Câmara Federal das primeiras mulheres trans.

Os temas sobre a influência da Geografia do Voto no acesso das mulheres à Câmara Federal e a relação do discurso anticonservador e do sucesso eleitoral das Deputadas Federais, são abordados e aprofundados no decorrer do capítulo. Não sem antes, apresentar o perfil das mulheres não - normatizadas eleitas em 2022 para a Câmara Federal.

Através do discurso das parlamentares que são participantes desta pesquisa, por meio de entrevistas, analisa-se como se deu a construção de suas candidaturas, que são não-normatizadas. Sendo que “normatizado” significa: “normalizado, formalizado, prescrito. Tornar normativo, prescrito, capaz de ditar regras ou preceitos” (Dicio, 2023). Portanto, o recorte desta pesquisa se estabelece exatamente no não-normativo.

Os planos de mandato seriam documentos interessantes para se analisar como discurso disponível, no entanto, não foi possível acessá-los. Primeiramente se pretendeu localizar no *site* da Câmara Federal, como foi improdutivo, foi encaminhado *e-mail* solicitando a localização de tal documento. A resposta sob Protocolo de Identificação da Demanda n. 221226-000045 (26.12.2022), foi a seguinte:

A Câmara dos Deputados agradece seu contato.
Em atenção ao solicitado, informamos que a Câmara dos Deputados não dispõe de registros oficiais de propostas de campanha dos deputados, partidos ou blocos políticos, esse material é de exclusiva responsabilidade dos parlamentares e seus partidos.
Orientamos que seja realizada a busca em textos divulgados pela mídia, redes sociais e sites oficiais dos candidatos e partidos.
Permanecemos à disposição.
Atenciosamente,
Câmara dos Deputados (2022, grifo nosso).

Com a indicação da Câmara Federal para consultar as mídias e os Partidos, foi encaminhado *e-mail* para todos os Partidos, solicitando como acessar o referido plano. Três respostas foram obtidas:

Agradecemos seu contato. Os deputados e senadores eleitos tomam posse no dia 1 de fevereiro de 2023. E-mails e telefones dos gabinetes estarão disponíveis no portal da Câmara Federal e no portal do Senado Federal. Ainda não se tem uma plataforma que concentre essas informações referente a plano de mandato. Sugerimos que faça uma busca pelo nome do parlamentar, normalmente cada um deles tem seu próprio site e redes sociais com planos e projetos.
Atenciosamente,
Equipe da SNC-PT/SP

Boa tarde, para visualizar os candidatos eleitos do PL EM 2022 para:
Deputados Federais vai nesse link:
https://partidoliberal.org.br/categorias_filiados/deputados-federais/
Deputados Estaduais vai nesse link:
https://partidoliberal.org.br/categorias_filiados/deputados-estaduais/
Qualquer outro esclarecimento nos envie um e-mail com suas dúvidas que responderemos de pronto.
Atenciosamente,
SECOM-PL
Agradecemos por entrar em contato com o Republicanos.
Responderemos a sua mensagem em breve.
Enquanto isso, continue acessando o Portal Republicanos.

Pode-se inferir das respostas, tanto da Câmara Federal, como dos Partidos, que não há uma plataforma que registre planos de mandato. A partir destas negativas, optou-se por questionar às próprias Deputadas Federais sobre as propostas de campanha.

O texto transcorrerá dando conta da pesquisa de campo, resultados e análise dos dados obtidos durante as entrevistas com Deputadas Federais que representam povos originários, povo negro e população transexual. Procurou-se visualizar a mudança ao “ditar regras e preceitos” e o que elas carregam da sua existência outliers para uma sociedade brasileira com tons mais inclusivos, de gênero, de raça/cor e de sexualidades.

4.1 PERFIL DAS MULHERES NÃO-NORMATIZADAS ELEITAS EM 2022 PARA A CÂMARA FEDERAL

Das Deputadas Federais não - normatizadas eleitas em 2022, a maioria das pretas, indígenas e transexuais são de Partidos do campo progressista e da Região

Sudeste. Somente quatro são de Partidos à direita e somente uma destas da Região Sudeste.

No Quadro 11 estão apresentados detalhes do perfil das Deputadas Federais eleitas não - normatizadas. O apresentado revela que 13 das 18 eleitas estão em 1º mandato como Deputada Federal. No entanto, somente quatro nunca haviam tido um cargo político anteriormente, ou seja, havia uma experiência de disputa e vitória anterior, passível de impulsionar as suas candidaturas.

Quanto ao estado civil há um equilíbrio entre as autoidentificadas como do lar, solteira ou casada; a opção divorciada desloca este equilíbrio, sendo minoria. O Quadro 11 ainda traz a formação acadêmica, sendo que somente uma completou Ensino Médio e outra tem o Superior Incompleto; todas as demais possuem Ensino Superior Completo. Quanto a faixa-etária elas se encontram entre as de mais de 30 anos, até mais de 80, ressaltando as que têm mais de 40, perfazendo os 50% do total das eleitas não-normatizadas.

Quadro 11 – Sobre elas: Deputadas Federais eleitas não – normatizadas

PT (RJ) – Benedita da Silva: com 113.831 votos exerce o 4º mandato na Câmara Federal, Constituinte em 1988, foi Senadora, Vereadora, Vice-Governadora, Governadora e Ministra; natural do RJ, autodeclarada preta, casada, com Ensino Superior completo, 82 anos.
PT (PR) – Carol Dartora: com 130.654 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu o 1º mandato como Vereadora; natural de Curitiba-PR, autodeclarada preta, casada, com Ensino Superior completo, 41 anos.
PSOL (MG) – Célia Xakriabá: com 101.154 votos exerce 1º mandato na Câmara Federal; natural de São Paulo - SP, autodeclarada indígena, solteira, Ensino Superior completo, 35 anos.
PCdoB (RS) – Daiana Santos: com 88.107 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu mandato de Vereadora; natural de Júlio de Castilho-RS, autodeclarada preta, solteira, com Ensino Superior completo, 42 anos.
PT (MG) – Dandara: com 86.034 votos exerce 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu o 1º mandato como Vereadora, também o 1º; natural de Uberlândia - MG, autodeclarada preta, solteira, com Ensino Superior completo, 40 anos.
União Brasil (Ceará) – Dayany do Capitão: com 54.526 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal; natural de Fortaleza – Ceará, autodeclarada preta, casada, com Ensino Médio completo, 42 anos.
PT (RS) – Denise Pessoa: com 44.241 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu mandato de vereadora por quatro legislaturas, natural de Caxias do Sul – RS, autodeclarada preta, solteira, Ensino Superior completo, 41 anos.
PT (Pará) – Dilvanda Faro: com 150.065 votos exerce o 2º mandato na Câmara Federal; natural de Bujaru – Pará, autodeclarada preta, casada, com Ensino Superior incompleto, 56 anos.
PDT (MG) – Duda Salabert: com 208.332 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu mandato de Vereadora; natural de Belo Horizonte -MG, autodeclarada branca, transexual, casada, com Ensino Superior completo, 43 anos.
PSOL (SP) – Érika Hilton: 256.903 votos, 1º mandato como deputada federal, anteriormente exercia mandato de Vereadora; natural de Franco da Rocha – SP, autodeclarada preta, transexual, solteira, com Ensino Superior completo, 32 anos.
PT (Espírito Santo) – Jaqueline Rocha: com 51.317 votos, exerce o 1º mandato Câmara Federal; natural de Colatina - ES, autodeclarada preta, solteira, com Ensino Superior completo, 41 anos.

(conclusão)

PT (SP) – Juliana Cardoso: com 125.517 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu mandato de Vereadora por 4 legislaturas; natural de São Paulo - SP, autodeclarada indígena, casada, com Ensino Superior completo, 44 anos.
REDE (SP) – Marina Silva: com 237.526 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu mandato de Vereadora, Deputada Estadual, Senadora, no momento (2023-2024) é Ministra do Meio Ambiente; natural de Rio Branco – Acre, autodeclarada preta, casada, ensino superior completo, 72 anos.
PL (AP) – Sílvia Waiãpi: com 5.435 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu o cargo de Secretária Nacional de Saúde Indígena; natural de Macapá – Amapá, autodeclarada indígena, divorciada, ensino superior completo, 48 anos.
PSOL (SP) – Sonia Guajajara: com 156.966 votos exerce o 1º mandato na Câmara Federal, atualmente (2023-2024) é Ministra dos Povos Indígenas; natural de Almirante do Maranhão – Maranhão, autodeclarada indígena, divorciada, ensino superior completo, 50 anos.
Partido Republicano (RJ) - Rosângela Gomes: com 76.292 votos exerce o 4º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu dois mandatos como Vereadora, atualmente (2023-2024) é Secretária de Educação do Rio de Janeiro; natural de Nova Iguaçu – RJ, autodeclarada preta, solteira, ensino superior completo, 57 anos.
PL (Rondônia) - Sílvia Cristina: com 65.012 votos exerce o 2º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu dois mandatos como Vereadora; natural de Linhares – Espírito Santo, autodeclarada preta, solteira, ensino superior completo, 50 anos.
PSOL (RJ) – Talíria Petrone: com 198.548 votos exerce o 2º mandato na Câmara Federal, anteriormente exerceu mandato de Vereadora; natural de Niterói-RJ, autodeclarada preta, solteira, ensino superior completo, 39 anos.

Fonte: consulta aos dados do TSE, elaborado pela Autora (2024).

Ao aplicar a Metodologia DAFO para analisar as informações constantes do Quadro 11, e capturadas do TSE, é possível relacionar além das Fortalezas, Oportunidades e Debilidades, também de modo mais específico as Fortalezas, Debilidades, Ameaças e Oportunidades Espaciais, que são estas:

Fortalezas — 1) Experiência Política: 13 das 18 eleitas estão em seu primeiro mandato como Deputadas Federais, mas muitas já tinham experiência em cargos políticos, como Vereadoras ou Secretárias Municipais/Estaduais, o que permite inferir que fortalece a atuação e a capacidade de interação no cenário político. A experiência prévia em cargos eletivos sugere uma compreensão das dinâmicas políticas e uma base de apoio estabelecida; 2) Formação Acadêmica: a maioria possui Ensino Superior Completo, destacando a valorização da Educação e do conhecimento especializado. A formação acadêmica avançada reflete competência e preparação para enfrentar os desafios legislativos; 3) Diversidade Étnica e de Gênero: a representatividade de mulheres pretas, indígenas e transexuais é um avanço significativo, pois esta diversidade fortalece a inclusão de diferentes vozes e experiências na Câmara Federal; 4) Regionalidade e Partidos: a maioria das Deputadas Federais é de Partidos progressistas e da Região Sudeste, indicando uma

forte base de apoio nessas áreas. A presença de Deputadas Federais de outras Regiões e Partidos reflete uma ampla representatividade geográfica e política.

Debilidades — 1) Estado Civil: há um equilíbrio entre casadas e solteiras, mas o pequeno número de divorciadas pode indicar desafios específicos enfrentados por mulheres nesta condição. 2) Faixa Etária: a concentração de Deputadas Federais na faixa dos 40 anos pode limitar a inclusão de perspectivas mais jovens ou mais velhas.

Ameaças — não identificadas.

Oportunidades — 1) Ampliação da Representatividade: a eleição de mulheres pretas, indígenas e transexuais abre caminho para uma maior representatividade de grupos historicamente marginalizados. A diversidade étnica e de gênero pode inspirar mais candidatas de diferentes origens a se envolverem na política; 2) Educação como Ferramenta Política: a alta formação acadêmica das Deputadas Federais pode ser utilizada para promover políticas de Educação e conhecimento; elas podem liderar iniciativas para melhorar a Educação Pública e o acesso ao Ensino Superior; 3) Aproveitamento da Experiência: Deputadas Federais com experiência prévia em cargos políticos podem usar sua trajetória para oferecer mentoria a novas candidatas e fortalecer suas redes de apoio. 4) Fortalecimento das Causas Sociais: a presença de Deputadas Federais de diversos Movimentos Sociais (negros, indígenas, LGBTQIA+) pode fortalecer a luta por direitos e inclusão; elas podem usar sua plataforma para abordar questões como Direitos Humanos, justiça social e igualdade.

Fortalezas Espaciais — 1) Diversidade Geográfica: as Deputadas Federais vêm de quatro regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste. Essa dispersão geográfica fortalece a representatividade regional e garante que diferentes partes do país tenham voz no Congresso. A presença de Deputadas Federais indígenas e de outras minorias étnicas de regiões como o Norte e o Sudeste sublinha a importância de uma representação que reflete a diversidade geográfica e cultural do Brasil; 2) Concentração em Centros Urbanos: a maioria das Deputadas Federais é oriunda de grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Esses centros urbanos são frequentemente mais progressistas e têm uma maior densidade de eleitores/as engajados/as. A representação urbana facilita a implementação de políticas que atendam às complexas necessidades das grandes cidades, como transporte público, habitação e Educação.

Debilidades Espaciais — 1) Sub-representação de Regiões Menos Populosas: apesar da diversidade, algumas regiões menos populosas, como o Norte,

ainda estão sub-representadas. Isso pode limitar a atenção às necessidades específicas dessas áreas, como questões ambientais e de infraestrutura. A concentração de eleitas em determinadas áreas pode criar um desequilíbrio na alocação de recursos e na formulação de políticas que atendam a todas as regiões de forma equitativa; 2) Desigualdade Regional: a predominância de Deputadas Federais de regiões mais desenvolvidas economicamente, como o Sudeste, pode reforçar desigualdades regionais. Regiões mais pobres e com menor acesso a recursos de campanha podem encontrar dificuldades para eleger representantes. A falta de representação adequada de regiões menos desenvolvidas pode perpetuar disparidades econômicas e sociais.

Oportunidades Espaciais — 1) Fortalecimento da Representação Regional: a eleição de Deputadas Federais de diversas regiões oferece a oportunidade de fortalecer a representatividade regional no Congresso. Isso pode levar a uma alocação mais equitativa de recursos e atenção às necessidades específicas de cada região. A presença de Deputadas Federais indígenas e de outras minorias étnicas pode promover uma maior conscientização e inclusão das questões regionais e culturais no debate nacional; 2) Políticas de Desenvolvimento Regional: a diversidade geográfica das Deputadas Federais pode ser aproveitada para promover políticas de desenvolvimento regional, que visem reduzir as desigualdades entre as diferentes regiões do país. Iniciativas como a defesa de direitos territoriais indígenas, quilombolas e a proteção ambiental podem ser fortalecidas com a representação de Deputadas Federais de regiões impactadas por essas questões.

Ameaças Espaciais — 1) Polarização Regional: a polarização política pode se manifestar de forma regional, com diferentes regiões do país apoiando Partidos e ideologias distintas. Isso pode dificultar a cooperação entre Deputadas Federais de diferentes regiões e Partidos. A divisão entre áreas urbanas progressistas e áreas rurais conservadoras pode criar desafios para a implementação de políticas nacionais coesas; 2) Pressões Econômicas e Políticas: regiões com forte influência de setores econômicos poderosos, como o agronegócio no Centro-Oeste, podem exercer pressão sobre Deputadas Federais para alinhar suas políticas com interesses econômicos específicos, potencialmente em detrimento das necessidades das populações locais. A pressão de grupos de interesse regionais pode limitar a independência política das Deputadas Federais e dificultar a adoção de políticas que beneficiem o país como um todo.

Por fim, das 18 eleitas, três não estão legislando. Foram alçadas para cargo do executivo. Marina Silva foi empossada como Ministra do Meio Ambiente, Sonia Guajajara como Ministra dos Povos Indígenas e Rosângela Gomes como Secretária de Educação do Rio de Janeiro. Entre as 15 em atividade parlamentar se estabelece a população da pesquisa. Desta população, foram seis as participantes. Na sequência, traz-se os resultados da coleta de dados durante a pesquisa de campo quando se registrou o discurso de cada participante da pesquisa, a partir de entrevistas.

4.2 O CONSERVADORISMO SUBVERTIDO

Neste ponto, apresentam-se os resultados coletados das entrevistas, tanto as realizadas diretamente com as Deputadas Federais como as capturadas eletronicamente. Os dados estão expostos conforme a metodologia DAFO, nos Quadros 12 a 16, cada um correspondendo a um conjunto de perguntas relacionados a um mesmo tema.

Sobre o teor retirado, excertos, de cada discurso das participantes considerados como resposta, aspectos apontados como positivos e negativos, conforme a metodologia, estão relacionados em colunas próprias. São eles, respectivamente, “fortalezas” (aspecto interno) e “oportunidades” (aspecto externo), e “debilidades” (aspecto interno) e “ameaças” (aspecto externo).

As respostas referentes aos motivos pelos quais as pessoas elegeram cada participante, e/ou de que lugar vieram os votos que as elegeram, que não necessariamente se refere ao município ou à UF, mas qual o público que as elegeram, contêm aspectos positivos e negativos como serão descritos no Quadro 12.

Quadro 12 – Deputadas Federais e a Geografia do Voto: de onde vem o voto que a elegeu? A quem ou o que a você representa?

(continua)

<p>Nome P1</p>	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“Eu fui muito bem votada e o perfil do meu eleitorado ele é vasto, ele é amplo tanto que o estado tem 399 municípios eu fui votada em 396, esse perfil é muito amplo fui votada por pessoas negras, por mulheres, mas, principalmente o que a gente conseguiu já refinar, é... desse perfil do meu eleitorado, é que é um voto crítico, né, voto de opinião, e o voto das mulheres. Claro, tem uma população ...tem o voto LGBT, eu acho que eu reuni quase todos os votos LGBT do estado, mas, ainda assim... e o voto negro, ...mas, ainda assim, em maioria mulheres”.</p>			
<p>Debilidade</p> <p>A falta do voto de homens, por inferência</p>	<p>Ameaça</p> <p>(Não identificada)</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Ter o valor do voto crítico lhe elegendo</p>	<p>Oportunidade</p> <p>De alcançar a quase totalidade do território da UF e a representar</p>	
<p>Nome P2</p>	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“Eu acho tá, a minha sensibilidade, é de que 70% dos votos foram da esquerda a maior parte..., do pensamento de esquerda e daí é de homens, mulheres, jovens, negros, mulheres, não é... que os outros 30 daí é movimento negro, juventude, movimento comunitário do estado, movimento de mulheres, daí sim, movimento LGBTQIA+, tem também, né, e esse movimento ligado aos Direitos Humanos, assim, estado a fora”.</p>			
<p>Debilidade</p> <p>(Não identificada)</p>	<p>Ameaça</p> <p>(Não identificada)</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Apoio de eleitorado variado.</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Representar movimentos e causas sociais</p>	
<p>Nome P3</p>	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“Apenas eu com essa preocupação com a questão do conservadorismo, com proteção nacional, com essa questão mais patriota de direita ...em suma a única que mora ... e que concorreu pelo Norte brasileiro, então digamos que eu seja a única representante da Amazônia brasileira”.</p>			
<p>Debilidade</p> <p>Ser a única indígena eleita pelo Norte</p>	<p>Ameaça</p> <p>A perspectiva socialista e a “esquerda”</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Conservadorismo/ proteção; patriotismo; ser de “direita”</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Representatividade amazônica</p>	
<p>Nome P4</p>	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“A gente sabe que em 1983 quem entrou pelo PDT, o Mário Juruna né e depois foi interrompido por 31 anos de eleição, e aí veio a Joênia, né, de Roraima e que agora a gente atingiu não só quatro mulheres, né, aqui do Estado e um homem na Câmara Federal, e dois homens para o Senado Federal, então, no total nós somos em sete, isso é muito importante”.</p>			
<p>Debilidade</p> <p>A interrupção</p>	<p>Ameaça</p> <p>Muito tempo sem a eleição de um indivíduo indígena</p>	<p>Fortaleza</p> <p>O número de mulheres indígenas eleitas</p>	<p>Oportunidade</p> <p>A própria eleição no Senado e na Câmara Federal de indivíduos indígena</p>	

(conclusão)

Nome P5	Resposta (excerto) “E, além disso eu tinha questão de que as candidaturas do Ciro estavam derretendo também isso que impacta diretamente no nosso, na minha votação, né”. “Mas eu sou uma pessoa de Campo, mais importante é avançar, ... nós avançamos enquanto Campo democrático, Campo Progressista... e o Partido, ele não pode ser fim. Ele tem que ser meio, né, ele tem que ser a ferramenta para buscar o fim que a é justiça social”.			
	Debilidade O impacto do Partido	Ameaça Partido como fim em si mesmo	Fortaleza O entendimento de si mesma como “de Campo”	Oportunidade Busca pela justiça social
Nome P6	Resposta (excerto) ”Eu costumo dizer: essa palavra, às vezes, pode até parecer confuso para muitas pessoas, mas de vingança eu me sinto vingando os meus ancestrais, eu me sinto vingando aquelas que morreram e não puderam estar aqui, eu me sinto vingando as vozes que foram silenciadas, por conta do racismo, por conta da transfobia, e sei que a minha chegada a esse espaço é reflexo de todas essas lutas... que nós perdemos muita gente lá atrás”.			
	Debilidade O ineditismo de ser uma candidata trans	Ameaça Racismo e transfobia	Fortaleza As lutas anteriores de seus ancestrais	Oportunidade De dar voz, efetivamente

Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

Quanto à Geografia do Voto, os aspectos positivos elencados por P3 é sua própria representatividade pela Região Norte, amazônica, ela relata ser a única indígena que se elegeu por essa Região. A representatividade relativa ao público eleitor, nos aspectos positivos correspondem as suas posições políticas, por ex., a conservação da Amazônia, o combate à transfobia e o antirracismo, como em: “eu me sinto vingando as vozes que foram silenciadas, por conta do racismo, por conta da transfobia” (P6).

Sobre à produção do espaço, um aspecto negativo foi levantado por P5, ao apontar a fragilidade partidária neste pleito, já os aspectos positivos, a presença de indígenas no Senado e na Câmara Federal foi afirmada como relevante pelas participantes indígenas: “no total nós somos em sete e isso é muito importante” (P4).

No Quadro 13, a questão é sobre a trajetória eleitoral, desafios e sucessos. A pergunta sobre as dificuldades remete a como venceu obstáculos durante sua carreira política, e neste pleito.

Quadro 13 – Trajetória política/vida/desafios e sucesso: enfrentou alguma dificuldade durante a eleição? Qual?

(continua)

Nome	Resposta (excerto)			
P1	<p>“A violência política, ela é absurda, gritante, constante e cotidiana. Então, é muito, é muito pesado. Uma das minhas bandeiras é a violência política, tanto que propus uma ampliação da lei de Violência Política, que era a violência política de gênero e eu propus uma ampliação pra que ela seja de violência política de gênero, raça e orientação sexual, pra abranger um escopo maior. E, também pensei, também desdobrei, em outras coisas que eu só fui perceber através dessa vivência, então, outras violências que... que a gente não conhecia, né. Então, a gente tem que dá nome pra essas violências e encontrar ferramentas para combatê-las”.</p>			
	<p>Debilidade</p> <p>Não distinguia violência política de violência de gênero</p>	<p>Ameaça</p> <p>Violência política e de gênero</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Atitude propositiva, resiliência</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Reconhecer tipificação de violência, nominá-las e propor alteração da lei</p>
P2	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“A principal dificuldade que eu tive foi um outro candidato, né, que concorreu a Deputado Federal que se elegeu, inclusive, e...e ele, mas aí, quase todo esse último mandato meu de vereadora, ele vinha.. ele fazia... ele polarizava comigo, né, sempre, ele crescia me ‘batendo’, né, sabe, essa moda bolsonarista que resolve achar um polo para ‘bater’ para, né, muita coisa assim...sabe, de pegar minha fala tirar de contexto... violência política de gênero!”</p> <p>“A gente viu um momento agora, nesses últimos anos, que tipo, se meio que se naturalizou o ódio às mulheres, né! Parece que ser mulher ...tu já é, sabe, já é uma criminosa. Ruim... bem ruim... nesses últimos anos aí, enfim ...meio que autorizou, né, essa violência contra as mulheres!”.</p>			
	<p>Debilidade</p> <p>Ter um competidor direto, desde mandato anterior como Vereadora</p>	<p>Ameaça</p> <p>Violência política de gênero</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Superou a polarização</p>	<p>Oportunidade</p> <p>(Não identificada)</p>
P3	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“Então, a minha vida sempre foi uma vida voltada para as questões sociais, para as questões políticas do meu país, não a política que as pessoas veem hoje em dia mas a política de proteção de fronteiras e segurança nacional... então eu sou uma mulher que desde os meus seis anos de idade, eu posso dizer que eu lutei para ser brasileira... então eu luto contra um sistema que me isola, eu luto contra um sistema que me nega cidadania, eu luto contra um sistema que me nega a brasilidade e o meu pertencimento a uma terra chamada Brasil. Então, muitas das vezes, a sociedade ela não entende isso e outras se aproveitam disso, né, para colocar o indígena contra o seu próprio povo, contra o seu próprio país, que é o que nós vemos hoje”.</p>			
	<p>Debilidade</p> <p>A negação do pertencimento originário e de ser cidadã brasileira</p>	<p>Ameaça</p> <p>O isolamento imposto pela Sociedade</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Consciência de si</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Proteção de fronteiras, e segurança nacional</p>

(continuação)

<p>Nome</p> <p>P4</p>	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“Uma representante mulher, indígena, feminista na Câmara Federal ... uma mulher afroindígena, né, eu não sou aldeada, eu sou urbana. Eu tenho 42 anos de idade, eu me elegi muito jovem, com 27, já tô no quarto mandato de vereadora ... e agora Deputada eleita, infelizmente, a única mulher da bancada do Estado de São Paulo, mas a gente vai avançando... pelo menos uma de nós entrou, né?! E uma de nós mulher indígena e que vem da periferia, né, e que sabe muito bem o que significa a relação de políticas públicas e serviços públicos para essa atuação”.</p>			
<p>Debilidade</p> <p>Sente-se sozinha na sua representatividade mais específica</p>	<p>Ameaça</p> <p>A intersecção: mulher, afro-indígena e periférica</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Experiência política e de mandato, e a intersecção: mulher, afro-indígena e periférica</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Representar a mulher, da periferia, afro-indígena</p>	
<p>Nome</p> <p>P5</p>	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“Eu posso pegar minha trajetória como um exemplo de como a violência vem aumentando... Em 2018, eu me tornei a primeira transexual do país a disputar o cargo de Senadora da República. Na época quando eu lanço minha candidatura, o Eduardo e o Carlos Bolsonaro ‘compartilharam’ minha candidatura como um deboche. Naquele momento as minhas redes sociais, em menos de uma hora, receberam milhares de mensagens de ódio e a palavra que mais aparecia era ‘nojo’, porque é isso que parte da setores da sociedade tem em relação aos nossos travestis/transexuais. Não satisfeitos com isso eles começaram a avaliar negativamente a página do Facebook da Escola que eu trabalhava, começavam a mandar <i>e-mail</i> e telefonemas para escola que eu trabalhava pedindo minha demissão. E, pior, mobilizar manifestações na porta da escola que eu trabalhava... exigir minha demissão só por eu ser quem eu sou e eu só não fui demitida porque os alunos me defenderam, fizeram uma blusa com a minha foto estampada e não fui demitida, isso 2018. Em 2020, eu lanço minha candidatura e termina as eleições como a pessoa mais votada da história de Belo Horizonte”.</p>			
<p>Debilidade</p> <p>Assédio moral e violência política</p>	<p>Ameaça</p> <p>Violência via manifestações diretas a sua pessoa: por escrito, nas redes sociais, interferência no ambiente de trabalho</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Resistência e resiliência</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Sua atitude reverberou positivamente, foi a mais votada</p>	
<p>Nome</p> <p>P6</p>	<p>Resposta (excerto)</p> <p>“Olha por parte dos colegas eu não me recordo de nenhum episódio de transfobia dentro do da Câmara Municipal. A Câmara Municipal me surpreendeu de uma forma que eu espero que o Congresso também me surpreenda,...eu conquistei uma respeitabilidade por parte dos meus colegas que eu não achei que eu conquistaria... achei que seria mais hostilizada, achei que seria mais brutalizada, não que eu não tivesse enfrentado episódios de confrontos episódios ruins por parte de pessoas que estão do outro lado da política, mas não fui agredida racialmente, ...por conta da minha identidade de gênero e, quando isso acontece, eu lido da forma como é preciso lidar: isso é crime e crime não deve ser combatido com briga com grito, crime deve ser combatido dentro do rigor da Lei...”.</p>			

(conclusão)

	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	Angústia por recear sofrer violência	Confrontos políticos	Conseguiu respeitabilidade; Responde a ameaças com a lei	(Não identificada)

Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

O demonstrado no Quadro 13 revela a trajetória política e os aspectos positivos: a surpresa pelo acolhimento anterior em outro mandato por pares (P6), e o acolhimento no ambiente de trabalho e a campanha empreendida em defesa (P5) e o resultado da não demissão e de sucesso eleitoral inequívoco. Os relatos indicam atitudes propositivas e de perseguir propósitos: lutei, estudei, disputei.

No que tange aos desafios/dificuldades e os aspectos negativos, surgem: memórias de confrontos, violência, deboche, nojo, campanha da sociedade por demissão, como relata P5 “exigir minha demissão só por eu ser quem eu sou...”, invasão de rede social, não pertencimento. Como reação aos obstáculos, relata P3: “... eu lutei para ser brasileira... então eu luto contra um sistema que me isola, eu luto contra um sistema que me nega cidadania, eu luto contra um sistema que me nega a brasilidade e o meu pertencimento a uma terra chamada Brasil”.

P4, declara a sua condição: “Uma representante mulher, indígena, feminista na Câmara Federal ... uma mulher afroindígena, né, eu não sou aldeada, eu sou urbana.” Nesse ponto, Crenshaw (1989) enfatiza a importância de considerar as diversas características identitárias que permeiam a vida dos sujeitos, como gênero, raça, classe social e orientação sexual, destacando suas interações interdependentes na formação das experiências individuais e na determinação dos processos de exclusão e discriminação.

Reconhecendo-se que ao longo dos últimos pleitos eleitorais houve um crescimento do conservadorismo político-moral, como se uma “onda” conservadora, como se considera em relação ao anticonservadorismo? O Quadro 14 traz respostas das Deputadas Federais com a categorização conforme DAFO, para a não conservadora, não foi possível identificar os aspectos positivos e negativos, por conta do teor conservador de seu discurso.

Quadro 14 - O discurso anticonservador e o sucesso eleitoral: um impulsiona o outro?

(continua)

<p>Nome P1</p>	<p align="center">Resposta (excerto)</p> <p>“A gente sofreu uma guerra ideológica, <i>fake news</i> ou mentiras com distribuição de mentiras em grande escala no <i>Facebook</i>, no <i>WhatsApp</i>... O significado do <i>WhatsApp</i>, nas eleições de 2020 e 22 foi uma coisa impressionante. Quem não fez campanha no <i>WhatsApp</i> não fez campanha”. “...Foi de romper com mentiras, de romper com <i>fake news</i>, de romper com pautas obsoletas e atrasadas... que as pessoas, às vezes, elas ficam fazendo uma reprodução desse conservadorismo quando elas não param, de fato, para refletir se aquilo faz sentido no cotidiano delas, na vida delas... mostrar, por exemplo, pra classe trabalhadora que um projeto é econômico neoliberal não a contempla. Encontrar as palavras para fazer essa conversa é o desafio. E é isso que eu digo, a educação acho que foi a chave, a estratégia para romper com o conservadorismo”.</p>			
	<p>Debilidade</p> <p>Desafio: encontrar meios para dialogar no universo digital</p>	<p>Ameaça</p> <p>“Guerra” ideológica</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Superação da campanha contrária via redes sociais</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Utilizar a Educação como estratégia</p>
<p>Nome P2</p>	<p align="center">Resposta (excerto)</p> <p>“Se as mulheres são tão atacadas, não é, não é à toa ...na última eleição aqui, como a gente elegeu esses conservadores, né, esses nas Câmaras de Vereadores. A gente também elegeu muita mulher e elegeu muito negro e negra. Essa última eleição foi exatamente uma eleição polarizada, né, foi uma eleição polarizada, né, quem não se posicionou, e ficou no meio, dificilmente teve sucesso, ou tu defende um lado, ou defende o outro. Agora vamos ver como é que isso vai se comportando”.</p>			
	<p>Debilidade (Não identificada)</p>	<p>Ameaça</p> <p>Polarização</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Clareza de propósitos</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Eleições de mulheres e negros a partir da própria representação.</p>
<p>Nome P3</p>	<p align="center">Resposta (excerto)</p> <p>“Foram eleitas outras quatro [indígenas] ...três são da esquerda, né, têm a visão para o socialismo”.</p>			
	<p>Debilidades</p> <p>Não se aplica</p>	<p>Ameaça</p> <p>Não se aplica</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Não se aplica</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Não se aplica</p>
<p>Nome P4</p>	<p align="center">Resposta (excerto)</p> <p>“A política é uma chave para o crescimento econômico, é uma chave para recuperação social do Brasil, é uma chave para a gente poder recuperar esses espaços que estão sendo é... mutilados, né, do meu povo indígena. Então, a gente não pode negar essa política, a gente não pode negar o diálogo, a gente não pode entregar a Democracia, a gente tem que enfrentar esse discurso de ódio, de armas... a gente tem que enfrentar”.</p>			
	<p>Debilidade</p> <p>A vulnerabilidade da população indígena, desconsiderada</p>	<p>Ameaça</p> <p>Discurso de ódio/armas</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Capacidade de dialogar e de enfrentamento</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Recuperar espaços</p>

(conclusão)

Nome	Resposta (excerto)			
P5	<p>“Eu usava um conceito que eu gosto muito que é... de ‘universidade necessária’, ... é aquela que entende a Universidade como engrenagem fundamental para soberania de um país, de um povo e para transformação de um país, né?! Então, por isso que a gente vai levar para o Congresso esse debate, valorizar todas as Universidades públicas gratuitas de qualidade porque na verdade o que vai tornar Minas Gerais rica e o Brasil rico, não é moer nossas montanhas como estão fazendo, não é transformar nossos biomas em pasto para pecuária, o que vai fazer o Brasil crescer no ponto de vista econômico é Ciência, tecnologia e inovação, E ciências e tecnologias se produzem nas Universidades públicas, assim é no mundo inteiro, só o Brasil que vira as costas porque estamos numa situação de neocolônia e que muitos políticos acabam sendo capachos de oligopólio internacional”.</p>			
	Debilidade (Não identificada)	Ameaça A visão neocolonialista	Fortaleza Valorização do conhecimento tecnocientífico e das pesquisas	Oportunidade Fortalecimento da produção de conhecimento e suas aplicações para a soberania
Nome	Resposta (excerto)			
P6	<p>“Eu sou aberta ao diálogo, eu sou aberta a construção coletiva, eu sou aberta a apontar caminhos, eu apelo sempre muito ao sentido republicano do fazer político ...eu acho que talvez se a gente consiga separar as divergências ideológicas que são colocadas pelos Partidos que nos representam, que nós representamos, é possível construir alianças porque nem sempre todos que estão ali no espectro do Centro-direita ou da Direita, e aí não me refiro aos extremistas não me refiro aos antidemocráticos e não me refiro aos fascistas, me refiro àquelas pessoas que não estão na Esquerda, mas que respeitam, entendem a Constituição os Direitos Cívicos, a cidadania de todos, os grupos sociais... a partir desses pilares é com que eu pretendo negociar... que eu pretendo dialogar e que eu pretendo mostrar que não se trata apenas de bandeiras ou de ideologias se trata de direitos básicos, se trata de direitos essenciais”.</p>			
	Debilidade Divergências ideológicas entre Partidos de esquerda	Ameaça Atitudes extremistas, facistas	Fortaleza Capacidade de abertura ao diálogo	Oportunidade Construir alianças para dar a garantia de direitos básicos

Fonte: elaborado pela Autora (2024).

Quanto ao discurso anticonservador e o sucesso eleitoral salienta-se os aspectos positivos: reconhecimento do conhecimento técnico e científico como ferramenta para a decolonização econômica, “na verdade o que vai tornar Minas Gerais rica e o Brasil rico, não é moer nossas montanhas como estão fazendo, não é transformar nossos biomas em pasto para pecuária” (P5); a busca por viver democraticamente, “a gente não pode entregar a democracia” (P4), estabelecendo alianças para a garantia da cidadania.

Os aspectos negativos que desafiaram as candidaturas: divergências ideológicas, mesmo entre Partidos alinhados e a emergência de grupos extremistas, antidemocráticos, fascistas, porque “não se trata apenas de bandeiras ou de ideologias se trata de direitos básicos, se trata de direitos essenciais” (P6).

Ante a realidade de que 82% de legisladores na Câmara Federal que são homens, perguntou-se às Deputadas Federais como foi a jornada para pertencer à minoria, como se sentem neste espaço predominantemente masculino e quais são as suas expectativas de mudanças com o crescente número de mulheres envolvidas na política? As respostas estão expostas e categorizadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Perfil das mulheres eleitas de identidades não-normatizadas: como é ser mulher, preta, Indígena e/ou trans no Congresso Nacional?

(continua)

Nome	Resposta (excerto)			
P1	<p>“É muito pesado. hoje é um espaço de muita solidão apesar da gente ter uma bancada de mulheres e eu agradeço muito por ter chegado aqui e ter sido acolhida por mulheres experientíssimas, né, mulheres que estão lutando pelo Brasil há tanto tempo, né, que são essa ponta de lança de resistência pra nós. Então, assim, chegar aqui e ter essas mulheres como aliadas e a gente ter uma bancada feminista, ... termos também uma bancada de mulheres e termos também uma bancada negra, que é muito importante, me acolheu. Mas, ainda assim é ... é isso, somos 18 % ...é eu sou uma mulher preta retinta que ... com um universo de 500, é um espaço de muita solidão. É um espaço assim em que as pessoas te olham e não te veem. É, ... até mesmo nessa troca, né, porque a política é diálogo, é construção, é você conseguir coadunar interesses e produzir soluções em grande escala, né, produzir soluções para toda uma sociedade. Quando você se vê num espaço onde um homem branco olha pra sua cara e ele acredita piamente que ele não tem nada para conversar com você, e, talvez, não tenha mesmo, se torna um espaço de muita solidão... exige muito, exige muito todo dia, assim... a gente voltar para aquilo que nos trouxe aqui, voltar para aquilo que a gente acredita, para o algo que a gente deseja alcançar, porque para além dessa solidão, são muitas violências, né”.</p>			
	<p>Debilidade</p> <p>Solidão</p>	<p>Ameaça</p> <p>Somos 18%, invisibilidade</p>	<p>Fortaleza</p> <p>Resiliência</p>	<p>Oportunidade</p> <p>Voltar para algo que se deseja alcançar</p>
Nome	Resposta (excerto)			
P2	<p>“E aí, tu vem para a Câmara do Deputados e a impressão que eu tenho é que as mulheres são invisibilizadas! Sabe, me parece assim que há um que um apagamento... pra notar... sabe... tu percebe que...tipo...tem coisas que são debatidas e que não passam por nós! Tu tá à margem! Então isso me chamou bastante atenção, e aí mas aí, a nossa maior...como a gente aumentou o número de mulheres, a gente tem que brigado e tem disputado pautas. Eu vejo que com o aumento de número de mulheres, acaba sendo unidade, mesmo que de partido diferente, e tal, mas a gente acaba tendo, né, unidade e uma certa, né, unidade algumas... para poder disputar, porque é isso assim, eu percebi, eu senti isso, sabe... Eu ouvia dizer isso, mas eu senti isso. Como eu cheguei a ser presidente da Câmara, né, eu sempre tive muito no centro, muito no centro, né, sempre numa Câmara de Vereador, como fui líder de oposição, não é, então tu tinha um certo</p>			

(continuação)

	protagonismo, aí tu vem pra cá e parece que a gente é apagado, eu fiquei...né, engraçado. Complicado..., mas é isso, a gente se ajuda, as mulheres, assim acho que eu gosto, sabe, se tu me disser: aonde tu se organiza dentro? Na bancada do meu estado, é ...sei lá, não sei... lá numa corrente dentro do partido? Eu vou dizer que: 'eu me sinto mais à vontade no grupo das mulheres'".			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	Acostumada a protagonizar	Invisibilidade, apagamento	Aproveitou o acolhimento do Grupo	Disputa de pautas
Nome P3	Resposta (excerto)			
	"A sociedade, ela tem um ideal Imaginário sobre nós, né, esse ideal imaginário, por exemplo, determina que para que eu seja eu mesma, eu tenho que estar nua no meio do mato, eu tenho que estar isolada, eu tenho que não falar bem português, eu não posso dominar bem a sua cultura assim como eu domino a minha. Então, a sociedade criou essa, esse ideal imaginário. Então, ... olham para mim e quando vem a minha formação me perguntam: mas você é índia mesmo?"			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	Vulnerabilidade imposta	Discriminação	Domínio e valorização de si mesma e de sua cultura	Afirmação identitária
Nome P4	Resposta (excerto)			
	"Então tô muito feliz de a gente conseguir estar chegando né nesse espaço no Congresso Federal para falar de muitas pautas. A gente teve uma bancada que cresceu, né, de mulheres, eu acho isso muito importante, mulheres indígenas, porque a gente ainda somos muito poucas, né, ainda existe uma grande bancada, né, do agronegócio que querem lucrar sempre em cima das terras indígenas e entrar de qualquer jeito".			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	Disparidade do número de componentes entre defensores dos povos originários e os defensores do agronegócio	Agronegócio	O crescimento da representação indígena e feminina	Dar voz as pautas
Nome P5	Resposta (excerto)			
	"Uma grande luta que eu faço é mostrar que eu não sou só uma candidatura de LGBT eu não sou só uma travesti não sou só uma transexual. Sou professora, né! então tô discutindo economia, quero discutir a revogação da Lei Kandir. Eu tô discutindo um outro modelo de Economia que passa pela descarbonização..., tô discutindo os impactos da mineração de Minas Gerais, tô discutindo uma política nacional de redução de agrotóxicos, discutindo reforma urbana, né, ...mas mesmo assim esses discursos, eles assumem menos potência, porque as pessoas tendem a não credibilizar tanto esse discurso por vir de uma travesti".			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	Estigmatização de suas pautas, redução de seu discurso	O não reconhecimento do valor do seu discurso/pautas	A amplitude de suas pautas	De ir além do senso comum

(conclusão)

Nome	Resposta (excerto)			
P6	<p>“Estar nesse lugar é provocar esse debate de humanidade é provocar esse debate de cidadania, é provocar esse debate de direito, é discutir políticas públicas de emancipação e dignidade ao povo negro, às mulheres, à comunidade LGBTQIA+, a toda a sociedade porque o meu corpo preto LGBTQIA+, vindo das periferias consegue compreender a expansão do que é a sociedade, e não ficar apenas restrito a essas pautas. Então, eu acho que essa é a sensação e essa é a importância de começar a significar uma ruptura nesse espaço de exclusão”.</p>			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	Estigmatização de suas pautas, redução de seu discurso	Exclusão por ser quem é	Conhecimento de causa	Provocar debate e discussões amplas e variadas

Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

Os resultados surgem de um contexto de como é ser e estar na sociedade em geral como não-normatizadas e não somente no Congresso. Por um lado, aspectos positivos se referem ao próprio fato de se elegerem, de defenderem pautas outras que não apenas aquelas que se espera que defendam, por estigmatização, o número de mulheres e de indígenas que permite pensar em uma bancada feminina de fato.

De outro, negativamente, a discriminação, a partir do imaginário coletivo afeta as participantes, como quando se destitui o direito à formação acadêmica: “Você é índia mesmo?” (P3), ou quando se reduz a pessoa a sua sexualidade: “Eu não sou só uma candidatura de LGBT, eu não sou só uma travesti, não sou só uma transexual. Sou professora” (P5).

No Quadro 16, sobre a motivação pessoal de cada participante sobre sua participação no pleito, quer-se correlacionar as pretensões ao sucesso eleitoral e o que as participantes querem oferecer durante o mandato.

Quadro 16 – Proposta de Campanha - sucesso eleitoral: qual motivação e proposta de campanha?
(continua)

<p>Nome P1</p>	<p align="center">Resposta (excerto)</p> <p>“Então eu digo que a política já estava em mim, na sala de aula eu já fazia política, mas a política não institucional. E depois é ...eu sou professora de História, né.... dando aula comecei é... me envolvi também com a luta por Educação pública, sindicato...me envolvi com os coletivos feministas, coletivos negros dentro do sindicato...Isso depois foi pro universo da pesquisa, então fui fazer meu Mestrado pesquisando mulheres negras. Aí, também, me envolvi com toda luta do feminismo negro e misturando com o fato de ser historiadora, e aí em determinado momento eu comecei a dar uma disciplina que era a História da mulher na política brasileira, é... foi num Curso de política para mulheres.... e quando eu comecei a dar essa aula, montei essa aula é... comecei a ver a sub-representação das mulheres mesmo, assim na política, é ... buscando essa trajetória do movimento de mulheres e percebendo que o direito ao voto não, não efetivamente consolidou a nossa participação política. E, de mulheres negras menos ainda. e aí foi muito engraçado porque o <i>start</i> pra mim foi quando uma..., uma estudante levantou na sala e começou a perguntar: professora você está falando dessa sub-representação, você está falando que na cidade nunca teve uma mulher negra eleita, quantas vezes você já se candidatou?”.</p>			
<p>Debilidade (Não identificada)</p>	<p>Ameaça Invisibilizada, por não se apresentar</p>	<p>Fortaleza Considera-se um ser político desde sempre</p>	<p>Oportunidade De se efetivar como uma representação, receber votos</p>	
<p>Nome P2</p>	<p align="center">Resposta (excerto)</p> <p>“Em vários aspectos, desde a questão da participação das mulheres, então de a gente poder ter a mesma atuação, né, a gente pode ter a mesma representatividade do que os homens, tanto que são as mulheres sempre é o centro da nossa campanha, sempre foi, tanto que a gente usou a igualdade para fazer a diferença, né, nosso... nosso <i>slogan</i>. Tipo, não, não é... é só espaço igual, né, a gente não quer privilégio, a gente quer criar as mesmas oportunidades. ... Foram 14 anos atuando na questão dos Direitos Humanos, e também, a luta por moradia de cidades, esse olhar territorial, né, sou arquiteta, então, eu gosto também de fazer essa análise da cidade, de como a cidade também se organiza e acaba reproduzindo opressões, né, quer dizer, não é ela que se organiza, né, sempre... quando as pessoas não participam na organização e no planejamento da cidade, o poder, né, o capital organiza, né, e aí as mulheres negras ficam lá na periferia, os pobres, né, ficam longe do serviço. Quem mais precisa tá longe do serviço, né”.</p>			
<p>Debilidade Opressões</p>	<p>Ameaça O capitalismo organiza a cidade, e oprime</p>	<p>Fortaleza Olhar territorial</p>	<p>Oportunidade Mostrar que a igualdade pode fazer a diferença</p>	
<p>Nome P3</p>	<p align="center">Resposta (excerto)</p> <p>“Mas eu sou uma filha do Norte eu sei como a população vive eu sei a forma como nós fomos condenados e a dificuldade que é viver na Amazônia brasileira, então, o Norte brasileiro pode ter a certeza que ele terá uma voz não só pelo Amapá, mas pelo Norte inteiro e, justamente, por eu entender, por ter estudado o suficiente para ter uma percepção de política internacional — eu tenho uma formação em salvaguarda e segurança, então eu me formei em 2013 em salvaguarda e segurança — e justamente um vasto conhecimento te faz perceber como essas políticas se montam com o único interesse de usurpar e segregar um determinado povo e mantê-lo com uma massa de manobra, ... com um curral eleitoral e a gente precisa romper com esse tipo de política”.</p>			

(conclusão)

	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	“Teoria da Conspiração”	Forças políticas e econômicas internacionais	Tem percepção da política internacional	Dar voz ao povo do Norte do país
Nome P4	Resposta (excerto)			
	“Estar levando agora para todo o Brasil a pauta, não só das mulheres indígenas, mas de Direitos Humanos das mulheres, da Saúde, Educação... para nós é muito importante é uma pauta que a gente está falando com o mundo, né, nacional e internacionalmente... falar sobre os povos indígenas não é simplesmente falar da relação das terras, mas é para cuidar da nossa Fauna, da nossa Flora, para cuidar principalmente da questão ambiental”.			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	(Não identificada)	(Não identificada)	Amplitude de suas pautas, não só da população de origem	Falar para o mundo sobre as questões ambientais
Nome P5	Resposta (excerto)			
	“Eu sou a Deputada Federal mais votada da história de Minas Gerais sem imprimir um santinho! Então isso... atitudes políticas, atitudes pedagógicas, aposto que na próxima eleição um monte de gente vai adotar a semente que a gente plantou... corpo a corpo, a gente não precisa de papel a gente pode conversar com eleitor”.			
	“Discutindo Economia ... um outro modelo de Economia que passa pela descarbonização..., os impactos da mineração de Minas Gerais, ... redução de agrotóxicos, ...reforma urbana...”.			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	(Não identificada)	Ao meio ambiente: carbonização, mineração, agrotóxicos	Empoderada pela quantidade de votos	Discutir/debater temas macroeconômicos
Nome P6	Resposta (excerto)			
	“E espero chegar em Brasília discutindo a fome, a miséria, pobreza e o desemprego como prioridades até porque ao falarmos dessas pautas nós estamos falando da vida das mulheres, nós estamos falando da vida, da negritude, nós estamos falando da vida do povo brasileiro”.			
	Debilidade	Ameaça	Fortaleza	Oportunidade
	(Não identificada)	(Não identificada)	São pautas cotidianas, afetam a toda a população, em especial a mais vulnerável, a maioria	Discutir/debater causas sociais

Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

Aspectos positivos relatados e apresentados no Quadro 16, dizem respeito ao lugar de fala, “eu sou filha do Norte e sei como a população vive” (P3), à consciência

amplificada das causas indígenas, “falar sobre os povos indígenas não é simplesmente falar da relação das terras, mas é para cuidar” (P4), e isso interessa nacional e internacionalmente. As causas socioeconômicas e suas ramificações que afetam a maioria da população brasileira como microcosmo e como macrocosmo também são preocupação das propostas.

4.3 MAIORIAS MINORIZADAS NA REPRESENTAÇÃO

O trecho a seguir traz-se a análise e discussão dos dados coletados na busca de responder às questões motivadoras desta pesquisa. Toma-se de pronto, para nortear o entendimento sobre minorias, que desenvolve Lilia Schwarcz (2020), ao declarar que no Brasil as minorias, não são minorias e, sim, maiorias minorizadas — “até hoje no Brasil, a democracia é um mal-entendido, uma vez que não se aplica a todos, todas e todes”.

4.3.1 A influência da Geografia do Voto no acesso das mulheres à Câmara Federal

A participante P1 descreve sua trajetória e seu mote de campanha, sobre a sub-representação feminina na política e, mais, a sub-representação da mulher negra: “essa trajetória do movimento de mulheres e percebendo que o direito ao voto não, não efetivamente consolidou a nossa participação política. E, de mulheres negras menos”. Na seção introdutória desta pesquisa, apresentou-se todo um relato da conquista do voto para mulheres no Brasil, e aqui chega-se ao olhar ampliado de uma participante que conclui, com sua vivência em Movimentos Sociais e sua formação acadêmica, que não basta votar, é preciso se candidatar e ter sucesso eleitoral para se estabelecer a efetiva representação feminina na política.

P1 destaca a amplitude espacial de seu eleitorado, mencionando que recebeu votos em quase todos os municípios da UF. Isso reflete uma inter-relação espacial extensa e diversificada, conforme a definição de Massey (2008) de espaço como produto de interações que vão do global ao intimamente pequeno.

A ênfase no "voto crítico" e no apoio de grupos específicos como mulheres e LGBTQIA+ mostra como as multiplicidades e a heterogeneidade do espaço político se manifestam nas preferências eleitorais. Valentine (2007) e Rose (1993) enfatizam

que os espaços são carregados de significados e são constantemente (re)negociados. A abrangência do eleitorado de P1 e sua diversidade refletem uma renegociação constante dos espaços políticos e sociais, onde diferentes grupos encontram representação e voz. A identificação com diferentes grupos de eleitores também indica a importância do lugar como uma esfera de múltiplas identidades, conforme discutido por Valentine (2007).

O sucesso significa ter votos em todas as regiões, P1 relata que teve votos em 99% dos municípios de seu estado, P2 recebeu votos “estado à fora”. A diversidade do eleitorado de P2 e seu vínculo com Movimentos Sociais específicos indicam uma construção espacial onde diferentes formas de poder e resistência se manifestam e se articulam. A presença de Movimentos ligados aos Direitos Humanos, p. ex., ressalta como os espaços são politicamente carregados e são arenas de luta e representação.

Ou seja, P1 e P2 nominam os votos recebidos como: voto crítico, voto de opinião, voto de esquerda, voto jovem, voto de homens e voto de movimentos sociais. Quanto ao voto de mulheres, voto negro e voto LGBTQIA+, ambas relatam ter alcançado estes públicos na eleições de 2022. Esta tipificação aparece como aspectos positivos do sucesso eleitoral e cabem dentro do discurso anticonservador, comprovando que este tipo de voto as levou à Câmara Federal. As tipificações de votos, descritas pelas deputadas, como o crítico, de opinião, de esquerda, remetem ao que descreve Toledo Jr. (2007) que pontua sobre o valor do voto.

Do ponto de vista regional, um relato marcante, vem do Norte, P3 ressalta ser “a única que mora ... e que concorreu pelo Norte brasileiro, então digamos que eu seja a única representante da Amazônia brasileira” — se posiciona como a única representante da Amazônia brasileira, destacando sua unicidade geográfica e ideológica. A referência à proteção nacional e ao conservadorismo indica uma espacialidade política específica, alinhada com valores regionais e identitários. A representação da Amazônia brasileira por P3 envolve a construção de uma identidade espacial que é patriótica e conservadora, contrapondo-se a outras visões políticas. A posição única de P3 também indica uma renegociação constante dos espaços políticos, onde diferentes identidades e valores competem por reconhecimento e legitimidade.

P3 se caracteriza como a verdadeira indígena representante do Norte, porque as outras são do Sudeste, são de esquerda. Também as outras “são socialistas”, ou

seja, P3 se declara de direita e carrega esta opção para suas propostas de campanha: “eu sei a forma como nós fomos condenados e a dificuldade que é viver na Amazônia brasileira, então, o Norte brasileiro pode ter a certeza que ele terá uma voz não só pelo Amapá, mas pelo Norte inteiro”. Enfatiza P3, a necessidade de romper com políticas que usurpam e segregam os povos do Norte, tratando-os como massa de manobra. A visão crítica de como o espaço político é manipulado para manter certos grupos marginalizados é central aqui.

A experiência de P3 reflete a multiplicidade e heterogeneidade do espaço amazônico, que é marcado por interações complexas entre políticas internacionais e locais. A luta para dar voz ao povo do Norte no cenário político nacional é um esforço para reconfigurar as relações de poder e reconhecimento no espaço geográfico do Brasil.

Para conquistar o eleitorado crítico sobre o qual se pronunciam P4, P5 e P6, buscaram capturar os motes de campanha que alcançaram este público em vitórias anteriores, em eleições e mandatos anteriores. P4 expõe as questões indigenistas, ambientais e da alçada dos Direitos Humanos como fundamentais, e destaca que a espacialidade das questões indígenas é parte de uma rede global: “estar levando agora para todo o Brasil a pauta, não só das mulheres indígenas, mas de Direitos Humanos das mulheres, da Saúde, Educação... nacional e internacionalmente...”. Portanto, acentua que suas pautas transcendem o Brasil e estabelece o espaço sempre em construção, com a conexão de trajetórias e interações entre a mulher indígena, a fauna, a flora como sendo questões de justiça social e ambiental — “não é simplesmente falar da relação das terras, mas... para cuidar principalmente da questão ambiental”.

P5 mobilizou votos a partir das novas tecnologias de campanha eleitoral, afirma que não utilizou panfletos “eu sou a Deputada Federal mais votada da história de Minas Gerais sem imprimir um santinho!”. Assim, com uma visão inovadora e o olhar para Movimentos Socioambientais propôs: a descarbonização, que traz a preocupação com o espaço geográfico de Minas Gerais e suas implicações para o meio ambiente e a saúde pública, e a busca de transformação do espaço político e econômico, promovendo práticas sustentáveis e justas que respeitem tanto o ambiente quanto a população.

A campanha de P6, para além de se posicionar com as questões de identidade de gênero, se coloca no caminho dos grandes desafios do território

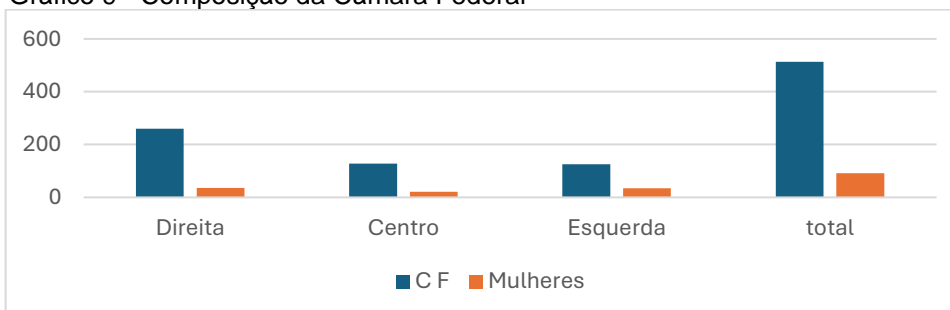
brasileiro, reconhece a espacialidade das desigualdades sociais e econômicas no Brasil, quer impulsor de amplos debates de questões fundamentais de dignidade e sobrevivência da população: “espero chegar em Brasília discutindo a fome, a miséria, pobreza e o desemprego como prioridades... estamos falando da vida das mulheres,... da negritude, nós estamos falando da vida do povo brasileiro”.

Tendo discutido o revelado pelo discurso das participantes P1, P2 e P3, que abordaram a influência da Geografia do Voto no seu acesso à Câmara Federal, vê-se que: tanto no quantitativo (aumento das mulheres na Câmara Federal), como no qualitativo, o “valor” do voto comprova sucesso eleitoral das Deputadas Federais.

4.3.2 O discurso anticonservador e o sucesso eleitoral das Deputadas Federais

O Gráfico 9 apresenta como se deu a eleição na Câmara Federal, no que tange à questão desta pesquisa, sobre o discurso anticonservador — este que surge em meio a uma guinada do espectro político à direita, o que estava ocorrendo no Brasil de 2022. Os dados expostos apontam esta onda conservadora, considerando que foram eleitos/as Deputados/as Federais por Partidos: mais à direita (260), Liberal, PSC, União Brasil, Progressista, Trabalhista Brasileiro, Novo, Patriota, Republicano; mais ao centro (128): Social Democracia Brasileira, Democrático Brasileiro, Podemos, Social Democrático, Republicano da Ordem Social, Avante 70, Cidadania, Solidariedade; e, mais à esquerda (125): PDT, Socialista Brasileiro, Verde, PT, PCdoB, REDE, PSOL.

Gráfico 9 - Composição da Câmara Federal



Fonte: BRASIL (2023).

Ainda, o Gráfico 9 mostra o discurso anticonservador como sucesso para as candidaturas femininas, pois, 34 Deputadas Federais fazem parte do campo progressista, ou seja, mais de 30% compõem Partidos mais à esquerda. Portanto,

observa-se um cenário de equilíbrio quantitativo de Deputadas Federais à esquerda e à direita.

Porém, quando se toma as de identidades não - normatizadas, o discurso anticonservador, retém a grande maioria de votos e de cadeiras. O discurso feminino realçou o anticonservadorismo, nesse sentido Rose (1993, p. 137) destaca esta marca do feminismo:

Tanto as diferenças dentro do sujeito do feminismo e da possibilidade de sua autorrepresentação [sic], têm sido articuladas pelas feministas através de imagens espaciais. Sua constituição através de diversas identidades, por exemplo, é muitas vezes relacionada em termos de uma 'política de localização'. Estes termos implicam que qualquer pessoa pode ser localizada dentro de matrizes materiais e discursivas particulares de poder, resistência e subjetividade.

A menor fatia das eleitas (Gráfico 9) ficou para os Partidos de centro, o que é confirmado por P2: “quem não se posicionou, e ficou no meio, dificilmente teve sucesso, ou tu defende um lado, ou defende o outro”. Este relato reflete a polarização política, evidenciando como o espaço político se torna um “campo de batalha” entre ideologias opostas. A polarização cria espaços de conflito e de definição de identidades políticas, onde a clareza de propósitos e o posicionamento firme se tornam essenciais para o sucesso eleitoral.

Sobre o embate, polarização e discursos contrários, sobressai-se a questão ambiental e os povos originários, atingindo o além muros, trazendo o Brasil como foco internacional: duas Deputadas Federais se autodeclaram indígenas, entretanto, pode-se identificar uma dicotomia, visões marcadamente diferentes sobre o destino da Amazônia, do meio ambiente e dos povos originários. Sobre esta questão do território na defesa discursiva destas duas Deputadas federais, advindas dos povos originários, remete-se à contextualização de Haesbaert (2020, p. 76) que avança no conceito de território: “a conceituação [...] vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando [...], mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial”.

O relato de P3 evidencia que ela percebe, uma vez que estudou a temática internacional, “como essas políticas se montam com o único interesse de usurpar e segregar um determinado povo e mantê-lo com uma massa de manobra, então... com um curral eleitoral”. Também P4 apresenta: “para nós é muito importante é uma pauta que a gente está falando com o mundo, né, nacional e internacionalmente...”. E afirma a amplitude da questão: “falar sobre os povos indígenas não é simplesmente falar da

relação das terras, mas é para cuidar da nossa fauna, da nossa flora, para cuidar principalmente da questão ambiental”.

Destaca P4 a interconexão entre as questões indígenas e os Direitos Humanos: saúde, educação e meio ambiente. Ao abordar essas pautas em nível nacional e internacional, P4 está ampliando o escopo de suas lutas e reconhecendo a espacialidade das questões indígenas como parte de uma rede global de preocupações ambientais e sociais. Isso reflete a ideia de espaço como uma imbricação de trajetórias e interações, sempre em construção, onde a proteção da fauna, flora e terras indígenas se torna uma questão de justiça ambiental e social que transcende fronteiras.

Além da questão ambiental como debate, outros desafios foram identificados pelas participantes que polarizaram os discursos. Nesse ponto relatou P1:

Foi de romper com mentiras, de romper com *fake news*, de romper com pautas obsoletas e atrasadas... que as pessoas, às vezes, elas ficam fazendo uma reprodução desse conservadorismo quando elas não param, de fato, para refletir se aquilo faz sentido no cotidiano delas, na vida delas.

P1 discute o uso do *WhatsApp* e de outras redes sociais como espaços digitais cruciais para campanhas eleitorais, evidenciando a dimensão espacial da comunicação e da disseminação de informações (ou desinformações). Esses espaços digitais configuram novas territorialidades e dinâmicas de poder, onde as “guerras” ideológicas são travadas e as narrativas são construídas e contestadas.

Diante deste cenário, uma análise qualitativa quanto ao discurso das participantes, incide a afirmação de que o discurso anticonservador impulsionou o sucesso eleitoral, pois conforme o exposto no Quadro 11, das 18 autodeclaradas indígenas, pretas e/ou trans, somente quatro perfazem um discurso conservador, ou seja, se estabelecendo em partidos à direita do espectro político, pelo menos naquele momento eleitoral. Conforme o relato de P5: “eu sou uma pessoa de Campo, mais importante é avançar, ... nós avançamos enquanto Campo Democrático, Campo Progressista... e o Partido, ele não pode ser fim. Ele tem que ser meio, né, ele tem que ser a ferramenta para buscar o fim que a é justiça social. A referência ao “Campo” por P5 sugere a construção de um espaço ideológico que é progressista e democrático, onde o Partido é visto como um meio para alcançar a justiça social. Este espaço é constantemente (re)negociado e contestado, envolvendo a luta por

reconhecimento e poder, refletindo as ideias de Massey (2008) sobre o espaço como um produto de inter-relações e de constante construção.

Afirma P6 “eu pretendo dialogar ... mostrar que não se trata apenas de bandeiras ou de ideologias se trata de direitos básicos, se trata de direitos essenciais”. A participante enfatiza a importância do diálogo e da construção coletiva no espaço político, destacando a necessidade de separar divergências ideológicas para construir alianças baseadas em direitos básicos e essenciais. Isso reflete a ideia de que o espaço político pode ser reconfigurado através da colaboração e do respeito mútuo, transcendendo as divisões partidárias. A busca por garantir os direitos civis e a cidadania é uma tentativa de criar um espaço político mais inclusivo e equitativo, onde a diversidade é valorizada e protegida.

A guisa de conclusão, retomando as informações obtidas do TSE sobre as Deputadas Federais eleitas, não - normatizadas (Quadro 11), percebe-se, por um lado, como Ameaças a questão do estado civil: as divorciadas estão em menor número, o que pode refletir estigmas sociais e políticos. Nesse sentido, P1 relata o diálogo com um motorista de taxi na Capital Federal que lhe perguntou: “não é o problema isso pra você politicamente, isso não... não te atrapalha? As pessoas não te criticam por você estar sozinha, por você ser uma mulher sozinha?”. Diante de tal comentário, P1 refere: “Então é, ...é essa relação que para nós tá colocada ...Claro, que hoje muito menos, eu não sinto tanto essa crítica por eu ser uma mulher sozinha, hoje, né, mas outras mulheres antes de mim, sentiram”.

Por outro lado, apreende-se como Oportunidades, a formação política para mulheres, pois, como relata P2 deve-se: “tentar políticas que fortaleçam outras mulheres lá na base ...apoioando outras a ser Vereadora, a Deputada Estadual, a se organizar em entidades, ... criar essa rede de mulheres, né, de apoio entre as mulheres”. Por fim, importa contextualizar tempo/espaço, p. ex., porque uma das Deputadas Federais de linha conservadora, já se elegeu pelo discurso de esquerda.

Portanto, desde aquele momento eleitoral de 2022 até julho de 2024, quando se encerra esta pesquisa, as Deputadas Federais não – normatizadas trazem suas lutas e perspectivas como pautas, mas não se restringem a estas, estão atuantes na Câmara Federal, no Congresso Nacional, em representação do povo. Percebe-se que estão a trabalho, não sem enfrentar, estigmas e discriminação, ainda que veladas.

5 CONCLUSÃO

Tomou-se a liberdade de aplicar a Metodologia DAFO, como autoavaliação desta pesquisa, a partir de quatro aspectos de impacto, à moda da própria metodologia. Primeiramente, por um lado, entendeu-se a pesquisa de campo como um cenário desafiador, as debilidades ficaram por conta do acesso restrito a entrevistas diretas com as Deputadas Federais e, por outro lado, as fortalezas se pautaram no acesso facilitado à Plataforma YouTube.

A ameaça se deteve no fato que as entrevistas indiretas poderiam não responder às questões da pesquisa e sem condições de finalizar o processo. Foi surpreendente identificar que, nos discursos já amealhados da Campanha, as Deputadas Federais respondiam às questões, mesmo que indiretamente. O que propiciou, não somente chegar a responder às questões do roteiro, mas também houve oportunidade de explorar outras possibilidades, que enriqueceram as respostas às questões da pesquisa. Como expressa P6 (Quadro 14): “o meu corpo preto LGBTQIA+, vindo das periferias consegue compreender a expansão do que é a sociedade”.

O segundo aspecto de impacto, refere-se à consonância/dissonância com aspectos da Geografia como Ciência Social. As debilidades se deram pelo desconhecimento dos conceitos-chave da Geografia e o desafio de apreendê-los. As fortalezas surgiram durante a pesquisa acerca destes conceitos, chegando-se ao ponto de traçar um paralelo entre a Geografia das Emoções (Hopkins, 2016)⁴ com a Sociologia das Emoções/Esperança de Adrian Scribano (2020)⁵.

A partir das confluências das Ciências que trabalham com as emoções, aproxima-se às Ciências Sociais e às Geografias, numa rede que conectam o corpo e suas propostas. A ameaça de dissociar o corpo como espacialidade para ambas as Ciências, se dirime ao se considerar “a relevância de um entendimento do espaço geográfico a partir da espacialidade/espacialização do corpo, por longo tempo

⁴ “As emoções não são unicamente experienciadas ou restritas às geografias feministas, porém são geralmente estas que tem proporcionado mais contribuições ao desenvolvimento das geografias emocionais como significativo subcampo da geografias humana” (Hopkins, 2016, p. 120).

⁵ “Una primera reflexión que se puede hacer desde una sociología de los cuerpos/ emociones [...] y la situación de interacción es que se pone de manifiesto cómo las emociones son prácticas encarnadas, que no se puede separar el cuerpo dela emoción y que el cuerpo, lo más biológico del existencia, es una construcción social”.

subestimada na Geografia – e também nas Ciências Sociais em seu conjunto” (Haesbaert, 2020, p. 77). Este posicionamento se transforma em oportunidade de pesquisa associando temas como política, feminismo, inclusão, em perfeito diálogo tanto nas Ciências Sociais como nas Geografias Feministas.

O terceiro aspecto foi o desafio de interseccionar geografias: a do voto, as feministas e até as trans-epistemologias. Sobre as debilidades pode-se destacar que a Geografia não é somente Física ou Humana, mas a Geografia do Voto, as Geografias Feministas, a Geografia das Emoções e os termos/conceitos que as perpassam como corpo-território as espacialidades, o que é maior que espaço.

Quanto às fortalezas, percebe-se que as tais Geografias não são excludentes, pelo contrário, podem perfeitamente se completar, como demonstrado no Quadro 16. Nele se apresenta a distribuição de votos, que se pode caracterizar como Geografia do Voto, e como a autodeclaração das *outliers*, que apontam suas características corporais, o que se compreende por Geografias Feministas.

A Geografia das Emoções, pode parecer uma ameaça quando não se percebe que ela também se apresenta através de um cruzamento de pontos num banco de dados. Portanto, absolutamente científico, compreendendo o socioespacial através de um banco de dados, seus mapas e gráficos, como qualquer investigação científica.

E, por fim, no quarto aspecto de impacto, procurou-se a resposta à questão central da pesquisa: de que forma a Geografia do Voto implica na ascensão do anticonservadorismo político brasileiro feminino na Câmara Federal, nas eleições de 2022?

O fato de não encontrar em nenhuma Plataforma Eletrônica, nem do Portal da Câmara, ou sequer nos *sites* dos Partidos, qualquer projeto ou programa político das candidatas, é um limitador para a pesquisa, ou seja, é a Debilidade. Como Fortaleza recomenda-se uma minirreforma à Lei das Eleições (Câmara dos Deputados, 1997), acrescentando-se ao seu Artigo 11, alínea IX, a obrigatoriedade de apresentação das propostas defendidas por candidatos/as do Legislativo, qual seja: senadores/as, deputados/as federais, deputados/as estaduais e vereadores/as.

Esta proposta de minirreforma tem por objetivo publicizar os planos de mandatos propostos por candidatas/os durante a campanha eleitoral, para devido acompanhamento da população sobre a atividade de parlamentares eleitas/os. A indicação é motivada por trazer um contributo à sociedade, a partir desta pesquisa de

Mestrado, pois não foi possível encontrar nas páginas oficiais de Partidos ou nas páginas oficiais de candidatas eleitas para a Câmara Federal. Diante disso, recomenda-se que, aquelas e aqueles eleitas/os a quaisquer cargos eletivos sejam municipais, estaduais ou federais, disponibilizem para consulta e acompanhamento os objetivos, propostas e planos que nortearão cada mandato. Ainda, que divulguem sua participação na elaboração/tramitação de Projetos de Lei, Decretos, Emendas Constitucionais ou quaisquer práticas parlamentar no decorrer da legislatura para a qual foram eleitas/os.

A recomendação de minirreforma da referida Lei, na conclusão desta pesquisa, serve como uma devolutiva à sociedade. Afinal, é mais um meio para a promoção da democracia plena e em resgate à questão da falta de transparência sobre planos e planejamento de mandatos acessíveis em plataformas/sites institucionais, não somente ao Congresso Nacional, mas em qualquer instância.

Quanto às Ameaças, lista-se a carência de dados comparativos entre as eleições de 2018 e 2022 no que tange a consistência do dados sobre a evolução das candidaturas negras ou indígenas. O TSE só disponibilizou esta opção a partir da eleição de 2020 para candidaturas a prefeitos/as e vereadores/as.

Sobre as Oportunidades, destaca-se o discurso anticonservador que elegeu estas Deputadas Federais. A composição feminina da Câmara Federal ocorreu com maior ascensão do voto de esquerda, não-normatizado, advindo do voto crítico/lúcido. Nesta tipificação de voto, encontra-se resposta para as questões específicas: a Geografia do Voto influenciou o acesso das mulheres na Câmara Federal, com o discurso anticonservador tensionando o sucesso eleitoral, conforme o perfil das eleitas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. [Publicação original 1958].

AZEVEDO, D. A. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. **GEOUSP**, v. 27, n. 2, e-204649, mai./ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.204649.pt>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BALLESTRIN, L. M. A. Feminismos subalternos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BAND JORNALISMO, Entrevista com Juliana Cardoso (PT), uma das primeiras mulheres indígenas eleita deputada. **YouTube**, Band Jornalismo, 05 out. 2022. (00:04.44 a 00:05.07). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xYFE6hkxY2E>. Acesso em: 28 out. 2023.

BASSAN, P. Igualdade de Gênero. In: BONNER, W.; BASSAN, P.; AZEVEDO, G.; BARBOSA, M. M. **Brasil em constituição. Histórias e bastidores da série exibida no jornal nacional que mostrou os avanços conquistados com a carta de 1988**. Rio de Janeiro: Globo Livros. 2023. 232p. cap. 8.

BARBOSA, M.; PHELIPE, A. Quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres. **Jornal Estado de Minas**, Economia. 16 fev. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml. Acesso em: 18 set. 2022.

BECHER, C.; KLANOVICZ, J. Mulheres camponesas e os desafios do acesso às políticas públicas para igualdade de gênero. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7 n. 2, p. 159-177, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.7.i2.0010>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BITETI, M. O. Mulheres e política do cuidado em tempos da covid-19. **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 5, n. 10, p. 81-87, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v5i10.43210>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 16 de julho de 1934. **D.O.U.**, de 16.7.1934 - Suplemento e republicado em 19.12.1935. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. **D.O.U.**, s. 1, a. CXXVI, n. 191-A, p. 1-32, 05/10/1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. **D.O.U** de 08/8/2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 7716, de 5 de janeiro de 1989. **D.O.U** de 06.01.1989 e retifica em 09.01.1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 18 de jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 8727, de 28 de abril de 2016. **D.O.U** de 29.4.2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 18 de jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.13.104, de 9 de março de 2015. Lei do Feminicídio. **D.O.U** de 10/3/2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Deputados. Quem são. **Portal da Câmara dos Deputados**. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Bancada feminina aumenta 18,2% e tem duas representantes trans: mulheres encabeçaram a lista dos mais votados em oito estados e no Distrito Federal. **Agência Câmara de Notícias**, Política e administração pública. 03.10.2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-182-e-tem-duas-representantes-trans/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação do Governo Federal. População indígena. Brasil tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022. **gov.br**, 07.08.2023. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022> . Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. TSE. 2023. Estatísticas eleitorais 2022. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BUENO, A. A. M.; JUNCKES, I. J.; HOROCHOVISK, R. R.; CLEMENTE, A. J. Gênero e política: a (sub) representação das mulheres nas eleições de 2008, 2012 e 2016 nos municípios de médio e grande porte no Brasil. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 35-59, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.11.i1.0003>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Lei das Eleições. **D.O.U.**, 01.10.1997, s.1, p. 21801. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CARDOSO, J. G. M. S.; CÉ, J. P.; BARCINSKI, M.; PIZZINATO, A. Em casa que mulher manda, até galo canta fino: análise da construção midiática da personagem Dilma Rousseff. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 175-188, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.5.i2.0015>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CARLOMAGNO, M. C. 16 anos de competição eleitoral no litoral do Paraná (2000-2016): índices e resultados. **Guaju**, Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, Matinhos, v. 3, n. 2, p.139-154, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/quaju/article/download/51480/34308>. Acesso em: 08 out. 2023.

CARTA CAPITAL. Entrevista ao vivo com Carol Dartora. Carta Capital. **YouTube**. 04.10.2022, 49:25. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=reN2zrztwmA>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CARTA CAPITAL, Entrevista Célia Xakriabá é a nova indígena a ocupar o Congresso. **YouTube**, CartaCapital, 06 out. 2022. (00:04.56 a 00:05.21). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MstA0I0WoTA>. Acesso em: 27 out. 2023.

CARVALHO, N. R. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5939>. Acesso em 08 ut. 2023.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. Entre a política e a nova agenda da geografia. **Continents**, UFRRJ, a. 4, n. 7, p. 9-35, 2015. Disponível em: <https://www.revistacontinents.com.br/index.php/continents/article/view/79>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CHAGAS, D. E. S. **O bolsonarismo como sincretismo ideológico**. 2023. 130f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2023.

CHIMIN, JR., A. B. **Empoderamento feminino**: territórios da cidadania nas eleições de 2008 e 2012/ Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016. 206f.

CHIMIN JR., A. B.; JUNCKES, I. J. O empoderamento das Mulheres nos Territórios da Cidadania e as Eleições de 2008 e 2012. **Revista Latino-Americana de**

Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 183-206, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.8.i2.0009>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CLEMENTE, C. D. **Às “inimigas”, a lei:** (neo)conservadorismo e a atuação da Câmara dos Deputados em projetos de lei dirigidos às mulheres. 2018. 247 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22260>. Acesso em: 3 fev. 2023.

COLLING, A. M.; CAVALCANTI JR., A. A. Militantes e guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. **Revista Espacialidades**, Natal, v. 15, n. 01, p. 47–61, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2019v15n01ID19186>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CORRÊA, P. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2000. 352p. p. 15-47.

COSTA, B. P.; BERNARDES, A. Geografias que acontecem: as corporeidades gays. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR., A. B. (Orgs.). **Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2023. p. 225-249.

CRENSHAW, K. W. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. 1989. **Portal Geledés**, 23 dez. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CRUZ, F. M. Gênero e política pública: mito e realidade da participação no Brasil. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 11, n. 15, p. 269-278, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/16826>. Acesso em: 8 out. 2023.

CUNHA, R. B.; MARTINS, C. A. Á. Geografia eleitoral: uma revisão e possíveis caminhos. **Ra'e Ga**, v.39, p. 43-56, abr. 2017. DOI: <https://10.5380/raega>. Acesso em: 22 jul. 2024.

D'ANGELO, H. Quem foi Maria Lacerda de Moura, pioneira anarcofeminista. **Cult**, 16 de maio de 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maria-lacerda-de-moura-feminista-e-anarquista-critica-dos-movimentos-em-que-militou/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

DICIO. Dicionário Online de Português. Verbetes: Normatizar. **7Graus**, 2020-2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 22 dez. 2023.

DOMINGOS, W. C. Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola. **Espacialidades**, v. 13, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2018v13n01ID17607>. Acesso em: 22 jul. 2024.

EDUARDO, M. C. Mulheres em campanha: uma análise da distribuição de recursos financeiros nos estados brasileiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014. **Guaju**, Matinhos, v. 4, n. 2, p. 187-208, jul./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5380/guaju.v4i2.55493>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ESCAMILLA-HERRERA, I.; IBARRA, M. V. **Geografías feministas de diversas latitudes**: orígenes, desarrollo y temática contemporâneas. México: UNAM, Instituto de Geografía, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312654119_geografias_feministas_de_Diversas_Latitudesorigenes. Acesso em: 20 jun. 2024

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

FRIGO, D.; DALMOLIN, A. R. O desenho metodológico da circulação do acontecimento o “voto de Jair Bolsonaro”. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 8, n. 15, p. 11-19, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/questoes/article/view/18642>. Acesso em: 8 dez. 2023.

GASPARDO, M.,; BARBOSA, A.; SANTOS, L. A minirreforma eleitoral de 2023: mudanças abrangentes, pouca discussão. **Jornal da Unesp**, 13 out. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/10/13/a-minirreforma-eleitoral-de-2023-mudancas-abrangentes-pouca-discussao/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GUANABARA, M. Mulheres runa e participação política na Amazônia Equatoriana. **Okara**: Geografia em debate, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 316-332, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54892>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020 DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HOPKINS, P. E. Mulheres, homens, posicionalidades e emoções: fazendo geografias feministas da religião. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR., A. B. (Orgs.). **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016. 272p. p. 109-129.

HOPKINS, P. Social geography I: intersectionality. **Progress in Human Geography**, v. 43, n. 5, p. 937-947, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0309132517743677>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HORA, K. E. R. Ubuntu: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. **Okara**: Geografia em Debate, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 434-466, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41325>. Acesso em: 22 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Estudos especiais: o Brasil indígena**. 2010. IBGE, 2023b. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

JOHNSTON, A. This map reveals exactly when each country gave women the vote. **Culture Trip**, 08 mar. 2018. Disponível em: <https://theculturetrip.com/north-america/usa/articles/this-map-reveals-exactly-when-each-country-gave-women-the-vote>. Acesso em: 14 dez. 2023.

LIMA, E. I.; NAGAO, F. Q. A.; SELMO, J. T.; LANDIM, S. P. P.; LIMA, V. M. M. O papel da educação formal, não formal e informal na formação política de mulheres educadoras. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 270-286, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v20i1.6305>. Acesso em: 22 jul. 2024.

LIMA, N. F.; QUELUZ, G. L. Representações de Ciência e Tecnologia no pensamento anarquista brasileiro: Análise da Revista Renascença (1923). **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT**. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 08 a 11 de outubro de 2014. ISBN: 978-85-62707-62-9. Disponível em: https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1845. Acesso em: 23 nov. 2023.

LINHARES, J. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **VEJA**, Notícias Políticas, Brasil, 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 21 set. 2022.

LÓPEZ, R. M.; PINDADO, M. P. V.; BARBAS NIETO, R.; CUENCA, V. A.; PINAR, G. P.; MACHADO, H. G. **Metodologías GEODS**: revisión e inventario de técnicas de diagnóstico territorial para el diseño de propuestas de desarrollo sostenible de la Agenda 2030. Proyecto de Innovación n. 87, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Geografía, Universidad Complutense, Madrid, 2023. Disponível em: <https://docta.ucm.es/rest/api/core/bitstreams/b99c68e1-50be-46ed-bde6-76b8bb4b9dca/content>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **2000 Razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista**. 1ª Marcha, ago. 2000. Linha do tempo, 2024. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=homepage>. Acesso em 17 jul. 2024.

MARQUES, T. C. N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. 155p. E-book. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023

MASSEY, D. B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MELCHIONNA, F. Mulheres na linha de frente. **Folha de São Paulo**, #AgoraÉqueSãoElas, 01 fev. 2019. Disponível em: <https://agoraequesaodelas.blogfolha.uol.com.br/2019/02/01/mulheres-na-linha-de-frente/>. Acesso em: 22 set. 2022.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a câmara dos deputados. **Dados**, v. 58, n. 3, p.721-747, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201557>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **BMJ**, v. 339, n. b2535, p. 1-8, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.b2535>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MONK, J.; HANSON, S. On not excluding half of the human in human geography. **Professional Geographer**, v. 34, n. 1, p. 11-23, 1982. DOI: <https://10.1111/j.0033-0124.1982.00011.x>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MONTEIRO, E. Lobby do Batom: marco histórico no combate a discriminações **Agência Senado**, Senado Notícias, 06/03/2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1981.

MOTA, F. F.; BIROLI, F. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 197-231, 2014. DOI: <https://10.1590/0104-8333201400430197>. Acesso em: 22 jul. 2024.

NABOZNY, A. Espaço urbano: do acesso pelos direitos formais à coerção velada da participação política feminina. **RA´EGA**, Curitiba, n. 13, p. 65-74, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/6658/9082>. Acesso em: 8 out. 2023.

NUNES, C. X. **Geografias do corpo**: por uma geografia das diferenças. 204. 245f. Tese (Doutorado) — Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/94741>. Acesso em: 08 jul. 2024.

ORTIZ, B. 'Dia dos solteiros': sem tristeza ou solidão, pessoas fora de um relacionamento dizem buscar liberdade. **Portal G1**, G1 – DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/15/dia-dos-solteiros-sem-tristeza-ou-solidao-pessoas-fora-de-um-relacionamento-dizem-buscar-liberdade.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2023.

OYAMA, T. **Tormenta**. O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PAULA, R. F.; SILVA, M. Grupos de poder no legislativo e no executivo em Presidente Prudente – SP: análise das eleições municipais de 1988 a 2016.

Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 42, p. 7–31, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6925>. Acesso em: 08 out. 2023.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, C. R. J., Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010 DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PINTO, V. A. M. **Geometrias de poder e especialidades da produção científica da geografia brasileira de 1998 a 2018**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022.

REIS, A. T. As mulheres e as políticas públicas: os avanços e retrocessos em tempos de resistência. **Pegada - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, v. 20, n. 1, p. 212–223, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v20i1.6389>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RESENDE, R. C.; NICOLÁS, M. A.; ROSEVICS, L. Análise da participação política feminina nas Assembleias Legislativas da região sul do Brasil (1998-2006). **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 1 n. 2, p. 254-269, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/Rlagg.v.1.i2.254269>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RESENDE, R. C.; SOUZA, R. C. Eleições e perfis: análise das assembleias legislativas da região sul do Brasil (1998-2006). **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 189-208, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.5.i2.0016>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RIBEIRO, C. P. Venha, venha o voto feminino: embates travados na imprensa periódica oitocentista no Rio de Janeiro. **Espacialidades**, Natal, v. 13, n. 01, p. 88-106, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2018v13n01ID17596>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RODÓ-ZÁRATE, M. **Interseccionalidad: desigualdades, lugares y emociones**. Barcelona: Bellaterra, 2021.

ROSE, G. **Feminism & geography: the limits of geographical knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993. 216p.

ROSSINI, R. E. As geografias da modernidade - geografia e gênero - mulher, trabalho e família. o exemplo da área de Ribeirão Preto-SP. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 12, p. 7-16, 2011. DOI: <https://doi.org/10.7154/RDG.1998.0012.0001>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SANTOS, D. “Geografia do voto”: breves apontamentos **Anais I Seminário Internacional de Ciência Política**. Estado e democracia e mudança no século XXI. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/DiegoSantos.pdf> . Acesso em: 25 mar. 2024.

SANTOS, F. R. C. **A retórica da guerra cultural e o parlamento brasileiro: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff.** 2019. 315f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32696>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SANTOS, R. A. A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. xx, jul./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2010.1489>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SANTOS, R. M. **As disputas em torno das famílias na câmara dos deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo.** 2019. 289 f. Tese (Doutorado) — Programa de Ciências Políticas, Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38470>. Acesso em: 31 dez. 2022.

SANTOS, R. M. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. **Agenda Política**, São Carlos, p. 50-77, v. 8, n. 1, p. 50-77, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.2>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SCHRUPP, A. **Uma breve história do feminismo no contexto euro-americano.** Trad. Eline Alves Kraus. São Paulo: Blucher, 2019. 88p.

SCHWARCZ, L. Maiorias minorizadas: a democracia no Brasil como ‘mal-entendido’. **Nexo Jornal**, 07 set. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/majorias-minorizadas-a-democracia-no-brasil-como-mal-entendido>. Acesso em: 23 mai. 2024.

SCRIBANO, A. Entrevista a Paulo Henrique Martins. **REALIS**, Recife, v. 10, n. 01, p. 224-238, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://uba.academia.edu/AdrianScribano>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SILVA, E. A.; JUNCKES, I. J.; HOROCHOVSKI, R. R.; CAMARGO, N. F.; SILVA, J. M. Mulheres nas eleições de 2014 no Brasil: evidências de exclusão e marginalização política. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 8, n.1, p. 251-272, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/RIagg.v.8.i1.0015>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, J. M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 25-54.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR., A. B. Sobre as desobediências epistemológicas o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR., A. B. (Orgs.). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016. 272p. p.13-30.

SIQUEIRA, C.; DOEDERLEIN, N. Bancada feminina aumenta 18,2% e tem duas representantes trans. **Agência Câmara de Notícias**, 03 out. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-182-e-tem-duas-representantes-trans/>. Acesso em: 23 mai. 2024.

SPECK, B. W. O efeito contagiante do sucesso feminino: a eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 57-75, mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.398>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TEIXEIRA, J. B. F. Mulheres chefes de famílias e políticas públicas: o contraste com a realidade no Bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS). **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 86-95, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.4.i2.086095>. Acesso em: 22 jul. 2024.

TERRA NETWORKS BRASIL LTDA. Meloni parabeniza Milei em ligação. **Portal Terra**, Notícias, Mundo, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/meloni-parabeniza-milei-em-ligacao,f3805f03feb38ea9ed38bcf274545e0fz3b4e95o.html>. Acesso em: 08 dez. 2023.

TERRON, S. Geografia eleitoral em foco. **Em Debate**, v. 4, n. 2, p. 8-18, mai. 2012. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3198/2012_terroneo_geografia_eleitoral_foco.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 jul. 2024.

TOLEDO JR., R. O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil. **GeoTextos**, v. 3, n. 1 e 2, p.171-183, 2007. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3050/2153>. Acesso em: 08 jul. 2007.

TVBAND MINAS. Entrevista coletiva: Duda Salabert. **YouTube**, TVBand Minas, 08 out. 2022. (00:01.16 a 00:01.37). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LQy9pPChoPs>. Acesso em: 30 out. 2023.

TV VERMELHO , Programa Vermelho Entrevista : Eleições 2022: Daiana Santos. **YouTube**, TV Vermelho, 22 out. 2022. (00:03.35 a 00:04.01). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LFSG1f3JWrM>. Acesso em: 29 out. 2023.

ULLOA, A. Cuerpos-territorios em movimiento: mujeres indígenas y espacialidades relacionales. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR., A. B. (Orgs.). **Corpos & geografia**: expressões de espaços encarnados. E-book. 560p. p. 327-343. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2023. Disponível em: <https://www.todapalavraeditora.com.br/wp-content/uploads/2023/07/Livro-completo.pdf> . Acesso em: 31 out. 2023.

VALENTINE, G. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9272.2007.00587.x>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WERNECK, G. C. Mulheres e charges políticas: a subversão pelo humor nos espaços públicos. **Espacialidades**, Natal, v. 13, n. 01, p. 64-87, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2018v13n01ID17595>. Acesso em: 22 jul. 2024.

XAVIER, M. Lugar, pluralidade da existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 506-521. dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p506>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ZDEBSKYI, J. F.; MARANHÃO FILHO, E. M.; PEDRO, J. M. A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 225-250, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29077/20567>. Acesso em: 08 out. 2023.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf> . Acesso em: 27 jan. 2024.

APÊNDICE A — ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Antes da eleição a senhora já era filiada a algum partido político? Já se candidatou antes?
2. Quais os motivos que a levaram a ser candidata?
3. Qual foi sua principal proposta na campanha?
4. Deputadas Federais formam 18% da Câmara, como foi sua jornada para pertencer a esta minoria?
5. Entre o privado, considerando que seja o seu lar, e o público, considerando a vida política, a senhora percebe um antagonismo entre estas duas esferas, ou são espaços que se relacionam normalmente?
6. Sua família a apoiou durante a eleição? Pode relatar quem especificamente?
7. Alguém a procurou/incentivou para ser candidata ou foi por iniciativa própria? Quem?
8. Enfrentou alguma dificuldade durante a eleição? Qual?
9. Sentiu alguma resistência por ser mulher? Qual?
10. Na sua opinião, as mulheres enfrentam barreiras/dificuldades dentro dos partidos?
11. Na sua opinião, por quais motivos as pessoas do seu Estado a elegeram?
12. De que lugar vieram os votos que a elegeram? Não necessariamente o município, mas qual o público que a elegeu? Mulheres, pessoas Negras, LGBTQIA+, Indígenas? Qual o perfil destas pessoas?
13. A senhora reconhece que ao longo dos últimos pleitos eleitorais houve um crescimento do conservadorismo político-moral, como se uma “onda” conservadora? Qual sua opinião, houve mesmo uma maior expressão conservadora no pleito de 2022? Como se considera em relação a tal conservadorismo?
14. A senhora consegue identificar movimentações conservadoras e anticonservadoras de mulheres no congresso? Conseguiria identificar de onde vem estas mulheres? (periferia pobre, agricultora familiar, evangélica, ruralista, movimentos sociais, lideranças de comunidades e de bairros, das universidades)
15. Como acredita que rompeu a onda conservadora que avançou no congresso nas eleições de 2022?
16. Acha que os recursos de candidatura (recursos financeiros) são importantes para uma efetiva participação da mulher dentro da política?
17. Em muitos trabalhos acadêmicos está demonstrado que o financiamento de campanha interfere no voto, e este financiamento é sempre mais destinado aos homens do que às mulheres, você rompeu com este ciclo vicioso? Como?
18. Como se sente neste espaço, que tem sido predominante masculino e quais são as suas expectativas de mudanças com o crescente número de mulheres envolvidas na política?
19. Gostaria de lhe fazer umas perguntas sobre alguns temas que vem sendo discutido:
 1. Sobre políticas de empoderamento das mulheres nas eleições?
 2. Sobre a flexibilização da lei do aborto?
 3. Sobre a liberação de drogas para uso recreativo?
 4. Sobre as questões ambientais?
 5. Sobre as políticas indigenistas e o marco temporal?
 6. Sobre a flexibilização das regras trabalhistas?
 7. Sobre a reforma administrativa, quanto a facilitação de demissões de servidores públicos?
 8. Alguma política que não foi citada, gostaria de comentar?
20. Gostaria de dar um parecer sobre o tema, ou concluir com algo que não foi colocado e que seja importante?